Banco Santander (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Preparadas de Acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS

30 de junho de 2018

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

ÍNDICE **Pág.**

- Relatório de Revisão sobre as Demontrações Financeiras Intermediárias Consolidadas....1
- Balanços Patrimoniais Consolidados....5
- Demonstrações Consolidadas do Resultado....8
- Demonstrações Consolidadas do Resultado Abrangente....10
- Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido....11
- Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa....12
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e outras informações 13
2. Base para consolidação.... 24
3. Ativos financeiros.... 27
4. Ativos não correntes mantidos para venda.... 29
5. Participações em coligadas e empreendimentos conjuntos 30
6. Ativo tangível 33
7. Ativo intangível 33
8. Passivos financeiros 35
9. Provisões.... 38
10. Patrimônio líquido.... 42
11. Impostos sobre a renda.... 44
12. Detalhamento de contas de resultado.... 45
13. Remuneração com base em ações.... 45
14. Segmentos operacionais.... 48
15. Transações com partes relacionadas.... 50
16. Valor justo dos ativos e passivos financeiros 57
17. Outras divulgações.... 60

ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO VALOR ADICIONADO.... 68

Comentário de Desempenho....71
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas
Declaração dos Diretores sobre o Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

Banco Santander (Brasil) S.A.

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Banco") em 30 de junho de 2018, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2018, o desempenho consolidado de suas operações para os períodos de três

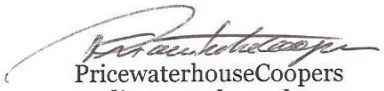
e seis meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Revisamos também a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2018, incluída no Anexo I, preparada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de julho de 2018



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

ATIVO	Nota Explicativa	30/6/2018	31/12/2017
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil		**113.050.510**	**100.866.081**
Ativos Financeiros para Negociação	**3-a**	**-**	**52.439.576**
Instrumentos de Dívida		-	34.879.681
Instrumentos de Patrimônio		-	489.770
Derivativos	17-a	-	17.070.125
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	**3-a**	**55.480.279**	**-**
Instrumentos de Dívida		36.303.231	-
Instrumentos de Patrimônio		766.691	-
Derivativos	17-a	17.764.573	-
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		645.784	-
Outros Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	**3-a**	**1.619.848**	**1.692.057**
Instrumentos de Dívida		1.619.848	1.658.689
Instrumentos de Patrimônio		-	33.368
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**3-a**	**-**	**85.823.384**
Instrumentos de Dívida		-	84.716.747
Instrumentos de Patrimônio		-	1.106.637
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	**3-a**	**86.201.862**	**-**
Instrumentos de Dívida		86.185.546	-
Instrumentos de Patrimônio		16.316	-
Investimentos Mantidos até o Vencimento	**3-a**	**-**	**10.214.454**
Empréstimos e Recebíveis	**3-a**	**-**	**322.336.767**
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito		-	32.300.095
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		-	272.420.157
Instrumentos de Dívida		-	17.616.515
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	**3-a**	**363.522.814**	**-**
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito		36.207.251	-
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		283.742.023	-
Instrumentos de Dívida		43.573.540	-
Derivativos Utilizados como Hedge	**17-a**	**293.039**	**192.763**
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	**4**	**1.163.104**	**1.155.456**
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	**5**	**953.097**	**866.564**
Ativos Fiscais		**33.252.588**	**28.825.741**
Correntes		5.082.137	4.047.663
Diferidos		28.170.451	24.778.078
Outros Ativos		**4.564.018**	**4.578.270**
Ativo Tangível	**6**	**6.446.510**	**6.509.883**
Ativo Intangível		**29.889.679**	**30.202.043**
Ágio	7-a	28.378.288	28.364.256
Outros Ativos Intangíveis	7-b	1.511.391	1.837.787
Total do Ativo		**696.437.348**	**645.703.039**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	30/6/2018	31/12/2017
Passivos Financeiros para Negociação	**8-a**	**-**	**49.322.546**
Derivativos	17-a	-	16.514.154
Posições Vendidas	17-a.7	-	32.808.392
Passivos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado	**8-a**	**36.895.081**	**-**
Derivativos	17-a	16.762.212	-
Posições Vendidas		20.132.869	-
Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado	**8-a**	**539.336.824**	**478.880.704**
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de Crédito		117.122.210	79.374.685
Depósitos de Clientes		301.944.038	276.042.141
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários		70.129.394	70.247.012
Dívidas subordinadas		-	519.230
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		9.832.489	8.436.901
Outros Passivos Financeiros		40.308.693	44.260.735
Derivativos Utilizados como Hedge	**17-a**	**173.408**	**163.332**
Provisões	**9-a**	**13.702.394**	**13.986.916**
Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares		2.657.621	3.923.457
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos, Compromissos e Outras Provisões		11.044.773	10.063.459
Passivos Fiscais		**6.944.951**	**8.248.019**
Correntes		5.107.450	5.751.488
Diferidos		1.837.501	2.496.531
Outras Obrigações		**10.111.127**	**8.013.921**
Total do Passivo		**607.163.785**	**558.615.438**
Patrimônio Líquido	**10**	**90.490.490**	**87.425.075**
Capital social		57.000.000	57.000.000
Reservas		30.362.329	28.966.451
Ações em Tesouraria		(356.891)	(148.440)
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio		(1.017.000)	(1.017.000)
Lucro do Período Atribuível à Controladora		5.702.052	8.924.064
Menos: dividendos e remuneração		(1.200.000)	(6.300.000)
Outros Resultados Abrangentes		**(1.785.529)**	**(774.368)**
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		**88.704.961**	**86.650.707**
Participações Não-Controladoras		568.602	436.894
Total do Patrimônio Líquido		**89.273.563**	**87.087.601**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**696.437.348**	**645.703.039**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto valores por ações

	Nota Explicativa	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Receitas com juros e similares		18.387.613	17.982.659	35.428.651	37.106.560
Despesas com juros e similares		(8.066.446)	(9.295.680)	(15.288.024)	(20.195.543)
Receita Líquida com Juros		**10.321.167**	**8.686.979**	**20.140.627**	**16.911.017**
Receitas de instrumentos de patrimônio		8.218	61.987	21.730	72.478
Resultado de equivalência patrimonial	5-a	29.585	33.209	32.962	38.653
Receitas de tarifas e comissões		4.401.441	3.857.771	8.651.485	7.595.940
Despesas de tarifas e comissões		(883.720)	(733.507)	(1.678.515)	(1.435.638)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		(2.496.808)	(1.635.076)	(2.479.354)	(300.244)
Ativos financeiros para negociação		(2.450.194)	(1.440.437)	(2.348.455)	(126.618)
Outros instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		(191.757)	(6.839)	(194.008)	46.375
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		10.021	(114.108)	26.415	(183.036)
Outros		135.122	(73.692)	36.694	(36.965)
Variações cambiais (líquidas)		(3.232.829)	302.474	(3.180.805)	811.970
Outras despesas operacionais		(217.650)	(233.657)	(389.525)	(336.066)
Total de Receitas		**7.929.404**	**10.340.180**	**21.118.605**	**23.358.110**
Despesas administrativas		(4.129.705)	(3.779.760)	(8.194.616)	(7.632.502)
Despesas com pessoal	12-a	(2.260.969)	(2.140.514)	(4.545.744)	(4.298.336)
Outras despesas administrativas	12-b	(1.868.736)	(1.639.246)	(3.648.872)	(3.334.166)
Depreciação e amortização		(431.140)	(411.487)	(863.129)	(810.250)
Ativo tangível	6-a	(302.087)	(295.572)	(604.182)	(587.550)
Ativo intangível	7-b	(129.053)	(115.915)	(258.947)	(222.700)
Provisões (líquidas)	9	5.848	(882.653)	(734.944)	(1.857.835)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(3.158.372)	(2.872.412)	(6.179.179)	(6.157.809)
Empréstimos e recebíveis	3-b.2	-	(2.873.481)	-	(6.159.335)
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	3-b.2	(3.158.519)	-	(6.179.002)	-
Lucros/perdas líquidas no desreconhecimento de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		147	1.069	(177)	1.526
Perdas com outros ativos (líquidas)		(351.318)	(48.570)	(413.518)	(90.627)
Outros ativos intangíveis	7-b	(305.864)	(441)	(305.864)	(441)
Outros ativos		(45.454)	(48.129)	(107.654)	(90.186)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda		(4.899)	2.336	(11.533)	231
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas		24.792	(217.681)	28.526	(338.694)
Resultado Operacional Antes da Tributação		**(115.390)**	**2.129.953**	**4.750.212**	**6.470.624**
Impostos sobre a renda	11	3.036.904	133.535	1.042.978	(2.199.323)
Lucro Líquido Consolidado do Período		**2.921.514**	**2.263.488**	**5.793.190**	**4.271.301**
Lucro atribuível à Controladora		2.875.750	2.211.940	5.702.052	4.173.703
Lucro atribuível às participações não-controladoras		45.764	51.548	91.138	97.598

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto valores por ações

	Nota Explicativa	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Lucro por Ação (em Reais)					
Lucro básico por 1.000 ações (em Reais - R$)					
Ações ordinárias		365,98	280,61	724,96	529,43
Ações preferenciais		402,58	308,67	797,45	582,37
Lucro diluído por 1.000 ações (em Reais - R$)					
Ações ordinárias		365,97	280,39	724,94	528,96
Ações preferenciais		402,57	308,43	797,44	581,86
Lucro líquido atribuído - Básico (em Reais - R$)					
Ações ordinárias		1.396.228	1.073.715	2.767.993	2.025.986
Ações preferenciais		1.479.522	1.138.225	2.934.059	2.147.717
Lucro líquido atribuído - Diluído (em Reais - R$)					
Ações ordinárias		1.396.227	1.073.699	2.767.992	2.025.952
Ações preferenciais		1.479.523	1.138.241	2.934.060	2.147.751
Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - básico					
Ações ordinárias		3.815.038	3.826.296	3.818.148	3.826.752
Ações preferenciais		3.675.119	3.687.437	3.679.289	3.687.893
Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - diluído					
Ações ordinárias		3.815.105	3.829.603	3.818.215	3.830.059
Ações preferenciais		3.675.186	3.690.744	3.679.356	3.691.200

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota Explicativa	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Lucro Líquido Consolidado do Período		**2.921.514**	**2.263.488**	**5.793.190**	**4.271.301**
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:		**(1.559.015)**	**(504.246)**	**(1.050.854)**	**585.691**
Ativos financeiros disponíveis para venda		**-**	**(278.500)**	**-**	**733.259**
Ajuste ao valor de mercado - Ganhos / (Perdas)		-	(410.213)	-	1.243.747
Valores transferidos para a conta de resultado		-	(6.839)	-	46.375
Impostos sobre a renda		-	138.552	-	(556.863)
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		**(1.336.095)**	**-**	**(997.936)**	**-**
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(2.266.521)	-	(2.054.213)	-
Lucro líquido em ativos financeiros anteriormente classificados como disponíveis para venda reclassificados para resultado		(28.557)	-	(30.808)	-
Lucro líquido em ativos financeiros anteriormente classificados como disponíveis para venda reclassificados para reservas		-	-	296.802	-
Impostos sobre a renda		958.983	-	790.283	-
Hedges de fluxo de caixa		**(222.920)**	**(225.746)**	**(52.918)**	**(147.568)**
Ajuste ao valor justo		(372.350)	(430.710)	(61.138)	(285.755)
Valores transferidos para a conta de resultado		-	(467)	-	-
Impostos sobre a renda		149.430	205.431	8.220	138.187
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:		**342.087**	**(441.896)**	**336.495**	**(441.896)**
Planos de Benefícios Definidos		**342.087**	**(441.896)**	**336.495**	**(441.896)**
Planos de Benefícios Definidos		574.260	(738.703)	574.210	(738.703)
Impostos sobre a renda		(232.173)	296.807	(237.715)	296.807
Total do Resultado Abrangente		**1.704.586**	**1.317.346**	**5.078.831**	**4.415.096**
Atribuível à controladora		1.658.822	1.265.798	4.987.693	4.317.498
Atribuível às participações não-controladoras		45.764	51.548	91.138	97.598
Total		**1.704.586**	**1.317.346**	**5.078.831**	**4.415.096**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais

		Patrimônio líquido atribuível à Controladora														
									Outros Resultados Abrangentes							
	Nota Explicativa	Capital social	Reservas	Ações em tesouraria	Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	Lucro do Período atribuído à controladora	Dividendos e remuneração	Patrimônio líquido	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de conversão de investimento no exterior	Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento	Total	Participações não-controladoras	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**57.000.000**	**27.881.326**	**(514.034)**	**(1.017.000)**	**7.334.563**	**(5.250.000)**	**85.434.855**	**666.190**	**-**	**(2.083.477)**	**859.370**	**(789.883)**	**84.087.055**	**725.504**	**84.812.559**
Total do resultado abrangente		**-**	**-**	**-**	-	**4.173.703**	**-**	**4.173.703**	**733.259**	**-**	**(441.896)**	**-**	**(147.568)**	**4.317.498**	**97.598**	**4.415.096**
Apropriação do lucro líquido		-	7.334.563	-	-	(7.334.563)	-	**-**	-	-	-	-	-	**-**	-	**-**
Dividendos e juros sobre o capital próprio	10-b	-	(5.250.000)	-	-	-	4.750.000	**(500.000)**	-	-	-	-	-	**(500.000)**	-	**(500.000)**
Pagamento baseado em ações		-	(34.214)	-	-	-	-	**(34.214)**	-	-	-	-	-	**(34.214)**	-	**(34.214)**
Ações em tesouraria	10-c	-	-	(163.011)	-	-	-	**(163.011)**	-	-	-	-	-	**(163.011)**	-	**(163.011)**
Resultados de ações em tesouraria	10-c	-	(344)	-	-	-	-	**(344)**	-	-	-	-	-	**(344)**	-	**(344)**
Reestruturação do Capital	10-c	-	-	(24)	-	-	-	**(24)**	-	-	-	-	-	**(24)**	-	**(24)**
Outros		-	8.131	-	,	-	-	**8.131**	-	-	-	-	-	**8.131**	2.548	**10.679**
Saldos em 30 de junho de 2017		**57.000.000**	**29.939.462**	**(677.069)**	**(1.017.000)**	**4.173.703**	**(500.000)**	**88.919.096**	**1.399.449**	**-**	**(2.525.373)**	**859.370**	**(937.451)**	**87.715.091**	**825.650**	**88.540.741**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**1- 2.i**	**57.000.000**	**28.966.451**	**(148.440)**	**(1.017.000)**	**8.924.064**	**(6.300.000)**	**87.425.075**	**-**	**1.813.574**	**(2.704.380)**	**859.370**	**(742.932)**	**86.650.707**	**436.894**	**87.087.601**
Mudança na adoção inicial do IFRS 9	1-b	-	(1.245.023)	-	-	-	-	**(1.245.023)**	-	(296.802)	-	-	-	**(1.541.825)**	-	**(1.541.825)**
Saldos em 1 de janeiro de 2018	**1- 2.i**	57.000.000	**27.721.428**	**(148.440)**	**(1.017.000)**	**8.924.064**	**(6.300.000)**	**86.180.052**	**-**	**1.516.772**	**(2.704.380)**	**859.370**	**(742.932)**	**85.108.882**	**436.894**	**85.545.776**
Total do resultado abrangente		**-**	**-**	**-**	**-**	**5.702.052**	**-**	**5.702.052**	**-**	**(997.936)**	**336.495**	**-**	**(52.918)**	**4.987.693**	**91.138**	**5.078.831**
Apropriação do lucro líquido		-	8.924.064	-	-	(8.924.064)	-	**-**	-	-	-	-	-	**-**	-	**-**
Opção de Aquisição de Instrumento Próprio		-	106.440	-	-	-	-	**106.440**	-	-	-	-	-	**106.440**	(106.440)	**-**
Dividendos e juros sobre o capital próprio	10-b	-	(6.300.000)	-	-	-	5.100.000	**(1.200.000)**	-	-	-	-	-	**(1.200.000)**	-	**(1.200.000)**
Remuneração baseada em ações		-	(69.667)	-	-	-	-	**(69.667)**	-	-	-	-	-	**(69.667)**	-	**(69.667)**
Ações em tesouraria	10-c	-	-	(208.426)	-	-	-	**(208.426)**	-	-	-	-	-	**(208.426)**	-	**(208.426)**
Reestruturação do Capital	10-c	-	-	(25)	-	-	-	**(25)**	-	-	-	-	-	**(25)**	-	**(25)**
Resultados de ações em tesouraria	10-c	-	(8.112)	-	-	-	-	**(8.112)**	-	-	-	-	-	**(8.112)**	-	**(8.112)**
Outros		-	(11.824)	-	-	-	-	**(11.824)**	-	-	-	-	-	**(11.824)**	147.010	**135.186**
Saldos em 30 de junho de 2018		**57.000.000**	**30.362.329**	**(356.891)**	**(1.017.000)**	**5.702.052**	**(1.200.000)**	**90.490.490**	**-**	**518.836**	**(2.367.885)**	**859.370**	**(795.850)**	**88.704.961**	**568.602**	**89.273.563**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
Valores expressos em milhares de Reais

	Nota Explicativa	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido consolidado do período		**5.793.190**	**4.271.301**
Ajustes ao lucro		**7.310.362**	**8.389.940**
Depreciação do ativo tangível	6-a	604.182	587.550
Amortização do ativo intangível	7-b	258.947	222.700
Perdas com outros ativos (líquidas)		413.518	90.627
Provisões e Perdas com ativos financeiros (líquidas)		6.914.123	8.015.644
Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, investimentos e ativos não correntes mantidos para venda		(16.993)	338.463
Resultado de equivalência patrimonial	5-a	(32.962)	(38.653)
Variações nos ativos e passivos fiscais diferidos	11	(2.492.997)	(752.442)
Atualização de Depósitos Judiciais		(330.518)	(315.730)
Atualização de Impostos a Compensar		(112.242)	(148.119)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.068)	(293)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		2.119.334	106.260
Outros		(12.962)	283.933
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		**(51.504.966)**	**378.764**
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil		(12.224.455)	3.414.717
Ativos Financeiros para negociação		-	30.464.623
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado		(1.491.649)	-
Outros Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado		72.032	19.023
Ativos Financeiros disponíveis para venda		-	(26.001.856)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(7.176.406)	-
Empréstimos e recebíveis		-	(9.663.947)
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(36.674.263)	-
Investimentos Mantidos até o Vencimento		-	(193)
Outros ativos		5.989.775	2.146.397
Aumento (decréscimo) líquido nos passivos operacionais		**52.798.226**	**22.711.916**
Passivos Financeiros para Negociação		-	(6.788.346)
Passivos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado		(12.427.465)	-
Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado		63.828.276	28.666.484
Outros passivos		1.397.415	833.778
Impostos pagos		**(2.360.132)**	**(922.791)**
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)		**12.036.680**	**34.829.130**
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Investimentos		**(369.593)**	**(787.077)**
Aquisição de Controlada, menos caixa líquido na aquisição		(111.224)	(8.464)
Ativo tangível	6-a	(585.733)	(381.901)
Ativo intangível	7-b	327.362	(352.999)
Ativos não correntes mantidos para venda		-	(43.713)
Reestruturação Societária		2	-
Alienação		**404.559**	**267.698**
Ativo tangível	6-a	104.714	18.336
Ativos não correntes mantidos para venda		204.898	42.085
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		94.947	207.277
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)		**34.966**	**(519.379)**
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aquisição de ações próprias		(208.426)	(163.011)
Emissão de outros passivos exigíveis a longo prazo	8-b.3	35.259.838	22.433.580
Dividendos pagos e juros sobre capital próprio		(4.965.148)	(4.634.952)
Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo	8-b.3	(40.764.759)	(47.673.547)
Pagamentos de dívidas subordinadas	8-b.4	(544.566)	-
Pagamentos de juros dos Instrumentos de dívida elegíveis a capital	8-b.5	(318.659)	(311.335)
Aumento em participações não-controladoras		(28)	9.531
Aumento de Capital em Sociedades Controladas realizadas por Participações Minoritárias		98.000	-
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)		**(11.443.748)**	**(30.339.734)**
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa (4)		**1.068**	**293**
Aumento Líquido nas Disponibilidades (1+2+3+4)		**628.966**	**3.970.310**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		**22.670.902**	**18.129.581**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		**23.299.868**	**22.099.891**

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
Valores expressos em milhares de Reais

	Nota Explicativa	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Componentes do caixa e equivalentes de caixa			
Disponibilidades		5.202.843	5.448.113
Empréstimos e outros valores		18.097.025	16.651.778
Total de caixa e equivalentes de caixa		**23.299.868**	**22.099.891**
Transações não monetárias			
Execuções de empréstimos e outros ativos transferidos para ativos não correntes mantidos para venda		328.269	227.827
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados mas não pagos	10-b	600.000	-
Informações complementares			
Juros recebidos		35.616.783	37.870.852
Juros pagos		16.159.018	21.154.351

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e outras informações

a) Contexto operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, operações de cartões de crédito e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, arrendamento mercantil, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, capitalização, gestão e recuperação de créditos não performados e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2018, na reunião realizada em 24 de julho de 2018.

b) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas foram elaboradas de acordo com o IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias oriundas das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS (Atual denominação do IFRIC) (IFRS).

De acordo com o IAS 34, as informações financeiras intermediárias destinam-se somente a fornecer atualização do conteúdo das últimas demonstrações financeiras consolidadas autorizadas para emissão, com foco em novas atividades, eventos e circunstâncias ocorridas no período, em vez de duplicar informações relatadas nas demonstrações financeiras consolidadas anteriormente apresentadas. Consequentemente, essas demonstrações financeiras intermediárias não incluem todas as informações exigidas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o IFRS, conforme emitido pelo IASB, assim sendo para obter o devido entendimento das informações incluídas nessas demonstrações financeiras intermediárias, as mesmas devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As mesmas políticas e os métodos de cálculo são seguidos nas demonstrações financeiras intermediárias quando comparadas às demonstrações financeiras anuais mais recentes, exceto para o IFRS 9, onde as novas políticas e métodos de mensuração estão descritos abaixo.

Adoção de novas normas e interpretações
O Banco adotou as normas e interpretações que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018. As seguintes normas e interpretação é aplicável ao Banco:

• **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** emitido em seu formato final em julho de 2014, o International Accounting Standards Board (IASB) aprovou o IFRS 9, que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros, de acordo com as diretrizes definidas pelo G-20 em abril de 2009, estabelecendo os requerimentos de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros.

i. Transição
As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 9 foram aplicadas prospectivamente. As diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do IFRS 9 foram reconhecidas em lucros acumulados e reservas de lucros em 01 de janeiro de 2018. Desta forma, as informações apresentadas no exercício de 2017, estão de acordo com a IAS 39, portanto, as notas explicativas abaixo são necessárias para entendimento das diferenças relativas às informações do mesmo período de 2018.
ii. Ativos e passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial
O Banco reconhece inicialmente empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos da dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados.
Todos os outros instrumentos financeiros (inclusive compras e vendas regulares de ativos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que corresponde à data na qual o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.
Um ativo ou passivo financeiro é mensurado inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de item não designado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

iii. Classificação
Ativos financeiros
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:
• O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais;
• Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.

Um instrumento da dívida é mensurado ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:
• O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e
• Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal em aberto.
No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, o Banco pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes. Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada pelo Banco.
Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).
Além disso, no reconhecimento inicial, o Banco pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado um ativo financeiro que, de outra forma, atenda às exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, caso essa designação elimine ou reduza substancialmente um descasamento contábil que poderia existir. Essa opção não foi utilizada pelo Banco.

iv. Avaliação do modelo de negócio
O Banco avalia o objetivo de um modelo de negócio no qual um ativo é mantido em nível de portfólio, por melhor refletir como o negócio é administrado e que informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas compreendem:

- Políticas e objetivos definidos para a carteira e a aplicação dessas políticas na prática. Incluindo, se a estratégia da Administração está focada em auferir receitas de juros contratuais, manter um perfil específico de taxa de juros, alinhar a duração dos ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Banco;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro daquele modelo de negócios) e como esses riscos são administrados;
- Como os gestores do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração se baseia no valor justo dos ativos administrados ou dos fluxos de caixa contratuais recebidos;
- A frequência, o volume e o momento das vendas em períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre as vendas futuras. No entanto, as informações sobre a atividade de vendas não são consideradas isoladamente, mas como parte de uma avaliação geral do objetivo definido pelo Banco para administrar os ativos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados, cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, são mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois (i) não são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais (ii) nem mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros.

v. Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros
Para os fins desta avaliação, define-se “principal” como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Define-se “Juros” como a contraprestação para o valor da moeda no tempo e para o risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um período específico e para outros riscos e custos básicos dos empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como para a margem de lucro.
Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros, o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia alterar o prazo ou valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atenderia esta condição. Ao realizar a avaliação, o Banco considera:

- eventos contingentes que alterariam o valor e prazo dos fluxos de caixa;
- alavancagem;
- prazos de pagamento antecipado e extensão;
- termos que limitem o direito do Banco aos fluxos de caixa de ativos; e
- recursos que modifiquem a contraprestação do valor da moeda no tempo, por exemplo, reajuste periódico das taxas de juros.

vi. Reclassificações de categorias dos ativos financeiros
Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no período após o Banco alterar seu modelo de negócios para administrar os ativos financeiros.

vii. Baixa de Ativos financeiros
O Banco baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo (ou valor contábil alocado à parcela do ativo baixado) e a soma (i) da contraprestação recebida (inclusive qualquer novo ativo obtido, deduzido de qualquer novo passivo assumido) e (ii) eventuais ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas em “Outros Resultados Abrangentes” é registrada no resultado.

A partir da data de abertura do IFRS, acima mencionada, eventuais ganhos/perdas acumulados e reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes” com relação aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes não são registrados no resultado mediante a baixa destes títulos.

O Banco realiza operações nas quais transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos ou parte deles. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados. Exemplos dessas operações incluem cessões de carteiras de empréstimos com coobrigação.

Em operações nas quais o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro e detém controle do ativo, o Banco continua a reconhecer o ativo na extensão de seu envolvimento contínuo, determinado pela extensão a que está exposto a alterações no valor do ativo transferido.

viii. Baixa de Passivos financeiros
O Banco baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

ix. Taxa de juros efetiva
A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exclusivamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros, estimados durante a vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou o custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera perdas de crédito esperadas e inclui custos de transação, prêmios ou descontos e taxas pagos ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origem.

1. Modificações nos ativos e passivos financeiros
i. Ativos financeiros
Caso os termos de um ativo financeiro sejam modificados, o Banco avalia se os fluxos de caixa do ativo modificado são substancialmente diferentes. Caso os fluxos de caixa sejam substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro original serão considerados vencidos. Neste caso, o ativo financeiro original é baixado e um novo ativo financeiro é reconhecido ao valor justo.

ii. Práticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2018
Caso os fluxos de caixa do ativo modificado mensurado ao custo amortizado não sejam substancialmente alterados, a modificação não resulta em baixa do ativo financeiro. Neste caso, o Banco recalcula o valor contábil bruto do ativo financeiro e reconhece o valor resultante dos ajustes ao valor contábil bruto como ganho ou perda de modificação no resultado. Caso uma modificação dessa natureza seja realizada devido às dificuldades financeiras do devedor, ganhos ou perdas são apresentados em conjunto com as perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*"). Em outros casos, são apresentados como receita de juros.

iii. Receita de juros
A receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto dos ativos financeiros, exceto:
(a) Ativos financeiros adquiridos ou originados com *impairment* de crédito, para os quais a taxa de juros efetiva original ajustada ao crédito é aplicada ao custo amortizado do ativo financeiro.
(b) Ativos financeiros que não são adquiridos ou originados com *impairment* de crédito, mas posteriormente apresentaram evento de default (ou "estágio 3"), para os quais a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao seu custo amortizado líquido da provisão.

iv. Instrumentos patrimoniais
Os instrumentos patrimoniais são aqueles que atendem à definição de patrimônio líquido do ponto de vista do emissor, ou seja, instrumentos que não contenham uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciem um interesse residual no patrimônio líquido do emissor. São exemplos os instrumentos de capital que incluem ações ordinárias.

Geralmente, todos os instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo através de resultados, exceto nos casos em que a Administração do Banco tenha eleito, no momento do reconhecimento inicial, a designação irrevogável de um investimento de patrimônio pelo justo valor por meio de Outros Resultados Abrangentes. A política do Banco condiz em designar investimentos de capital como mensurado ao valor justo contra Outros Resultados Abrangentes quando esses investimentos são mantidos para outros fins que não gerem retornos de investimento, nesse caso, os ganhos e perdas de valor justo são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes e não são reclassificados subsequentemente para o resultado, incluindo a venda do ativo. As perdas por redução ao valor recuperável (e a reversão de perdas por redução ao valor recuperável) não são contabilizadas separadamente de outras variações no valor justo. Com relação aos dividendos, quando representam um retorno sobre tais investimentos, continuam a ser reconhecidos no resultado como outros rendimentos quando o Banco possui o direito de receber pagamentos.

Os ganhos e perdas em participações mensurados ao valor justo no resultado são incluídos na rubrica "Ativos Financeiros mensurados a valor justo no resultado" na Demonstração Do Resultado.

v. Passivos financeiros
O Banco baixa um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesse caso, um novo passivo financeiro é reconhecido ao valor justo com base nos termos modificados. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e o novo passivo financeiro com termos modificados é reconhecida no resultado.

vi. Compensação
Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Banco atualmente tem um direito legalmente exequível de compensar os valores e a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Receitas e despesas são apresentadas em uma base líquida somente quando permitido pelas IFRSs ou para ganhos ou perdas resultantes de um grupo de operações semelhantes, como na atividade de negociação do Banco.

vii. Mensuração ao valor justo
O "valor justo" corresponde ao preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação

organizada entre participantes do mercado na data da mensuração no mercado principal ou, em sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Banco tenha acesso naquela data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de inadimplemento.
Quando há um disponível, o Banco mensura o valor justo de um instrumento com base no preço cotado neste mercado para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo se as operações para o ativo ou passivo ocorrem com regularidade e volume suficientes para fornecer informações sobre preços de forma contínua.

Caso não haja preço cotado em um mercado ativo, o Banco utiliza técnicas de avaliação para maximizar o uso das informações observáveis relevantes e minimizar o uso de informações não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que seriam considerados pelos participantes do mercado ativo na precificação de uma operação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro, no reconhecimento inicial, corresponde normalmente ao preço da operação, ou seja, o valor justo da contraprestação paga ou recebida. Caso o Banco determine que o valor justo, no reconhecimento inicial, difere do preço da operação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, nem baseado em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer informações não observáveis são consideradas irrelevantes com relação à mensuração, o instrumento financeiro será inicialmente mensurado ao valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da operação. Essa diferença é posteriormente reconhecida no resultado de forma apropriada com base na vida do instrumento, mas até que a avaliação seja integralmente suportada por dados observáveis de mercado ou a operação seja encerrada.

Se um ativo ou passivo mensurado ao valor justo tem um preço de compra e um preço de venda, o Banco mensura os ativos e as posições compradas a um preço de compra e os passivos e as posições vendidas a um preço de venda.

O valor justo de um passivo financeiro com um recurso à vista (por exemplo, um depósito à vista) não é inferior ao valor a pagar à vista, descontado a partir da primeira data na qual o pagamento do valor poderia ser exigido.

viii. Redução ao valor recuperável ("*impairment*")

O Banco reconhece ajustes para perdas de crédito esperadas com relação aos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado:
- ativos financeiros que sejam instrumentos da dívida;
- valores a receber de arrendamento mercantil;
- contratos de garantia financeira emitidos; e
- compromissos de empréstimo emitidos.

Nenhuma perda por redução ao valor recuperável ("*impairment*") é reconhecida em instrumentos de capital.
O Banco mensura os ajustes para perdas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil, exceto para os instrumentos abaixo, para os quais são registradas como perdas de crédito esperadas em 12 meses:
- instrumentos de dívida que apresentam um baixo risco de crédito na data de encerramento; e
- outros instrumentos financeiros (exceto valores a receber de arrendamento mercantil) nos quais o risco de crédito não aumentou substancialmente desde seu reconhecimento inicial.

Os ajustes para perdas em valores a receber de arrendamento mercantil são sempre mensurados a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil.

ix. Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada por probabilidade das perdas de crédito. São mensuradas da seguinte forma:
- ativos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como o valor presente de todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
- ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como a diferença entre o valor contábil bruto e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- compromissos de empréstimo a liberar: como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos ao Banco caso o compromisso seja utilizado na totalidade e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e
- contratos de garantia financeira: pagamentos esperados para reembolsar o titular, deduzidos de eventuais valores que o Banco espera recuperar.

x. Ativos modificados

Se os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados ou um ativo financeiro existente é substituído por um novo ativo devido a dificuldades financeiras do devedor, é necessário avaliar se o ativo financeiro deve ser baixado e as perdas de crédito esperadas são mensuradas da seguinte forma:
- Caso a reestruturação esperada não resulte em baixa do ativo existente, os fluxos de caixa esperados e advindos do ativo financeiro modificado são incluídos no cálculo das insuficiências de caixa do ativo existente.
- Caso a reestruturação esperada resulte em baixa do ativo existente, o valor justo esperado do novo ativo é tratado como fluxo de caixa final do ativo financeiro existente no momento de sua baixa.

Este valor é incluído no cálculo das insuficiências de caixa decorrentes do ativo financeiro existente descontadas a partir da data estimada de baixa até a data de encerramento, utilizando a taxa de juros efetiva original do ativo financeiro existente.

xi. Determinação de aumentos significativos no risco de crédito

Em cada data de apuração de seus balanços patrimoniais, o Banco avalia se os ativos financeiros registrados ao custo amortizado e os instrumentos financeiros de dívida registrados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes estão sujeitos à redução ao valor recuperável, bem como outros instrumentos financeiros sujeitos a essa avaliação.
Um ativo financeiro está "sujeito à redução ao valor recuperável" quando um ou mais eventos que exerçam impacto negativo sobre os

fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido.
As evidências de que um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem os seguintes dados observáveis:
- dificuldade financeira significativa do devedor ou emissor;
- atrasos de suas obrigações contratuais;
- quebra de contrato, como inadimplência ou atraso;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Banco em condições que o Banco não consideraria como interessantes para realizar;
- a probabilidade de que o devedor entre em falência ou outra reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de um mercado ativo para um título devido à dificuldades financeiras.

Um empréstimo que tenha sido renegociado devido à deterioração na condição do mutuário, é geralmente considerado como sujeito à redução ao valor recuperável, a menos que haja evidência de que o risco de não receber os fluxos de caixa contratuais tenha sido reduzido significativamente e não há nenhum outro indicador de *impairment*.

xii. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas no balanço patrimonial da seguinte forma:
- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: como uma dedução do valor contábil bruto dos ativos;
- compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira: como uma provisão; e
- instrumentos da dívida mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: nenhuma provisão para perdas é reconhecida no balanço patrimonial, pois o valor contábil desses ativos corresponde ao valor justo.

xiii. Evidência objetiva de redução ao valor recuperável ("*impairment*")
Em cada data de encerramento, o Banco avalia a existência de evidência objetiva de que os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado tiveram redução no seu valor recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros apresenta redução no seu valor recuperável quando evidências objetivas que demonstraram que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do(s) ativo(s) e que o evento de perda exerceu um impacto sobre os fluxos de caixa futuros do(s) ativo(s) que poderia ser estimado com segurança.
Evidências objetivas de que os ativos financeiros tiveram redução no seu valor recuperável incluem:
- dificuldade financeira significativa de um devedor ou emissor;
- inadimplência ou mora por um devedor;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Banco em condições que o Banco não consideraria como interessantes para realizar;
- indicações de que um devedor ou emissor poderia entrar em falência;
- o desaparecimento de um mercado ativo para um título; ou
- dados observáveis relacionados a um grupo de ativos, tais como alterações adversas no status de pagamento de mutuários ou emissores no grupo, ou condições econômicas correlacionadas a inadimplência no grupo.

Empréstimos que tenham sido renegociados devido à deterioração na condição do devedor, são geralmente considerado como reduzido ao valor recuperável a menos que haja evidência, de que o risco de não receber os fluxos de caixa contratuais tenha sido reduzido significativamente e não houvesse nenhum outro indicador de *impairment*.

Todos os empréstimos e adiantamentos e títulos mensurados a custo amortizado individualmente significativos foram submetidos a um teste específico de redução ao valor recuperável. Empréstimos e adiantamentos e títulos mensurados a custo amortizado não considerados como individualmente significativos, foram coletivamente submetidos a teste de redução ao valor recuperável por meio do agrupamento de empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado com características de risco de crédito semelhantes.

xiv. Avaliação individual ou coletiva
Uma mensuração individual de *impairment* se baseou na melhor estimativa da Administração do valor presente dos fluxos de caixa cujo recebimento era esperado. Ao estimar estes fluxos de caixa, a Administração exerceu julgamento quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente. Cada ativo reduzido ao valor recuperável foi avaliado com relação aos seus méritos, ao passo que a estratégia de teste e a estimativa dos fluxos de caixa considerados recuperáveis, foram aprovadas pelos responsáveis de risco de crédito do Banco.
Ao avaliar a necessidade de provisão coletiva para perdas, a Administração considerou fatores como qualidade de crédito, tamanho da carteira, concentrações e fatores econômicos. Para estimar a provisão necessária, foram estabelecidas premissas para definir como as perdas inerentes estavam modeladas e para determinar os parâmetros de dados necessários, com base na experiência histórica e nas condições econômicas atuais.

xv. Mensuração da redução ao valor recuperável ("*impairment*")
As perdas por redução ao valor recuperável de ativos mensurados ao custo amortizado foram calculadas como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados pela taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas por redução ao valor recuperável em ativos mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes foram calculadas como a diferença entre o valor contábil e o valor justo.

xvi. Reversão da redução ao valor recuperável ("*impairment*")
Para ativos mensurados ao custo amortizado: Caso um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável tenha causado a redução no valor da perda por redução do valor recuperável, a redução na perda por redução do valor recuperável foi revertida por meio do resultado.
Para títulos da dívida mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: Se, em um período subsequente, o valor justo de um título da dívida reduzido ao valor recuperável tenha aumentado e esse aumento pôde ser objetivamente atrelado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável foi revertida por meio do resultado; caso contrário, qualquer aumento no valor justo foi reconhecido por meio de Outros Resultados Abrangentes.

Qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial mensurado ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e reduzido ao valor recuperável foi reconhecida a qualquer momento em Outros Resultados Abrangentes.

Segue abaixo a conciliação do patrimônio líquido decorrente da adoção inicial do IFRS 9:

Conciliação do Patrimônio Líquido	
Patrimônio líquido antes dos ajustes do IFRS 9 - 31/12/2017	**87.087.601**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.149.051)
Provisão para compromissos contingentes	(674.513)
Remensuração de ativos decorrentes das novas categorias	17.806
Outros	237.867
Imposto de renda diferido	1.026.066
Patrimônio líquido após ajustes do IFRS 9 - 01/01/2018	**85.545.776**

2. Designação ao valor justo por meio do resultado

i. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, o Banco designou determinados ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, pois esta designação elimina ou reduz significativamente um descasamento contábil que poderia surgir.

3. Valores de perdas de crédito esperada

Informações, premissas e técnicas utilizadas na estimativa da redução ao valor recuperável ("*impairment*")

i. Classificação de instrumentos financeiros por estágios

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* está dividida em três níveis, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito:

- Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este Ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

- Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial; e

- Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

ii. Metodologia de estimação de *impairment*

A mensuração da perda esperada se realiza mediante os seguintes fatores:
- Exposição à Inadimplência ou EAD: é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência. Os modelos desenvolvidos incorporam premissas sobre as mudanças no cronograma de pagamento das operações.
- Probabilidade de Inadimplência (PD): é definido como a probabilidade de que a contraparte possa cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos da IFRS 9, serão considerados ambos: PD - 12 meses, que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em inadimplência durante os próximos 12 meses bem como a PD - tempo de vida, que considera a probabilidade de que a operação entre em inadimplência entre a data do balanço e a data de vencimento residual da operação. A norma exige que informações futuras relevantes para a estimação desses parâmetros devem ser consideradas.
- Perda por Inadimplência (LGD): é a perda resultante no caso de incumprimento, ou seja, a porcentagem da exposição que não pode ser recuperado em caso de inadimplência. Depende, principalmente, das garantias associadas à operação, que são consideradas como fatores de mitigação de riscos associados a cada ativo financeiro de crédito e aos fluxos de caixa futuros esperados a serem recuperados. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para sua estimação.
- Taxa de desconto: é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, para traze-los ao valor presente.

Para a estimativa dos parâmetros supracitados, o Banco tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

iii. Definição de inadimplência

O Banco considera que um ativo financeiro está em situação de inadimplência quando:
- é provável que o devedor não pagará integralmente suas obrigações de crédito ao Banco; ou
- o devedor apresenta obrigações de crédito significativas perante o Banco vencidas há mais de 90 dias, como regra geral.

Os saques a descoberto são considerados vencidos caso o cliente viole um limite recomendado ou lhe tenha sido concedido um limite inferior ao montante atual em aberto.
Ao avaliar se um devedor está inadimplente, o Banco considera indicadores:
- qualitativos – por exemplo, violações às cláusulas restritivas (*covenants*);
- quantitativos – por exemplo, status de vencido e não pagamento de outra obrigação do mesmo emissor perante o Banco; e
- baseados em dados coletados internamente e obtidos de fontes externas.

iv. Provisão para perdas

As tabelas a seguir apresentam as reconciliações dos saldos inicial e final da provisão para perdas por categoria de instrumento financeiro. Os termos perdas de crédito esperadas em 12 meses, perdas de crédito esperadas durante a vida útil e perdas por redução ao valor recuperável são explicados na nota de práticas contábeis. Os valores comparativos referentes a 31/12/2017, representam uma conta de provisão para perdas de crédito e refletem a base de mensuração de acordo com o IAS 39.

R$ milhões	**Total**
Saldo da provisão - Empréstimos e recebíveis (IAS 39) em 31/12/2017	18.261.638
Saldo da provisão para Avais e Fianças (IAS 39) em 31/12/2017	312.373
Saldo IAS 39 em 31/12/2017	**18.574.011**
Efeito da adoção inicial IFRS 9 (Nota 1.2i)	2.823.564
Saldo IFRS 9 em 01/01/2018	**21.397.575**

Em 1 de janeiro de 2018, o saldo da Provisão para perdas em IFRS 9 segregado em estágios era representado: Estágio 1 - 20%, Estágio 2 – 15% e Estágio 3 – 65%. Em 30 de junho de 2018, não houve mudanças significativas na segregação por estágios.

4. Ativos e Passivos financeiros

A. Classificação de ativos e passivos financeiros na adoção inicial do IFRS 9

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o IAS 39 e as novas categorias de mensuração de acordo com o IFRS 9.

Efeitos da adoção do IFRS 9 nas carteiras de Ativos e Passivos Financeiros (em R$ Mil)		**Classificação original de acordo com o IAS 39**	**Saldo em 31/12/2017**	**Reclassificações**	**Remensurações**	**Saldo em 01/01/2018**	**Nova classificação de acordo com o IFRS 9**
Ativos Financeiros	**IAS 39**	Empréstimos e recebíveis	340.598.405	339.669.247	-	339.669.247	Mensurados ao Custo Amortizado
				492.429	5.197	497.626	Mensurados a Valor Justo no Resultado
				436.729	(7.179)	429.550	Mensurados a Valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
		Disponíveis para venda	85.823.384	4.762.234	3.791	4.766.025	Mensurados ao Custo Amortizado
				79.954.513	-	79.954.513	Mensurados a Valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
				1.106.637	15.997	1.122.634	Valor Justo no Resultado
		Investimentos Mantidos até o vencimento	10.214.454	10.214.454	-	10.214.454	Mensurados ao Custo amortizado
		Para negociação	52.439.576	52.439.576	-	52.439.576	Mensurados ao Valor Justo no Resultado
		Outros ativos financeiros a valor justo no resultado	1.692.057	1.692.057	-	1.692.057	Outros ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Resultado
Total (1)			**490.767.876**	**490.767.876**	**17.806**	**490.785.682**	

(1) Não inclui Provisão para Perdas

Efeitos da adoção do IFRS 9 nas carteiras de Ativos e Passivos Financeiros (em R$ Mil)		Classificação original de acordo com o IAS 39	Saldo em 31/12/2017	Reclassificações	Remensurações	Saldo em 01/01/2018	Nova classificação de acordo com o IFRS 9
Passivos Financeiros	**IAS 39**	Para Negociação	49.322.546	-	-	49.322.546	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado
		Ao Custo amortizado	478.880.704	-	-	478.880.704	Mensurados ao Custo Amortizado
Total			**528.203.250**	**-**	**-**	**528.203.250**	

Receitas de contratos com clientes

• IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes: Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em 1 de janeiro de 2018. Esta norma específica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas completas. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução.
O princípio básico da IFRS 15 consiste em que uma entidade reconhece receitas para descrever a transferência de produtos ou serviços prometidos a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços.

Após análise das comissões/tarifas praticadas pelo Banco Santander versus aos novos conceitos da IFRS 15, foi possível concluir que não houve impactos significativos nas receitas reconhecidas até 31 de dezembro de 2017, bem como a partir da adoção da nova norma em 01 de janeiro de 2018.

Ciclos de Atualizações do IFRS
Ciclo 2015-2017 (Em audiência Pública) – Questionamentos sendo discutidos quanto aos normativos IAS 12 – Tributos sobre a Renda.

IAS 12 - Impostos sobre a Renda - A questão refere-se à apresentação do imposto de renda sobre os pagamentos e os custos de emissão de instrumentos financeiros classificados como patrimônio líquido, ou seja, se uma entidade reconhece o imposto de renda diretamente no patrimônio líquido ou no resultado.

IAS 23 - Custos de Empréstimos - Esclarecer se uma entidade transfere empréstimos específicos para carteira de empréstimo em geral quando a construção de um ativo qualificado estiver completa.

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 30 de junho de 2018

Na data de preparação destas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, as seguintes normas e interpretações que possuem data de adoção efetiva após 30 de junho de 2018 e ainda não foram adotadas pelo Banco:
• IFRS 16 - Contratos de Leasing – Emitida em janeiro de 2016, com data de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2019. Esta norma contém uma nova abordagem para os contratos de leasing, que requer ao arrendatário reconhecer ativos e passivos pelos direitos e obrigações criados pelo contrato. Assim sendo, primeiramente a entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.
Com data de vigência a partir de Janeiro de 2019, o Banco ainda está em processo de análise deste novo pronunciamento, observando criteriosamente o novo conceito de arrendamento mercantil, principalmente, na sua atuação como arrendatário.
IFRS 17 - Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS para contratos de seguros que visa substituir a IFRS 4. A IFRS 17 tem como data de implementação 1 de janeiro de 2021. Esta norma tem a objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças, o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo.
Os possíveis impactos decorrentes das alterações vigentes a partir de 1 de abril de 2018, estão sob a análise do Banco, que será concluída até a data de entrada em vigor de cada norma.

c) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o IFRS, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.1) Estimativas críticas

As principais estimativas foram discutidas detalhadamente com vista às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2017. No período findo em 30 de junho de 2018, não ocorreram mudanças significativas nas estimativas feitas no final do exercício de 2017, além daquelas indicadas nessas demonstrações financeiras intermediárias, especialmente decorrentes da aplicação do IFRS 9.

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A despesa de imposto sobre a renda é obtida mediante a soma do Imposto de Renda, Contribuição Social, Pis e Cofins. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente decorre da aplicação das respectivas alíquotas ao lucro real, e as alíquotas de Pis e Cofins aplicadas sobre a respectiva base de cálculo prevista na legislação específica, somada também com as mutações de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

Para detalhes adicionais, vide a nota 2.aa das Demonstrações Financeiras Completas de 31 de dezembro de 2017.

ii. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

Para detalhes adicionais vide a nota 2.e e 48.c8 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2017, que apresentam a análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros.

iii. Benefícios pós-emprego

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Para detalhes adicionais vide a nota 2.x das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2017.

iv. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judicias e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza,

complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas. Dado as incertezas decorrentes dos processos, não é praticável determinar a época de qualquer fluxo de saída (desembolso financeiro).

A nota explicativa 2.r às demonstrações financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, incluem informações sobre as provisões e os ativos e passivos contingentes. Não ocorreram mudanças significativas nas provisões e nos ativos e passivos contingentes do Banco entre 31 de dezembro de 2017 e 30 de junho de 2018, data da preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

v. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

Para detalhes adicionais ver nota 7.a.

vi. Provisões para perdas sobre créditos

As provisões para perdas sobre créditos são mensuradas e contabilizadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo IFRS 9, conforme explicado na nota anterior.

d) Informações comparativas

Estas demonstrações financeiras intermediárias incluem o período intercalar comparável a 30 de junho de 2017, para a Demonstrações Consolidadas do Resultado, Demonstrações Consolidadas do Resultado Abrangente, Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa. O balanço patrimonial consolidado é comparativo com 31 de dezembro de 2017.

e) Sazonalidade das transações do Banco

Considerando as atividades em que o Banco e empresas controladas se envolvem, a natureza de suas transações não é cíclica, nem sazonal. Consequentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nessas notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas referentes ao período findo em 30 de junho de 2018.

f) Relevância

O Banco, ao determinar as divulgações a serem feitas sobre os diversos itens das Demonstrações Financeiras ou outros assuntos, de acordo com o IAS 34, levou em consideração sua relevância em relação às Demonstrações Financeiras Intermediárias.

g) Demonstrações Consolidadas do Fluxo de Caixa

Ao preparar as Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudanças nos seus valores e com vencimento original inferiores a noventa dias foram classificadas como “Caixa e equivalentes de caixa”. O Banco classifica como Caixa e Equivalentes de Caixa os saldos registrados nos itens “Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil” e "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" no Balanço Patrimonial Consolidado, exceto por recursos de uso restritos e operações de longo prazo.

Os juros pagos e recebidos correspondem, basicamente, às atividades operacionais do Banco Santander.

A Administração do Banco Santander apresenta em uma linha destacada os "Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos" e os respectivos impactos no fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. Consequentemente, as correspondentes cifras das Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa foram reclassificadas para melhor apresentação desta peça contábil. A Administração considerou tais reclassificações como imateriais.

h) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco Santander estão apresentadas em Reais, moeda funcional das entidades e de apresentação destas demonstrações.

Para cada subsidiária, entidade no exterior e investimento em empresa não consolidada, o Banco Santander definiu a moeda funcional. Os ativos e passivos destas entidades são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço

- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

i) Captações, emissões e outros passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro.

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

A emissão de “Notes” deve ser registrada em conta específica do passivo e atualizada de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

O detalhamento pertinente a emissão desses instrumentos encontram-se descritos na nota 8.b-5.

j) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares reconhecidas na rubrica “Receitas com juros e similares” ou “Despesas com juros e similares”, conforme apropriado e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”.

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica “Outros Resultados Abrangentes". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no Patrimônio Líquido Consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

Operações de *hedge*

As entidades consolidadas utilizam derivativos financeiros para os seguintes fins: (i) para facilitar esses instrumentos a clientes que os solicitem para a gestão de seus riscos de mercado e de crédito; (ii) para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos ativos e passivos das entidades do Banco (Derivativos utilizados como hedge) e (iii) para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos (Instrumentos financeiros derivativos).

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de *hedge* são tratados, para fins contábeis, como derivativos para negociação.

Um derivativo é enquadrado para contabilidade de operações de *hedge* se todas as condições a seguir forem atendidas:

1. O derivativo protege contra um dos três tipos de exposição a seguir:

a. Variações no valor justo de ativos e passivos como resultado de flutuações, entre outras, na taxa de juros e/ou na taxa de câmbio à qual a posição ou o saldo a ser protegido estiver sujeito (*hedge* de valor justo).

b. Variações no fluxo de caixa estimado decorrentes de ativos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa).

c. O investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior).

2. Quando ele for eficaz para compensar a exposição inerente ao item ou posição protegida durante todo o prazo esperado do *hedge*, ou seja:
a. Na data do acordo, for esperado que o *hedge*, sob condições normais, seja altamente efetivo (efetividade prospectiva).

b. Há prova suficiente de que o *hedge* foi efetivo durante toda a existência do item ou posição coberta (efetividade retrospectiva).

3. Deve haver documentação apropriada comprovando a designação específica do derivativo financeiro para a proteção de determinados saldos ou transações e como se esperava que essa proteção efetiva fosse alcançada e mensurada, desde que isso seja consistente com a gestão de riscos do próprio Banco.

As variações no valor de instrumentos financeiros que se enquadram para contabilização de operações de *hedge* são reconhecidas da seguinte forma:

a. Em *hedges* de valor justo, os ganhos ou perdas, tanto sobre os instrumentos de *hedge* quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado.

b. Em *hedges* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes - *Hedges* de fluxo de caixa” até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado, exceto se as transações previstas resultarem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo não financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado.

c. A parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre os instrumentos de *hedge* relativos a *hedges* de fluxo de caixa e *hedges* de um investimento líquido em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se um derivativo designado como instrumento de *hedge* deixar de atender aos requisitos descritos anteriormente em função de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo para negociação.

Quando a contabilização de operações de *hedge* pelo valor justo é descontinuada (revogada, expirada, vendida ou não atender mais os critérios de *hedge* contábil), os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa de juros efetiva recalculada na data de descontinuidade do *hedge*. Os ajustes devem ser integralmente amortizados até o vencimento.

Quando *hedges* de fluxo de caixa são descontinuados, qualquer ganho ou perda cumulativo sobre o instrumento de *hedge* reconhecido no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes" (desde o período em que o *hedge* se tornou eficaz) permanece reconhecido no patrimônio até que a transação prevista ocorra, quando então esse ganho ou perda é reconhecido no resultado, a menos que não se espere mais que a transação ocorra, hipótese em que qualquer ganho ou perda acumulada é reconhecido imediatamente no resultado.

Para a contabilização e divulgação das estruturas de *hedge accounting* em 30 de junho de 2018, o Banco utilizou a faculdade do IFRS 9, de manter as práticas determinadas pelo IAS 39.

2. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas e fundos de investimento incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras Consolidadas são fornecidas na nota explicativa 5.

Participações diretas e indiretas controladas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.	**Atividade**		**Participação %** **Direta**
Banco Bandepe S.A.	Banco	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	78,57%	99,99%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	100,00%	100,00%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros) (4) (11)	Recuperação de Créditos Inadimplidos	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	99,99%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros) (current corporate name of Santander Participações S.A.) (3) (6) (8) (9) (10) (17) (18) (19)	Outras atividades	100,00%	100,00%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.)	Instituição de Pagamento	88,50%	88,50%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	100,00%	100,00%
Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito	Financeira	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A. (atual denominação social da Webcasas S.A.) (2)	Holding	100,00%	100,00%
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação social da Produban Serviços de Informática S.A.) (20) (21)	Tecnologia	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A. (22)	Outras Atividades	94,60%	94,60%
Controlada da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros) (11)(15)			
Ipanema Empreendimentos e Participações (15)	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	-	70,00%
Controlada da Ipanema Empreendimentos e Participações (15)			
Gestora de Investimentos Ipanema(15)	Gestora de Recursos	-	100,00%
Controladas da Getnet S.A.			
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras atividades	-	100,00%
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda. (Integry Tecnologia)	Outras atividades	-	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras atividades	-	100,00%
Controlada da Sancap			
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	-	100,00%

Evidence Previdência S.A.	Previdência	-	100,00%
Controlada da Aymoré CFI			
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super Pagamentos) (1)(16)	Instituição de Pagamento	-	100,00%
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) (12)	Banco	-	60,00%
Banco PSA Finance Brasil S.A.	Banco	-	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (sociedade em fase de transformação e anteriormente denominada BHJV Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda.) (23)	Em Transformação	-	50,00%
Controlada do Olé Consignado (12)			
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras atividades	-	100,00%
Olé Tecnologia Ltda.	Outras atividades	-	100,00%
Controlada da Santander Leasing			
Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A. (Atual denominação Social da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A. (Santander Finance Arrendamento Mercantil))	Leasing	-	100,00%

Fundos de Investimentos Consolidados	**Atividade**	**Participação %**	**Direta**
Santander FIC FI Contract I Referenciado DI	Fundo de Investimento	-	(a)
Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado	Fundo de Investimento	-	(a)
Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior	Fundo de Investimento	-	(a)
Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior	Fundo de Investimento	-	(a)
Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado	Fundo de Investimento	-	(a)
Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior	Fundo de Investimento	-	(a)
Santander Fundo de Investimento Financial Curto Prazo	Fundo de Investimento	-	(a)
Santander Fundo de Investimento Capitalization Renda Fixa	Fundo de Investimento	-	(a)
Santander Paraty QIF PLC (5)	Fundo de Investimento	-	(a)
Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (5)	Fundo de Investimento	-	(a)
BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário-FII (7)	Fundo de Investimento Imobiliário	-	(a)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (13)	Fundo de Investimento	-	(a)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL V) (14)	Fundo de Investimento	-	(a)

(a) Entidade sobre a qual o Banco e suas controladas está exposto ou tem direito a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos mediante o poder decisório, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Banco Santander e suas controladas detém 100% das cotas destes Fundos de Investimento.

(1) Em maio de 2017, foi aprovado pelo BACEN o processo de autorização para funcionamento da Sociedade como Instituição de Pagamento.
(2) Em função do Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações realizado em 26 de outubro de 2017, a Santander Serviços vendeu a sua participação detida na Webcasas S.A. para o Banco Santander. A venda integral ocorreu pelo valor contábil. Na AGE realizada em 1 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração da denominação social da Webcasas S.A. para Santander Holding Imobiliária S.A. e a alteração de seu objeto social para as novas atividades a serem desempenhadas.
(3) Em 22 de dezembro de 2017, a Santander Corretora de Seguros, a Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa S.A. e a Brazil Wind S.A. celebraram contrato para venda de 100% das ações de emissão da BW Guirapá I S.A. detidas pela Santander Corretora de Seguros e Brazil Wind S.A. para a Ferbasa. O preço base da totalidade de venda é de R$414 milhões, sendo que poderá haver o pagamento de um valor adicional de até R$35 milhões se forem atingidas metas futuras estipuladas no Contrato. O investimento foi baixado e, consequentemente os ativos e passivos da BW Guirapa I S.A. e controladas deixaram de ser consolidadas no Balanço do Conglomerado a partir de 01 de janeiro de 2018. Em 2 de abril de 2018, a venda foi concluída (Nota 10).
(4)Em AGE de 23 de março de 2018, a sociedade Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros teve seu nome alterado para Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A., e seu capital social aumentodo em R$150.000 passando o capital social para o valor de R$270.000, dividido em 265.419.392 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Santander Brasil.
(5) O Banco Santander, em função de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
(6) Na AGE realizada em 29 de setembro de 2017, foi aprovado o aumento do patrimônio líquido da Santander Corretora de Seguros no valor de R$12.900, face a versão do acervo líquido da Santander Brasil Advisory apurado com base no seu valor contábil na data-base de 31 de agosto de 2017, sendo que o montante de R$8.463, foi destinado à conta de capital social da Santander Corretora de Seguros, passando o capital social dos atuais R$1.717.652 para R$1.726.115, mediante a emissão de um total de 37.554 (trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que foram subscritas e integralizadas nesta data pelo Banco Santander, o preço da emissão foi fixado em R$343,50 por ação, calculado com base nos seus respectivos valores contábeis, na data-base de 31 de agosto de 2017.

(7) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia determinados imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário e consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
(8) Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 8 de maio de 2017, foi aprovada a alteração da denominação social da Santander Participações S.A. para Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. Nesta mesma AGE, foi aprovada a alteração do objeto social da Companhia.
(9) Na AGE realizada em 31 de agosto de 2017, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R$17.652, face a versão do acervo líquido da Santander Microcrédito apurado com base no seu valor contábil na data-base de 30 de junho de 2017, inteiramente destinado à conta de capital social da Santander Corretora de Seguros, passando o capital social dos atuais R$1.700.000 para R$1.717.652, mediante a emissão de um total de 51.776 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que foram subscritas e integralizadas nesta data pelo Banco Santander, o preço da emissão foi fixado em R$340,93 por ação, calculado com base nos seus respectivos valores contábeis, na data-base de 30 de junho de 2017.
(10) Em 31 de agosto de 2017, foi aprovada a incorporação da Santander Microcrédito pela Santander Corretora de Seguros. Com a extinção da Santander Microcrédito a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.
(11) Na AGE realizada em 11 de setembro de 2017, foi aprovado um aumento de capital social no valor de R$120.000, mediante a emissão de 120.000.000 (cento e vinte milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R$100,00 (cem reais) para R$120.000. As ações emitidas em razão do aumento do capital foram integralmente subscritas pelo acionista Banco Santander.
(12) A totalidade dos acionistas cancelaram a AGE de 19 de dezembro de 2017, que aprovou o aumento do capital social do Olé Consignado no valor de R$120.000. Ato contínuo, em 9 de fevereiro de 2018, os acionistas representando a totalidade do capital social do Olé Consignado, reunidos em AGE, realizada em 9 de fevereiro de 2018, aprovaram o aumento de capital social do Olé Consignado no valor de R$120.000, passando dos atuais R$400.000 para R$520.000, mediante a emissão de 57.089.392 (cinquenta e sete milhões, oitenta e nove mil e trezentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas na data da AGE na proporção de suas respectivas participações no capital social. A AGE de 9 de fevereiro de 2018, que deliberou pelo aumento de capital, foi aprovada pelo Bacen em despacho de 15 de março de 2018.
(13) Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em setembro de 2017. Refere-se a uma estrutura onde o Banco Santander alienou determinadas operações de crédito, que já haviam sido transferidas para prejuízo (operações vencidas a mais de 360 dias) para este fundo. A Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (Atual Securitizadora), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.
(14) Este fundo passou a ser consolidado em outubro de 2017 e é controlado indiretamente pela Atual Securitizadora.
(15) Investimento adquirido em 16 outubro de 2017.
(16) Na AGE de 21 de julho de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Super Pagamentos no valor de R$20.000, passando o capital social dos atuais R$49.451 para R$69.451, mediante a emissão de 50.724.086 (cinquenta milhões, setecentos e vinte e quatro mil e oitenta e seis) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em tudo idênticas às anteriormente existentes, ao preço aproximado de emissão de R$394,29 por lote de mil ações ao valor patrimonial contábil da Super Pagamentos em 30 de junho de 2017. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas nesta mesma data pela Aymoré CFI.
(17) Em 29 de setembro de 2017, foi aprovada a incorporação da Santander Brasil Advisory pela Santander Corretora de Seguros. Com a extinção da Santander Brasil Advisory, a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.
(18) Em 17 de novembro de 2017, o Banco Santander adquiriu da Santusa Holding, S.L. a participação que a mesma detinha no capital social da Santander Serviços. Foi registrado o valor de R$298.978 referente ao ágio no Patrimônio Líquido.
(19) Em 30 de novembro de 2017, foi aprovada a incorporação da Santander Serviços pela Santander Corretora de Seguros. Com a extinção da Santander Serviços, a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.
(20) Em 28 de fevereiro de 2018, a sociedade Produban Serviços de Informática S.A. incorporou a Isban Brasil S.A. (ambas as companhias controladas e com a totalidade de suas ações sob a titularidade do Banco Santander), de modo que a Produban Serviços de Informática S.A. sucedeu a extinta Isban Brasil S.A. em todos os seus direitos e obrigações. Na mesma data, a Produban Serviços de Informática S.A. teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A., uma sociedade controlada e com a totalidade de suas ações detidas pelo Banco Santander.
(21) Em AGE realizada no dia 19 de março de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denoninação social da Produban Serviços de Informática S.A.) no valor de R$4.000, mediante a capitalização da reserva para equalização de dividendos, sem modificação do número de ações, passando o capital social do valor de R$91.048 para R$95.048, representado por 45.371.225 (quarenta e cinco milhões, trezentas e setenta e uma mil, duzentas e vinte e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
(22) Investimento transferido da rubrica ativos não-correntes mantidos para venda (Nota 4) em junho de 2018.
(23) Em 08 de maio de 2018, a Aymoré CFI e Hyundai Capital deliberaram a transformação em sociedade anônima e aumento de capital social do Banco Hyundai Capital Brasil S.A., no valor de R$ 99.995, passando o capital social total para o montante de R$ 100.000, dividido em 100.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 50% das ações de emissão da companhia detidas pela Aymoré CFI e 50% das ações de emissão da companhia detidas pela Hyundai Capital.

a) Formação de Parceria com a HDI Seguros S.A. para Criação de Seguradora de Automóveis Totalmente Digital

Em 20 de dezembro de 2017, o Banco Santander celebrou documentos vinculantes com a HDI Seguros S.A. (HDI Seguros), para a formação de uma parceria para a emissão, oferta e comercialização de seguros de automóveis, de forma 100% digital, por meio da criação de nova companhia seguradora - a Santander Auto, a ser detida 50% pela Sancap, sociedade controlada pelo Banco Santander, e 50% pela HDI Seguros. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes. Em 2 de março de 2018, foi concedida a autorização pelo CADE, em 30 de abril, foi aprovada pelo Banco Central do Brasil e, em 15 de maio, foi obtida aprovação prévia da SUSEP.

b) Abertura da agência em Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças do Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o montante de US$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

c) Acordo para aquisição indireta de participação societária nas sociedades Ipanema Empreendimentos e Participações e Gestora de Investimentos Ipanema

Em 5 de julho de 2017, a Atual Securitizadora, subsidiária integral do Banco Santander, celebrou contrato de compra e venda para adquirir participação societária equivalente a 70% das quotas representativas do capital social das sociedades Ipanema Empreendimentos e Participações Ltda., Gestora de Investimentos Ipanema Ltda. e do Fundo Investimento Ipanema NPL V. Em 19 de setembro de 2017, o Bacen autorizou a aquisição e, após o cumprimento das demais condições precedentes, as partes concluíram a transação em 16 de outubro de 2017.

d) Criação Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

Em 28 de abril de 2016, Aymoré CFI e Banco Santander celebraram com a Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) os

documentos necessários para constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. O banco será detido 50% pela Aymoré CFI e 50% pela Hyundai Capital. Em Decreto Presidencial de 18 de setembro de 2017, o governo brasileiro reconheceu ser de interesse a participação estrangeira no Banco. Em 27 de setembro de 2017 o Bacen manifestou-se favoravelmente ao projeto. Em 11 de abril de 2018, as partes constituíram, com participação de 50% da Aymoré e 50% da Hyundai Capital, a sociedade BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda., entidade não operacional, que, em 08 de maio de 2018, foi transformada no Banco Hyundai Capital Brasil S.A., e teve seu capital social aumentado em R$ 99.995, passando ao montante de R$ 100.000, dividido em 100.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Os atos constitutivos do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. encontram-se em análise perante o Bacen e sua atuação como instituição financeira na categoria banco múltiplo está sujeita à emissão da respectiva autorização para funcionamento daquela autarquia. O Banco Santander possui o controle desta sociedade.

e) Constituição da Gestora de Inteligência de Crédito - Parceria entre Banco Santander e Outros Bancos do Mercado Brasileiro

No dia 14 de abril de 2017, foram firmados pelos acionistas os documentos definitivos necessários à constituição de um novo birô de crédito, a Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Companhia), cujo controle é compartilhado entre os acionistas que detêm 20% do seu capital social cada. A Companhia desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis, propiciando um significativo aperfeiçoamento dos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito. O Banco estima que a Companhia esteja integralmente operacional em 2019.

f) Constituição da BEN Benefícios e Serviços S.A.

No dia 11 de junho de 2018, foi constutuída a BEN Benefícios e Serviços S.A., 100% detida pelo Banco Santander, que atuará no fornecimento e administração de vales-refeição, vales-alimentação, vales-transporte, vales-cultura e similares, via emissão impressa ou carregados em cartões eletrônicos ou magnéticos. O Banco estima que a Companhia esteja integralmente operacional em 2019.

3. Ativos financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com “Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil” e “Derivativos utilizados como Hedge”, em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está demonstrada abaixo:

					30/6/2018
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Outros Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	36.207.251	36.207.251
Sendo:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	-	36.207.251	36.207.251
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	283.742.023	283.742.023
Sendo:					
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto (1)	-	-	-	302.413.684	302.413.684
Perda de valor recuperável (*impairment*) (nota 3-b.2)	-	-	-	(18.671.661)	(18.671.661)
Instrumentos de dívida	36.303.231	1.619.848	86.185.546	43.573.540	167.682.165
Sendo:					
Instrumentos de dívida	-	-	-	46.226.219	46.226.219
Perda de valor recuperável (*impairment*) (nota 3-b.2)	-	-	-	(2.652.679)	(2.652.679)
Instrumentos de patrimônio	766.691	-	16.316	-	783.007
Derivativos	17.764.573	-	-	-	17.764.573
Empréstimos e adiantamentos a clientes	645.784	-	-	-	645.784
Total	**55.480.279**	**1.619.848**	**86.201.862**	**363.522.814**	**506.824.803**

						31/12/2017
	Ativos financeiros para negociação	Outros ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos Mantidos até o Vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	-	32.300.095	32.300.095
Sendo:						
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	-	-	32.369.110	32.369.110
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(69.015)	(69.015)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-	272.420.157	272.420.157
Sendo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto (1)	-	-	-	-	287.829.213	287.829.213
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(15.409.056)	(15.409.056)
Instrumentos de dívida	34.879.681	1.658.689	84.716.747	-	17.616.515	138.871.632
Sendo:						
Instrumentos de dívida	-	-	-	-	20.400.082	20.400.082
Perda de valor recuperável (*impairment*) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(2.783.567)	(2.783.567)
Instrumentos de patrimônio	489.770	33.368	1.106.637	-	-	1.629.775
Derivativos	17.070.125	-	-	-	-	17.070.125
Investimentos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	10.214.454	-	10.214.454
Total	**52.439.576**	**1.692.057**	**85.823.384**	**10.214.454**	**322.336.767**	**472.506.238**

(1) Em 30 de junho de 2018, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente às operações da carteira de crédito cedida é de R$173.151 (31/12/2017 - R$431.397) e R$977.997 (31/12/2017 - R$428.248) de "Outros passivos financeiros - Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos".

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda de valor recuperável dos ativos financeiros

b.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

Conforme indicado na nota explicativa 2 às Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado e exceto no caso de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (classificados como ativos disponíveis para venda até 31 de dezembro de 2017, antes da adoção do IFRS 9, conforme nota 1), em que as variações no valor justo são reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido consolidado, em "Outros resultados abrangentes".

Os débitos ou créditos em "Outros Resultados Abrangentes" provenientes das variações ao valor justo, permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Como parte do processo de mensuração ao valor justo, quando há evidência, de perdas no valor recuperável desses instrumentos, os valores deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros resultados abrangentes" e são reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Em 30 de junho de 2018, o Banco analisou as variações no valor justo dos diversos ativos que compõem essa carteira e concluiu que, nessa data, não houve diferenças significativas cuja origem poderia ser considerada como decorrentes de perdas de valor recuperável (*impairment*). Consequentemente, a totalidade das variações no valor justo desses ativos está apresentada em "Outros Resultados Abrangentes". As variações no saldo de outros resultados abrangentes no período intermediário são reconhecidas na demonstração consolidada de Outros Resultados Abrangentes.

b.2) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, outros valores com instituições de crédito e adiantamentos a clientes

As variações nas provisões para perdas de valor recuperável dos ativos incluídos em "Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, Outros Valores com Instituições de Crédito e Adiantamentos a Clientes" (classificados como Empréstimos e Recebíveis até 31 de dezembro de 2017, antes da adoção do IFRS 9, conforme nota 1) nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 foram as seguintes:

	01/01 a 30/06/2018
Saldo no início do período (em 01/01/2018 após a adoção inicial IFRS 9)	**20.723.062**
Provisão para perdas com ativos financeiros e recuperação de empréstimos baixados para prejuízo	6.592.817
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(5.991.539)
Saldo no final do período (Nota 3.a)	**21.324.340**
Provisões para compromissos contingentes (Nota 9.a)	704.021
Total da provisão para perdas de valor recuperável, incluindo provisões para compromissos contingentes decorrentes desses ativos	**22.028.361**
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	**413.815**

	01/01 a 30/06/2017
Saldo no início do período (IAS 39) (Nota 3.a)	**18.191.126**
Provisão para perdas com ativos financeiros - Empréstimos e recebíveis	6.840.293
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(7.792.121)
Saldo no final do período (IAS 39)	**17.239.298**
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	**680.958**

Considerando os valores reconhecidos em "Perdas por não-recuperação contra o resultado" e as "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo", as "Perdas com ativos financeiros - Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado" (anteriormente classificada como Perdas com empréstimos e recebíveis) totalizavam R$ 6.179.002 e R$ 6.159.335 nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, respectivamente.

c) Ativos não recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que: (i) ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida); (ii) signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio; (iii) decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e (iv) por ocasião do processo de falência.

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos e adiantamentos a clientes" considerados como não recuperável devido ao risco de crédito nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 são os seguintes:

	01/01 a 30/06/2018
Saldo no início do período (em 01/01/2018 após a adoção inicial IFRS 9)	**19.847.987**
Adições líquidas	6.697.637
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(5.991.539)
Saldo no final do período (IFRS 9)	**20.554.085**

	01/01 a 30/06/2017
Saldo no início do período (IAS 39)	**18.887.132**
Adições líquidas	7.012.564
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(7.792.121)
Saldo no final do período (IAS 39)	**18.107.575**

d) Provisões para compromissos contingentes

Conforme nota 2.iii.ix, o IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizado a despesa de provisão que reflita o risco de crédito ao ocorrer a honra dessas garantias e o cliente avalizado não cumprir com suas obrigações contatuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018:

	01/01 a 30/06/2018
Saldo no início do período (em 01/01/2018 após a adoção inicial IFRS 9)	**674.513**
Constituição de provisão para compromissos contingentes	29.508
Saldo no final do período (Nota 3.b.2)	**704.021**

4. Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso e outros ativos tangíveis destinados para venda.

Em 30 de junho de 2018, a Administração do Banco Santander reavaliou sua estratégia sobre o investimento na sociedade Real TJK Empreendimento Imobiliário S.A. (atualmente denominada Rojo Entretenimento S.A.), sociedade detentora do Teatro Santander, e

decidiu pela transferência da rubrica ativos não-correntes mantidos para venda para participações em coligadas e controladas (Nota 2). Em 31 de dezembro de 2017, o valor registrado na rubrica era de R$130.713.

5. Participações em coligadas e empreendimentos conjuntos

Controle conjunto

O Banco Santander considera os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas, nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

			Participação em %	
Controle conjunto do Banco Santander	**Atividade**	**País**	**30/6/2018**	**31/12/2017**
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (1) (6)	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização (1) (6)	Securitização	Brasil	9,72%	9,72%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)(5)(6)	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito (2) (4)	Birô de Crédito	Brasil	20,00%	20,00%
Campo Grande Empreendimentos	Outras Atividades	Brasil	25,32%	25,32%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros				
Webmotors S.A. (7)	Outras Atividades	Brasil	70,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. - TecBan (1)	Outras Atividades	Brasil	19,81%	19,81%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (3)(8)	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
Influência Significativa do Banco Santander				
Norchem Holding e Negócios S.A. (1)	Outras Atividades	Brasil	21,75%	21,75%

	Investimentos	
	30/6/2018	**31/12/2017**
Controle conjunto do Banco Santander	**510.604**	**495.264**
Banco RCI Brasil S.A.	448.061	427.801
Norchem Participações e Consultoria S.A.	25.614	25.550
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	7.212	7.438
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	3.638	4.707
Gestora de Inteligência de Crédito	25.824	29.513
Campo Grande Empreendimentos	255	255
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	**421.825**	**350.440**
Webmotors S.A.	271.537	197.930
Tecnologia Bancária S.A. - TecBan	149.266	151.019
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	1.022	1.491
Influência Significativa do Banco Santander	**20.668**	**20.860**
Norchem Holding e Negócios S.A.	20.668	20.860
Total	**953.097**	**866.564**

	Resultados de equivalência patrimonial			
	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Controle conjunto do Banco Santander	**22.102**	**22.332**	**20.219**	**22.542**
Banco RCI Brasil S.A.	23.382	22.562	24.243	22.886
Norchem Participações e Consultoria S.A.	240	458	628	975
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	292	126	107	228
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	13	(814)	(1.069)	(1.547)
Gestora de Inteligência de Crédito	(1.825)	-	(3.690)	-
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.)	**7.325**	**10.522**	**12.423**	**15.404**
Webmotors S.A.	7.022	3.993	13.895	9.119
Tecnologia Bancária S.A. - TecBan	131	6.287	(1.753)	5.959
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	172	242	281	326
Influência Significativa do Banco Santander	**158**	**355**	**320**	**707**
Norchem Holding e Negócios S.A.	158	355	320	707
Total	**29.585**	**33.209**	**32.962**	**38.653**

			30/6/2018
	Ativo	Passivo	Resultado [4]
Controle conjunto do Banco Santander	**10.885.464**	**9.473.652**	**35.056**
Banco RCI Brasil S.A.	10.536.121	9.412.906	60.774
Norchem Participações e Consultoria S.A.	78.347	27.119	1.257
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	78.717	3.201	1.098
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	32.784	43	(9.623)
Gestora de Inteligência de Crédito	159.495	30.383	(18.450)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	**2.239.101**	**1.410.814**	**11.564**
Webmotors S.A.	411.457	23.547	19.849
Tecnologia Bancária S.A. - TecBan	1.824.644	1.386.312	(8.848)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	3.000	955	563
Influência Significativa do Banco Santander	**121.018**	**25.991**	**1.472**
Norchem Holding e Negócios S.A.	121.018	25.991	1.472
Total	**13.245.583**	**10.910.457**	**48.092**

			31/12/2017
	Ativo	Passivo	Lucro[5]
Controle conjunto do Banco Santander	**9.432.738**	**8.043.604**	**43.866**
Banco RCI Brasil S.A.	9.057.261	7.985.647	74.452
Norchem Participações e Consultoria S.A.	78.674	27.574	2.665
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	86.378	9.884	4.000
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	42.627	264	(14.040)
Gestora de Inteligência de Crédito	167.798	20.235	(23.211)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	**1.967.989**	**1.077.782**	**74.861**
Webmotors S.A.	490.458	50.413	31.264
Tecnologia Bancária S.A. - TecBan	1.472.774	1.025.593	41.932
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	4.757	1.776	1.665
Influência Significativa do Banco Santander	**122.176**	**26.267**	**5.597**
Norchem Holding e Negócios S.A.	122.176	26.267	5.597
Total	**11.522.903**	**9.147.653**	**124.324**

b) Variação

As variações no saldo de Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto nos períodos findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 foram as seguintes:

Controle conjunto	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Saldo no início do período	**845.704**	**969.097**
Resultado de equivalência patrimonial	32.642	37.946
Adição	62.067	-
Baixa	-	(7.997)
Dividendos propostos/ recebidos	(20.950)	(86.334)
Ajuste ao valor de mercado	-	-
Outros Resultados Abrangentes (9)	15.812	(10.854)
Outros	(2.846)	-
Saldo no final do período	**932.429**	**901.858**
Influência Significativa		
Saldo no início do período	**20.860**	**20.980**
Resultados de equivalência patrimonial	320	707
Dividendos propostos/ recebidos	(512)	(1.338)
Saldo no final do período	**20.668**	**20.349**
Total	**953.097**	**922.207**

(1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, foi utilizada em 30/06/2018 a posição de 31/05/2018.
(2) Empresa constituída em abril de 2017 e se encontra em fase pré operacional. Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado entre os acionistas que detém 20% do seu capital social cada. Na AGE realizada em 6 de julho de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Gestora de Crédito no valor total de R$65.822, de forma que o capital social passou de R$1 para R$65.823, mediante a emissão de 6.582.200 (seis milhões, quinhentos e oitenta e duas mil e duzentas) novas ações, sendo 3.291.100 (três milhões, duzentas e noventa e um mil e cem) ações ordinárias, 1.316.440 (um milhão, trezentas e dezesseis mil, quatrocentas e quarenta) ações preferencias Classe A, 1.316.440 (um milhão, trezentas e dezesseis mil, quatrocentas e quarenta) de ações preferenciais Classe B e 658.220 (seiscentos e cinquenta e oito mil, duzentas e vinte) ações preferenciais Classe C, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$10,00, correspondente ao valor patrimonial das ações. As ações emitidas no aumento de capital foram totalmente subscritas nesta mesma data pelos acionistas na proporção de 20% do seu capital social cada.
(3) Em 2017, conforme alteração contratual, as sócias da PSA Corretora de Seguros, decidiram aumentar o capital social da sociedade em R$401, de forma que o capital social passou de R$500 para R$901, mediante a emissão de 400.532 (quatrocentas mil e quinhentas e trinta e duas) novas quotas representativas do seu capital social, tendo cada quota o valor nominal de R$1,00 (um real). As novas quotas emitidas foram subscritas e integralizadas na data da referida alteração contratual, em moeda corrente nacional, na proporção da participação de cada sócia equivalente a 50% do seu capital social cada uma, ou seja 200.266 (duzentas mil e duzentas e sessenta e seis) quotas.
(4) Na AGE realizada em 5 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Gestora de Crédito no valor total de R$285.205, de forma que o capital social passou de R$65.823 para R$351.028, mediante a emissão de 29.013.700 (vinte e nove milhões, treze mil e setecentas) novas ações, sendo 14.506.850 (quatorze milhões, quinhentas e seis mil, oitocentas e cinquenta) ações ordinárias, 5.802.740 (cinco milhões, oitocentas e duas mil, setecentas e quarenta) ações preferencias Classe A, 5.802.740 (cinco milhões, oitocentas e duas mil, setecentas e quarenta) ações preferenciais Classe B e 2.901.370 (dois milhões, novecentas e uma mil e trezentas e setenta) ações preferenciais Classe C, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$9,83 (nove reias e oitenta e três centavos) por ação, correspondente ao valor patrimonial das ações. As ações emitidas no aumento de capital foram totalmente subscritas nesta mesma data pelos acionistas na proporção de 20% do seu capital social cada.
(5) Conforme previsto no seu Estatuto Social, a EBP foi constituída com a missão de realizar projetos que contribuíssem para o desenvolvimento econômico e social brasileiro pelo período de 10 anos. Após a conclusão do cronograma estabelecido, a EBP encerra suas atividades neste ano de 2018. A dissolução de pleno direito e a liquidação da EBP foram deliberadas na AGE realizada no dia 29 de janeiro de 2018.
(6) O Banco possui participação inferior a 20% , não havendo bloco de controle na companhia, sendo as decisões de negócio tomadas em conjunto pelos acionistas.
(7) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).
(8) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros (Atual denominação social da Santander Participações S.A.) e a PSA Services LTD.
(9) Em 30 de junho de 2017, os saldos de Ativo, Passivo e Lucro referem-se a 100% do balanço da empresa. Não há saldo para a rubrica "Outros Resultados Abrangentes" nestas empresas, exceto no Banco RCI.
(*) O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.
(**) O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

c) Perdas por não recuperação

Não existem perdas por não recuperação em relação a investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos nos períodos findos em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

d) Outras informações

Detalhes das principais empresas não controladas pelo Banco Santander:

- **Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao

financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

- **Webmotors S.A.**: Sociedade constituída na forma de sociedade de capital fechado com sede em São Paulo e tem por objeto social, a elaboração, implementação e/ou disponibilização de catálogos eletrônicos, espaço, produto, serviços ou meios para a comercialização de produtos e/ou serviços correlacionados com a indústria automobilística, na Internet através do "website" www.webmotors.com.br (de propriedade da Webmotors) ou outros meios relacionados às atividades de comércio eletrônico e demais usos ou aplicações da Internet, bem como a participação no capital de outras sociedades e a administração de negócios e empreendimentos afins. É uma empresa integrante do Conglomerado Econômico - Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e da Carsales.com Investments PTY LTD (Carsales), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

6. Ativo tangível

a) Movimentação

A movimentação dos ativos tangíveis nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Obras em curso e outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**2.016.815**	**996.519**	**3.492.790**	**3.759**	**6.509.883**
Adições	5.890	94.357	485.486	-	585.733
Baixa	(6.111)	(8.025)	(90.578)	-	(104.714)
Depreciações do período	(40.481)	(250.606)	(313.095)	-	(604.182)
Adições por Aquisição de Sociedade (Nota 2.b)	-	390	267	-	657
Transferências	(276)	(110)	(60.950)	(3.759)	(65.095)
Reestruturação Societária (Nota 2)	92.271	17.698	12.957	1.302	124.228
Saldo em 30 de junho de 2018	**2.068.108**	**850.223**	**3.526.877**	**1.302**	**6.446.510**

	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Obras em curso e outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**2.103.952**	**857.916**	**3.680.806**	**3.759**	**6.646.433**
Adições	89	72.304	309.508	-	381.901
Baixa	(6.048)	(1.692)	(10.365)	-	(18.105)
Depreciações do período	(41.154)	(174.931)	(371.465)	-	(587.550)
Impairment do período	6.378	-	-	-	6.378
Transferências	(44)	52.954	(15.752)	-	37.158
Saldo em 30 de junho de 2017	**2.063.173**	**806.551**	**3.592.732**	**3.759**	**6.466.215**

b) Perdas por não recuperação

Não houve perdas significativas por *impairment* com ativos tangíveis no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018

c) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 30 de junho de 2018, o Banco possui R$94 milhões em compromissos contratuais para aquisição de ativo tangível (31/12/2017 – R$75 milhões).

7. Ativo intangível

a) Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com a IFRS 3 Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment*

reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais (nota 14).

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

	30/6/2018	31/12/2017
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.565	27.217.565
Olé Consignado	62.800	62.800
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super)	13.050	13.050
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.557	1.557
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet)	1.039.304	1.039.304
Ipanema Empreendimentos e Participações Ltda.	27.630	28.120
Produban Serviços de Informática S.A.	16.382	-
Outros	-	1.860
Total	**28.378.288**	**28.364.256**

	Banco Comercial 31/12/2017
Principais premissas:	
Bases para determinação do valor recuperável	
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos
Taxa de crescimento perpétuo	8,3%
Taxa de desconto (2)	14,6%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa dos desconto antes de impostos é de 20,42%.

O teste de recuperabilidade foi realizado ao longo do segundo semestre de 2017, uma vez que, ao final de cada período reportável ou sempre que houver alguma indicação de perda ao valor recuperável, o ágio é testado para fins de *impairment* (teste de recuperabilidade).

No teste de recuperabilidade do ágio, as taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente. Com a variação de +0,25% ou -0,25% nessas taxas, o valor dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente continuam superior ao patrimônio líquido do Banco.

b) Outros ativos intangíveis

A movimentação dos outros ativos intangíveis nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, foi a seguinte.

	Desenvolv. de tecnologia da informação - TI	Outros ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**1.734.866**	**102.921**	**1.837.787**
Adições	108.675	81	108.756
Baixas	(436.118)	-	(436.118)
Transferências	565.698	-	565.698
Amortizações no período	(249.345)	(9.602)	(258.947)
Impairment no período (1)	(305.864)	-	(305.864)
Adições por Aquisições de Sociedades Controladas (Nota 2.b)	7	-	7
Reestruração Societária (Nota 2)	72	-	72
Saldos em 30 de junho de 2018	**1.417.991**	**93.400**	**1.511.391**
Vida útil estimada	**5 anos**	**Até 5 anos**	

	Desenvolv. de tecnologia da informação - TI	Outros ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.768.251**	**113.552**	**1.881.803**
Adições	353.309	-	353.309
Baixas	(310)	-	(310)
Transferências	13.966	1.193	15.159
Amortizações no período	(211.087)	(11.613)	(222.700)
Saldos em 30 de junho de 2017	**1.924.129**	**103.132**	**2.027.261**
Vida útil estimada	**5 anos**	**Até 5 anos**	

(1) Em 2018, se refere ao reconhecimento pelo Banco Santander de perdas por redução ao valor recuperável, sobre ativos intangíveis na modalidade de aquisição e desenvolvimento de sistemas. A perda foi registrada em função da realização de análises técnicas, as quais demonstraram uma perspectiva de redução significativa nos benefícios econômicos futuros esperados sobre estes ativos.

8. Passivos financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em "Derivativos utilizados como *Hedge*", em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

			30/6/2018
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	**Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado**	**Total**
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	117.122.210	117.122.210
Depósitos de clientes	-	301.944.038	301.944.038
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	70.129.394	70.129.394
Derivativos	16.762.212	-	16.762.212
Posições vendidas	20.132.869	-	20.132.869
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	9.832.489	9.832.489
Outros passivos financeiros	-	40.308.693	40.308.693
Total	**36.895.081**	**539.336.824**	**576.231.905**

			31/12/2017
	Passivos Financeiros para Negociação	**Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado**	**Total**
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	79.374.685	79.374.685
Depósitos de clientes	-	276.042.141	276.042.141
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	70.247.012	70.247.012
Derivativos	16.514.154	-	16.514.154
Dívidas subordinadas	-	519.230	519.230
Posições vendidas	32.808.392	-	32.808.392
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	8.436.901	8.436.901
Outros passivos financeiros	-	44.260.735	44.260.735
Total	**49.322.546**	**478.880.704**	**528.203.250**

b) Composição e detalhes

b.1) Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

	30/6/2018	31/12/2017
Depósitos à vista (1)	199.814	306.081
Depósitos a prazo (2)	62.712.063	52.739.163
Operações compromissadas	54.210.333	26.329.441
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	54.210.333	26.329.441
Total	**117.122.210**	**79.374.685**

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento a exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

b.2) Depósitos de clientes

	30/6/2018	31/12/2017
Depósitos à vista		
Contas correntes (1)	17.750.936	17.559.985
Cadernetas de poupança	42.570.994	40.572.369
Depósitos a prazo	182.567.544	146.817.650
Operações compromissadas	59.054.564	71.092.137
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (2)	16.627.828	33.902.890
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	42.426.736	37.189.247
Total	**301.944.038**	**276.042.141**

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.3) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	30/6/2018	31/12/2017
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	26.019.014	27.713.873
Eurobonds	5.079.028	1.992.828
Letras financeiras (2)	27.698.598	31.686.259
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA (3)	11.332.754	8.854.052
Total	**70.129.394**	**70.247.012**

Indexadores:	**Moeda Nacional**	**Moeda Estrangeira**
Letras Financeiras	97% a 106,2% do CDI	-
	100% do IGPM	-
	100% do IPCA	-
	6,04% a 17,74% de Taxas Pré	-
	105% da SELIC	-
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	71,8% a 97% do CDI	-
	6,68% a 14,00% de Taxas Pré	-
	100% do IPCA	-
	100% do TR	-
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	87% a 94% do CDI	-
Eurobonds	15,7%	0,85% A 9,25%

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de Junho de 2018, possuem prazo de vencimento entre 2018 a 2026. (31/12/2017 - com prazo de vencimento entre 2018 a 2026).

(2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2018, possuem prazo de vencimento entre 2018 a 2025. (31/12/2017 - com prazo de vencimento entre 2018 a 2025).

(3) Letras de Crédito do Agronegócio são títulos de renda fixa em que os recursos são destinados ao fomento do agronegócio, indexada entre 87,0% a 94,0% do CDI. Em 30 de Junho de 2018, possuem prazo de vencimento entre 2018 a 2023. (31/12/2017 - com prazo de vencimento entre 2018 a 2019).

As variações no saldo de "Obrigações por títulos e valores mobiliários" nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017 foram as seguintes:

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Saldo no início do período	**70.247.012**	**99.842.955**
Emissões	35.259.838	22.433.580
Pagamentos	(40.764.759)	(47.673.547)
Juros	2.754.771	4.914.838
Variação cambial e outros	2.632.532	81.432
Saldo no final do período	**70.129.394**	**79.599.258**

A Composição de "*Eurobonds* e outros títulos" é a seguinte:

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	30/6/2017 Total	31/12/2017 Total
Eurobonds	2015	2018	USD	2,2%	-	40.333
Eurobonds	2015	2020	USD	2,9%	-	10.656
Eurobonds	2017	2018	USD	Zero Coupon a 2,4%	-	1.195.668
Eurobonds	2017	2019	USD	Libor 3M + 1,0%	193.216	165.677
Eurobonds	2017	2024	USD	6,9% a 10,0%	636.050	541.487
Eurobonds	2017	2018	USD	Zero Coupon a 0,9% a 7,7%	775.123	-
Eurobonds	2018	2018	USD	Zero coupon a 6,3%	347.974	-
Eurobonds	2018	2019	USD	Zero coupon, Libor 3M + 3,3%	431.932	-
Eurobonds	2018	2024	USD	6,9%	1.205.414	-
Eurobonds	2018	2025	USD	5,9%	1.351.651	-
Outras					137.668	39.007
Total					**5.079.028**	**1.992.828**

b.4) Dívidas subordinadas

Os detalhes do saldo do item "Dívidas Subordinadas" são os seguintes:

Em milhares de Reais

	Emissão	Vencimento	Valor (em milhões)	Taxa de Juros (a.a.)	30/6/2018	31/12/2017
CDB Subordinado	mai-08	mai-15 a mai-18	R$283	CDI (2)	-	109.572
CDB Subordinado	mai a jun-08	mai-15 a jun-18	R$268	IPCA (3)	-	409.658
Total					**-**	**519.230**

(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

(2) Indexado entre 100% e 112% do CDI.

(3) Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,4% a.a.

As variações no saldo de "Dívidas subordinadas" nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017 foram as seguintes:

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Saldos no início do período	**519.230**	**466.246**
Pagamentos	(544.566)	**-**
Juros	25.336	27.318
Saldo no final do período	**-**	**493.564**

b.5) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência devido ao Plano de Otimização do Patrimônio de Referência, são os seguintes:

Em milhares de Reais

	Emissão	Vencimento	Valor em milhões	Taxa de juros (a.a.)(3)	30/6/2018	31/12/2017
Nível I (1)	jan-14	sem prazo (perpétuo)	R$3.000	7,4%	4.880.107	4.187.531
Nível II (2)	jan-14	jan-24	R$3.000	6,0%	4.952.382	4.249.370
Total					**9.832.489**	**8.436.901**

(1) Juros pagos trimestralmente desde 29 de abril de 2014.

(2) Juros pagos semestralmente desde de 29 de julho de 2014.

(3) A taxa efetiva de juros, considerando o IR Fonte assumido pelo emissor, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente.

Estes instrumentos foram adquiridos na sua emissão, substancialmente, pelo Banco Santander Espanha (Nota 15.d).

As variações no saldo de "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017 foram as seguintes:

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Saldos no início do período	**8.436.901**	**8.311.918**
Juros Nível I (1)	138.660	135.768
Juros Nível II (1)	113.716	110.601
Variação Cambial	1.461.871	188.541
Pagamento de juros - Nível I	(179.944)	(171.769)
Pagamento de juros - Nível II	(138.715)	(139.566)
Saldo no final do período	**9.832.489**	**8.435.493**

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares".

9. Provisões

a) Composição

	30/6/2018	31/12/2017
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares (1)	2.657.621	3.923.457
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	11.044.773	10.063.459
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	703.518	707.131
Processos judiciais e administrativos	8.832.042	8.365.320
Sendo:		
Cíveis	2.682.719	2.522.005
Trabalhistas	3.872.899	3.448.388
Fiscais e Previdenciárias	2.276.424	2.394.927
Provisões para compromissos contingentes (Nota 3.b.2)	704.021	-
Provisões diversas	805.192	991.008
Total	**13.702.394**	**13.986.916**

(1) No semestre findo em 30 de junho de 2018, ocorreu o aumento da contribuição de custeio estabelecida para determinado plano de benefício pós emprego, que é calculada como um percentual sobre o total da remuneração mensal dos associados. O referido aumento na contribuição resultou em uma diminuição no custo do serviço passado, em função de alteração do plano. As alterações previstas implicaram em redução do valor presente das obrigações do plano de benefício definido, a qual está suportada por avaliação dos atuários. Nas Demonstrações Consolidadas do Resultado, esse montante, foi registrado na rubrica Provisões (Líquidas).

b) Provisões e passivos contingentes cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar

integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos.

Em outubro de 2017, o Banco aderiu aos Programas de Pagamento Incentivados e Parcelamentos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. As adesões aos programas incluíram processos administrativos e judiciais relacionados ao ISS, relacionados aos períodos de 2005 a 2016, no total de R$292.562. Como consequência, foram revertidas provisões no valor de R$435.454. Na Demonstração dos Resultados de 31 de dezembro de 2017 foi registrado uma reversão de provisões, líquida dos efeitos tributários, no total de R$96.129.

Em agosto de 2017, o Banco e empresas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela MP 783/2017, convertida para Lei 13.496/2017.

A adesão ao programa incluiu processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos base de 1999 a 2005, no total de R$534.001, após os benefícios do programa de parcelamento, sendo R$191.897 com pagamento realizado em agosto de 2017 e R$299.820 em janeiro de 2018. Como consequência da adesão ao programa, em 2017, foram registradas despesas no resultado do período no montante de R$491.717, após os efeitos tributários.

b.1) Processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária

Os principais processos relacionados a obrigações legais tributárias, registrados na linha de "Passivos Fiscais - Correntes", integralmente registradas como obrigação, estão descritos a seguir:

• **PIS e COFINS -** R$3.567.278 (31 de dezembro de 2017 - R$ 3.501.464): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao Processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do STF admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à Cofins. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas. No exercício de 2015, com a decisão do STF, o Banco Santander reverteu o saldo da provisão constituída para cobrir as obrigações legais relativas à Cofins, no montante de R$7.950 milhões (R$4.770 milhões, após efeitos tributários).

• **Majoração de Alíquota da CSLL -** R$921.794 (31 de dezembro de 2017 - R$ 905.113): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.
O Banco Santander e sua empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

• **Imposto sobre Serviços (ISS) -** Instituições Financeiras - R$226.947 (31 de dezembro de 2017 - R$ 237.960): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. (Nota 9.b.4 – Risco de Perda Possível)

• **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) -** R$268.780 (31 de dezembro de 2017 - R$ 265.022): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

• **Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes -** R$722.364 (31 de dezembro de 2017 - R$ 714.604): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. Em junho de 2015, as defesas foram apreciadas com decisões desfavoráveis na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais, em 30 de junho de 2018 totalizaram R$1.447,2 milhões. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

b.2) Processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos

encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

b.3) Processos judiciais e administrativos de natureza cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

• **Ações de Caráter Indenizatório -** referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

• **Planos Econômicos -** referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou encontrem-se em execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre à constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo), a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmou acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi submetido e aprovado pelo STF.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, inclusive considerando o acordo homologado pelo STF.

b.4) Passivos Contingentes cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias classificadas como risco de perda possível

Referem-se a processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R$22.755 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas estão envolvidos em processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2018, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R$4.638 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e

judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de junho de 2018, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R$3.502 milhões (Nota 9.b.1 - Risco de Perda Provável).

Compensação Não Homologada – O Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2018, o valor era de R$2.303 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real – A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia da RFB de Julgamento decidiu favoravelmente ao Banco Santander, o que ensejou a interposição de Recurso (de ofício) por parte da Fazenda. Em 10 de novembro de 2016 o recurso foi provido, ensejando por parte do Banco a interposição de recurso junto ao CARF, o qual aguarda julgamento. Em 30 de junho de 2018, o valor era de R$1.354 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL – Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2018, o valor era de R$1.004 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris – As autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 à 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais estão pendentes de decisão. Em 30 de junho de 2018, o valor era de R$603 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais feitos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2018, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R$444 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - A Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo está aguardando julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2018, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R$296 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R$61 milhões, excluindo o processo abaixo:

• **Gratificação Semestral ou PLR -** ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho desfavorável ao Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seguimento ao da Afabesp. As matérias do Recurso Extraordinário do Banco seguirão agora para o Pleno do STF para decisão sobre repercussão geral e julgamento. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

• **Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI –** ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e embora os recursos ainda não tenham sido julgados, o índice de êxito do Banco com relação a esse tema nos Tribunais Superiores é de cerca de 90%. Em Execução Provisória, foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado “zero” em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R$1.341 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

• **Ação indenizatória oriunda do Banco Bandepe -** relacionada a contrato de mútuo em fase de recurso pelo o Superior Tribunal de Justiça (STJ);
• **Ação indenizatória referente à de serviços de custódia -** prestados pelo Banco Santander (Brasil) S.A. em fase inicial e ainda sem sentença proferida;

• **Ação oriunda de disputa contratual -** na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

b.5) Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores
Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R$694.321, R$2.598 e R$6.599 (31/12/2017 - R$ 692.807 , R$ 1.812 e R$ 6.697), de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

						Em milhares de ações
			30/6/2018			31/12/2017
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	63.524	89.171	152.695	66.207	91.779	157.986
De Domiciliados no Exterior	3.755.171	3.590.665	7.345.836	3.752.488	3.588.057	7.340.545
Total	**3.818.695**	**3.679.836**	**7.498.531**	**3.818.695**	**3.679.836**	**7.498.531**
(-) Ações em tesouraria	(10.915)	(10.915)	(21.830)	(5.845)	(5.845)	(11.690)
Total em circulação	**3.807.780**	**3.668.921**	**7.476.701**	**3.812.850**	**3.673.991**	**7.486.841**

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação pertinente. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais levantados em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

O destaque de Juros sobre o Capital Próprio no primeiro semestre de 2018 está descrito abaixo:

				30/6/2018 Reais por milhares de ações / Units
	Em milhares de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio (1) (3)	600.000	76,3304	83,9634	160,2938
Dividendos Intercalares (2) (3)	600.000	76,4956	84,1451	160,6407
Total Acumulado em 30 de junho de 2018	**1.200.000**			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 março de 2018, ordinárias - R$64,8808, preferenciais - R$71,3689 e Units - R$136,2497 líquidos de impostos e foram pagos no dia 26 de abril de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de junho de 2018 e serão pagos a partir do dia 27 de julho de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(3) O valor de juros sobre o capital próprio serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2018.

				30/06/2017
			Reais por milhares de ações / Units	
	Em milhares de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio (1) (2)	500.000	63,3780	69,7158	133,0938
Total Acumulado em 30 de junho de 2017	**500.000**			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em abril de 2017, ordinárias - R$53,8713, preferenciais - R$59,2584 e Units - R$113,1297, líquidos de impostos.
(2) O valor dos juros sobre capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2017.

c) Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 1 de novembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 3 de novembro de 2017, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 38.717.204 Units, representativas de 38.717.204 ações ordinárias e 38.717.204 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de setembro de 2017, a aproximadamente 1,03% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2017, o Banco Santander possuía 373.269.828 ações ordinárias e 401.074.242 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 6 de novembro de 2017, encerrando-se em 5 de novembro de 2018.

	30/6/2018	31/12/2017
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no início do período	**1.773**	**25.786**
Cancelamento (1)	-	(32.276)
Aquisições de Ações	13.478	12.768
Alienações - Remuneração baseado em Ações	(4.336)	(4.505)
Ações em Tesouraria no final do período	**10.915**	**1.773**
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R$ 356.672	R$ 148.246
Custos de Emissão em milhares de reais	R$ 219	R$ 194
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	**R$ 356.891**	**R$ 148.440**

Custo / Valor de Mercado	**Units**	**Units**
Custo mínimo	R$7,55	R$7,55
Custo médio ponderado	R$27,51	R$24,41
Custo máximo	R$36,98	R$32,29
Valor de Mercado	R$27,64	R$27,64

(1) Na AGE realizada em 18 de setembro de 2017, foi aprovado o cancelamento das 64.551.366 ações (equivalente a 32.276 mil Units) mantidas em tesouraria em contrapartida a Reservas de Capital e Reservas de Lucros, que representavam a totalidade das ações em tesouraria registradas no livro de registro de ações nominativas naquela data, sem redução do capital social, e consequente alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, a fim de refletir as novas quantidades de ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social do Banco Santander.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, foram negociadas ações em tesouraria, que resultaram em um perda de R$8.112 (30/6/2017 - perda de R$344) registrada diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

11. Impostos sobre a renda

O total dos encargos do período de seis meses é conciliado com o lucro contábil como segue:

	30/6/2018	30/6/2017
Resultado Operacional antes da Tributação	4.750.212	6.470.624
Juros sobre o capital próprio (1)	(600.000)	(500.000)
Resultado Operacional antes da tributação	**4.150.212**	**5.970.624**
Alíquota (25% de Imposto de Renda e 20% de Contribuição Social)	**(1.867.595)**	**(2.686.781)**
PIS e COFINS (líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social) (2)	**(539.023)**	**(674.344)**
Não tributável / não dedutível:		
Equivalência patrimonial	14.833	17.394
Ágio	(50.560)	399.989
Variação cambial - filiais no exterior (3)	2.725.675	360.784
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	174.829	107.394
Ajustes:		
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	265.893	647.371
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (4) (5)	99.237	(343.425)
Outros ajustes	219.689	(27.705)
Imposto sobre renda	**1.042.978**	**(2.199.323)**
Sendo:		
Impostos correntes (6)	(1.450.019)	(3.242.783)
Impostos diferidos	2.492.997	1.043.460
Impostos pagos no período	(2.360.132)	(922.791)

(1) Valor distribuído aos acionistas como juros atribuíveis ao patrimônio líquido. Para fins contábeis, embora os juros devessem estar refletidos na demonstração do resultado para dedução fiscal, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido nas demonstrações financeiras e deduzido do patrimônio líquido, pois é considerado como um dividendo.
(2) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.
(3) Diferenças permanentes relacionadas ao investimento em subsidiárias no exterior são consideradas como não tributáveis/ dedutíveis (ver detalhes abaixo).
(4) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.
(5) Inclui a majoração de alíquota provisória da CSLL (5%) a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.
(6) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre despesas com doações, receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que não se enquadram como diferenças temporárias.

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman, Luxemburgo e uma subsidiária chamada Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito, EFC, ou “Santander Brasil EFC” (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e de 2017.

Em R$ Milhões	30/6/2018	30/6/2017
Variações cambiais (líquidas)		
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman e EFC	6.566.088	770.175
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros		
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge	(12.462.906)	(1.468.588)
Impostos sobre a renda		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - PIS/COFINS	476.406	69.289
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - IR/CS	5.420.412	629.124

12. Detalhamento de contas de resultado

a) Despesas com pessoal

	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Remuneração direta	1.446.403	1.370.569	2.888.034	2.746.502
Encargos	356.695	328.278	709.817	669.333
Benefícios	342.284	339.187	694.575	665.694
Planos de pensão de benefício definido	2.467	5.023	4.877	10.040
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	24.917	20.636	76.335	41.770
Remuneração baseada em ações	(5.790)	1.332	(7.291)	9.297
Treinamento	13.679	11.590	22.901	20.231
Outras despesas de pessoal	80.314	63.899	156.496	135.469
Total	**2.260.969**	**2.140.514**	**4.545.744**	**4.298.336**

b) Outras despesas administrativas

	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Imóveis, instalações e materiais	325.393	324.633	645.677	649.215
Tecnologia e sistemas	328.803	310.309	706.923	641.340
Publicidade	137.996	123.813	241.913	202.171
Comunicações	156.794	101.751	306.276	215.942
Ajudas de custo e despesas de viagem	28.895	27.226	54.991	50.307
Tributos exceto imposto sobre a renda	26.015	24.163	48.072	46.485
Serviços de vigilância e transporte de valores	155.627	157.971	315.143	307.407
Prêmios de seguros	7.022	7.469	13.704	14.988
Serviços técnicos especializados	496.421	396.074	937.099	913.062
Outras despesas administrativas	205.769	165.837	379.074	293.249
Total	**1.868.736**	**1.639.246**	**3.648.872**	**3.334.166**

13. Remuneração com base em ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a sua senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

a) Programa local

O período de *vesting* do plano de Incentivo de Longo Prazo SOP 2013 encerrou em 2016 e o plano esteve aberto para exercício das opções até 30 de junho de 2018, conforme aprovado na AGE de 29 de abril de 2013. Em 2018, permanece em aberto o plano para o segmento Private Banking denominado Plano de Incentivo de Longo Prazo Private Ultra High, lançado no segundo semestre de 2017.

(i) Planos de compra de ações

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units a serem exercidas pelos participantes foi determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e ajustada pelo indicador Retorno sobre Ativos ponderados por Riscos (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício. A consecução final do plano foi de 89,61%.

a.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização do plano do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	SOP 2013 (1) % de Ações Passíveis de Exercício
1°	100%
2°	75%
3°	50%

(1) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

	SOP 2013
Método de Avaliação	*Black&Scholes*
Volatilidade	40,00%
Taxa de Dividendos	3,00%
Período de Vesting	3 anos
Momento "Médio" de Exercício	5 anos
Taxa Livre de Risco	11,80%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%
Valor Justo para Ações	R$5,96

O preço médio das ações do Banco SANB11 (ações do Banco na B3 S.A.) no período findo 30 de junho de 2018 é de R$30,71 (31/12/2017 - R$28,47).

No período findo em 30 de junho de 2018 e de 2017, não foram registradas despesas "pro rata" dia, referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP).

	Número de Units	Preço de exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2016	**1.986.258**					
Opções Exercidas (SOP 2013)	(869.247)	12,84	2013	Executivos	30/06/16	30/06/18
Saldo dos Planos em 31 de dezembro de 2017	**1.117.011**					
Opções Exercidas (SOP 2013)	(732.169)	12,84	2013	Executivos	30/06/16	30/06/18
Saldo dos Planos em 30 de junho de 2018	**384.842**					

a.2) Plano de Incentivo a Longo Prazo Local - Dinheiro

Plano de Incentivo a Longo Prazo - *Private Ultra High*: tem como objetivo alinhar os interesses do Banco Santander e do Participante com objetivo, de um lado, ao crescimento e lucratividade do negócio de Private e, de outro lado, ao reconhecimento da contribuição do Participante. O Plano tem como objetivo o pagamento pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável.

Cada participante tem um target em Reais, caso os indicadores sejam atingidos, o *target* será aplicado sobre o valor de referência, a primeira, paga em março de 2020 e a segunda em março de 2021.
Indicadores - Fase 1 (Valor de Referência)
• BAI de 2017 (Indicador de Benefícios antes do Impostos do Segmento Private Ultra High).
Indicadores - Fase 2 (Cálculo do Incentivo em Dinheiro)
• BAI - 50%;
• MOL - 25% (Indicador de Margem Ordinária Liquida do Segmento Private Ultra High); e
• AUM - 25% (Indicador Assets Under Management (Ativos sobre Gestão) do Segmento *Private Ultra High*).

Em 30 de junho de 2018, foram registradas despesas no valor de R$ 5.870, referente ao plano de incentivo a Longo Prazo - Private Ultra High.

a.3) Programa Global

Política de incentivos a longo prazo

Em 2014, foi lançado um plano de entrega de ações chamado de Incentivos de Longo Prazo Global – ILP CRDIV - Outorga 2014. Este plano está sujeito à consecução do indicador de performance Retorno Total do Acionista (RTA) do Grupo Santander, comparando a evolução do Grupo neste indicador com relação aos principais concorrentes globais e a sua liquidação será em ações do Grupo Santander Espanha.
Em 2016, foi lançado um plano de entrega de ações chamado de Incentivo de 2° Plano de Longo Prazo Global ILP CRDIV - Outorga

2015.

Valor justo do Plano Global
1° Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir da metodologia Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente mediante do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014

	2 anos	3 anos	4 anos
Rendimento Futuro de Dividendo	11,10%	10,80%	9,50%
Volatilidade esperada	32,70%	34,70%	36,90%
Comparador de Volatilidade	12% - 52%	16% - 56%	16% - 52%
Taxa de juros sem risco	1,70%	2,10%	2,50%
Correlação	0,55	0,55	0,55

O indicador que será utilizado para mensurar o atingimento dos targets será a comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Grupo Santander com o RTA dos quinze principais concorrentes globais do Grupo.

O indicador será apurado em dois momentos: primeiro momento para apuração do programa em 2014 e um segundo momento nos pagamentos anuais de cada parcela (2015, 2016 e 2017).

Cada executivo tem um *target* em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R$19,2893, que foram entregues em três parcelas nos anos de 2016 e 2017 e 2018, com restrição de venda de 1 ano depois de cada entrega.

2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV – Outorga 2015
Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: primeiro momento para apuração da elegibilidade (2015-2016) e um segundo momento para apuração do número devido de ações (2016, 2017 e 2018).

Indicadores - Fase 1
• RTA versus Concorrentes; e
• RoTE (Retorno sobre Capital Tangível) do Banco versus Orçamento.
Indicadores - Fase 2
• RTA versus Concorrentes;
• RoTE Banco versus Orçamento;
• Satisfação dos funcionários;
• Satisfação dos clientes; e
• Vinculação de Empresas versus Orçamento.

Cada executivo tem um target em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R$17,473, que serão entregues em 2019, com restrição de 1 (um) ano após a entrega.

	Quantidade de ações	Ano de concessão	Grupo de funcionários	Data de início do período	Data final do período
1° Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014	1.613.057	2014	Executivos	jan-14	dez-17
2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV – Outorga 2015	1.775.049	2016	Executivos	jan-15	dez-18
Saldo dos Planos em 30 de junho de 2018	**3.388.106**				

No período findo em 30 de junho de 2018, foram registradas despesas pro rata dia no valor de R$ 2.742 (30/6/2017 - despesa de R$2.297), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

b) Remuneração Variável Referenciada em Ações

A AGO de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos Em 29 de setembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do dia 14 de dezembro 2015.

A aprovação da última proposta do plano de incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, ocorreu em 25 de outubro de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária do dia 21 de dezembro de 2016.

Nesta proposta, foram determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Coletivo não identificado.

a) Coletivo Identificado - Participantes do Comitê Executivo, Diretores estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O pagamento do diferimento será realizado de duas formas: 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11). No período findo em 30 de junho de 2018, foram registrados receitas no valor de R$ 10.450 (30/6/2017 - despesas de R$6.961), referente a provisão do plano de diferimento em ações.

b) Coletivo não Identificado - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado a 100% do CDI. No período findo em 30 de junho de 2018, foram registradas receitas no valor de R$ 18.925 (30/6/2017 - despesas de R$18.661).

14. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

(a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);

(b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e

(c) Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:
• Banco Comercial
• Banco de Atacado Global

O Banco possui dois segmentos, o comercial (exceto o negócio Corporate Banking gerenciado globalmente com base no *Global Relationship Model* - Modelo Global de Relacionamento) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo e de sua subsidiária na Espanha, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.
A Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	01/04 a 30/06/2018 Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	**9.686.644**	**634.523**	**10.321.167**
Receitas de instrumentos de patrimônio	5.742	2.476	8.218
Resultado de equivalência patrimonial	29.585	-	29.585
Receitas líquidas de tarifas e comissões	3.106.247	411.474	3.517.721
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(6.145.110)	415.473	(5.729.637)
Outras receitas (despesas) operacionais	(193.844)	(23.806)	(217.650)
TOTAL DE RECEITAS	**6.489.264**	**1.440.140**	**7.929.404**
Despesas com pessoal	(2.071.570)	(189.399)	(2.260.969)
Outras despesas administrativas	(1.786.269)	(82.467)	(1.868.736)
Depreciação e amortização	(407.154)	(23.986)	(431.140)
Provisões (líquidas)	104.749	(98.901)	5.848
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(3.115.636)	(42.736)	(3.158.372)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(337.435)	(13.883)	(351.318)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	19.893	-	19.893
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	**(1.104.158)**	**988.768**	**(115.390)**
Hedge Cambial (1)	5.730.030	-	5.730.030
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	**4.625.872**	**988.768**	**5.614.640**

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	01/04 a 30/06/2017 Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	**7.997.608**	**689.371**	**8.686.979**
Receitas de instrumentos de patrimônio	61.987	-	61.987
Resultado de equivalência patrimonial	33.209	-	33.209
Receitas líquidas de tarifas e comissões	2.759.382	364.882	3.124.264
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(1.623.264)	290.662	(1.332.602)
Outras receitas (despesas) operacionais	(228.416)	(5.241)	(233.657)
TOTAL DE RECEITAS	**9.000.506**	**1.339.674**	**10.340.180**
Despesas com pessoal	(1.966.753)	(173.761)	(2.140.514)
Outras despesas administrativas	(1.618.569)	(20.677)	(1.639.246)
Depreciação e amortização	(386.702)	(24.785)	(411.487)
Provisões (líquidas)	(865.647)	(17.006)	(882.653)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(2.446.516)	(425.896)	(2.872.412)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(48.603)	33	(48.570)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	(215.345)	-	(215.345)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	**1.452.371**	**677.582**	**2.129.953**
Hedge Cambial (1)	1.665.196	-	1.665.196
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	**3.117.567**	**677.582**	**3.795.149**

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	01/01 a 30/06/2018 Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	**19.013.191**	**1.127.436**	**20.140.627**
Receitas de instrumentos de patrimônio	13.574	8.156	21.730
Resultado de equivalência patrimonial	32.962	-	32.962
Receitas líquidas de tarifas e comissões	6.160.932	812.038	6.972.970
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(6.409.573)	749.414	(5.660.159)
Outras receitas (despesas) operacionais	(346.467)	(43.058)	(389.525)
TOTAL DE RECEITAS	**18.464.619**	**2.653.986**	**21.118.605**
Despesas com pessoal	(4.153.284)	(392.460)	(4.545.744)
Outras despesas administrativas	(3.495.214)	(153.658)	(3.648.872)
Depreciação e amortização	(811.259)	(51.870)	(863.129)
Provisões (líquidas)	(712.751)	(22.193)	(734.944)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(6.053.504)	(125.675)	(6.179.179)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(384.605)	(28.913)	(413.518)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	16.993	-	16.993
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	**2.870.995**	**1.879.217**	**4.750.212**
Hedge Cambial (1)	5.896.818	-	5.896.818
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	**8.767.813**	**1.879.217**	**10.647.030**

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	01/01 a 30/06/2017 Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	**15.592.550**	**1.318.467**	**16.911.017**
Receitas de instrumentos de patrimônio	72.478	-	72.478
Resultado de equivalência patrimonial	38.653	-	38.653
Receitas líquidas de tarifas e comissões	5.445.317	714.985	6.160.302
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(444.441)	956.167	511.726
Outras receitas (despesas) operacionais	(333.496)	(2.570)	(336.066)
TOTAL DE RECEITAS	**20.371.061**	**2.987.049**	**23.358.110**
Despesas com pessoal	(3.949.779)	(348.557)	(4.298.336)
Outras despesas administrativas	(3.295.862)	(38.304)	(3.334.166)
Depreciação e amortização	(760.959)	(49.291)	(810.250)
Provisões (líquidas)	(1.837.053)	(20.782)	(1.857.835)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(5.499.763)	(658.046)	(6.157.809)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(90.533)	(94)	(90.627)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	(338.463)	-	(338.463)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	**4.598.649**	**1.871.975**	**6.470.624**
Hedge Cambial (1)	698.413	-	698.413
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	**5.297.062**	**1.871.975**	**7.169.037**

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge econômico do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos.

Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	30/6/2018 Total
Total do ativo	620.403.526	76.033.822	696.437.348
Empréstimos e adiantamentos a clientes	219.128.990	64.613.033	283.742.023
Depósitos de clientes	224.653.672	77.290.366	301.944.038

Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	31/12/2017 Total
Total do ativo	580.090.401	65.612.638	645.703.039
Empréstimos e adiantamentos a clientes	217.539.345	54.880.812	272.420.157
Depósitos de clientes	225.926.433	50.115.708	276.042.141

15. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As transações realizadas pelo Banco com as suas partes relacionadas em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, bem como nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, foram as seguintes:

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 28 de março de 2018 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2018, no montante de até R$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi deliberada na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 27 de abril de 2018.

a.1) Benefícios de longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Remuneração fixa	43.765	41.990
Remuneração variável	39.169	75.387
Outros (1)	43.458	6.146
Total Benefícios de curto prazo	**126.393**	**123.523**
Remuneração baseada em ações	32.504	1.606
Total Benefícios de longo prazo	**32.504**	**1.606**
Total (2)	**158.897**	**125.129**

(1) No primeiro semestre de 2018, a Administração do Banco Santander decidiu realizar a liquidação antecipada de determinado benefício, que era praticado por liberalidade do Banco.
(2) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Adicionalmente, no período findo em 30 de junho de 2018, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R$17.686 (30/6/2017 - R$14.862).

a.3) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Operações de crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:
I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;
II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;
III - pessoas jurídicas, cujo capital do Banco Santander participem com mais de 10%;
IV - pessoas jurídicas, cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

						30/6/2018
Acionistas	**Ações ordinárias (milhares)**	**Ações ordinárias (%)**	**Ações preferenciais (milhares)**	**Ações preferenciais (%)**	**Total de ações (milhares)**	**Total de Ações (%)**
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,2%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (1)	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. (1)	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	3.696	0,1%	3.699	0,1%	7.395	0,1%
Administradores (*)	5.119	0,1%	5.119	0,1%	10.238	0,1%
Outros	359.745	9,4%	387.546	10,6%	747.291	10,0%
Total	**3.807.780**	**99,7%**	**3.668.921**	**99,7%**	**7.476.701**	**99,7%**
Ações em Tesouraria	10.915	0,3%	10.915	0,3%	21.830	0,3%
Total	**3.818.695**	**100,0%**	**3.679.836**	**100,0%**	**7.498.531**	**100,0%**
Free Float (2)	363.441	9,5%	391.245	10,7%	754.686	10,1%

						31/12/2017
Acionistas	**Ações ordinárias (milhares)**	**Ações ordinárias (%)**	**Ações preferenciais (milhares)**	**Ações preferenciais (%)**	**Total de ações (milhares)**	**Total de Ações (%)**
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,2%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (1)	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. (1)	521.964	13,6%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	3.551	0,1%	3.556	0,1%	7.107	0,1%
Administradores (*)	4.016	0,1%	4.016	0,1%	8.032	0,1%
Outros	366.063	9,6%	393.862	10,7%	759.925	10,1%
Total	**3.812.850**	**99,8%**	**3.673.991**	**99,8%**	**7.486.841**	**99,8%**
Ações em Tesouraria	5.845	0,2%	5.845	0,2%	11.690	0,2%
Total	**3.818.695**	**100,0%**	**3.679.836**	**100,0%**	**7.498.531**	**100,0%**
Free Float (2)	369.614	9,7%	397.418	10,8%	767.032	10,2%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por funcionário, Qatar Holding e outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria detém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

c.1) Oferta Pública da Qatar Holding LLC

Em 11 de abril de 2017, o Banco Santander no Brasil comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos fatos relevantes divulgados em 28 de março de 2017 e 6 de abril de 2017, a liquidação da oferta pública de distribuição secundária de 80.000.000 Units de emissão do Banco Santander no Brasil de titularidade da Qatar Holding LLC (Acionista Vendedor), inclusive sob a forma de American Depositary Shares (ADSs), tendo sido alocadas 22.000.000 Units para a oferta brasileira e 58.000.000 ADSs para a oferta internacional. Foi estabelecido o preço por Unit de R$25,00 (vinte e cinco reais), resultando em um montante total de R$2 bilhões. Adicionalmente, a quantidade de Units da oferta internacional inicialmente ofertada foi acrescida de um lote adicional de 12.000.000 de Units, exclusivamente sob a forma de ADSs também de titularidade do Acionista Vendedor.

d) Transações com partes relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas do Santander são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade.
As principais transações e saldos são conforme segue:

			30/6/2018
	Controladora (1)	**Empresas controladas em conjunto**	**Outras partes relacionadas (2)**
Ativo	**7.298.292**	**1.900.637**	**1.217.285**
Derivativos mensurados ao valor justo no resultado, posição líquida	**158.217**	**-**	**177.334**
Banco Santander Espanha	158.217	-	-
Abbey National Treasury Services Plc (2)	-	-	(98.406)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado (2)	-	-	275.740
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	**7.121.167**	**-**	**119.746**
Banco Santander Espanha (3) (4)	7.121.167	-	-
Banco Santander Totta, S.A. (2)	-	-	1.729
Abbey National Treasury Services Plc (2)	-	-	98.284
Bank Zachodni (2)	-	-	194
Banco Santander, S.A. – México (2)	-	-	19.539
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**5**	**-**	**919.583**
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (5)	-	-	919.103
Abbey National Treasury Services Plc (2)	-	-	143
Banco Santander Espanha (1)	5	-	-
Isban Mexico, S.A. de C.V.	-	-	122
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	-	-	192
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	-	23
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (1)	**17.121**	**1.899.035**	**622**
Banco Santander Espanha	17.121	-	-
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Espanha) (2)	-	-	622
Webmotors S.A.	-	17	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	1.899.018	-
Outros ativos	**1.782**	**1.602**	-
Banco Santander Espanha	1.782	-	-
Webmotors S.A.	-	-	-

Banco RCI Brasil S.A.	-	1.602	-
Passivo	**(10.111.459)**	**(125.601)**	**(2.425.372)**
Depósitos de instituições de crédito	**(270.851)**	**(124.274)**	**(2.161.151)**
Banco Santander Espanha	(270.851)	-	-
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (2)	-	-	(374.845)
Santander Brasil Asset (2)	-	-	(16.778)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado (2)	-	-	(1.769.528)
Banco Santander, S.A. – Uruguay (2)	-	-	-
Banco Santander Totta, S.A. (2)	-	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	(124.274)	-
Depósitos de clientes	**-**	**(1.327)**	**(174.386)**
Santander Securities (2)	-	-	(72.417)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (5)	-	-	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(96.223)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(2.250)
Webmotors S.A.	-	(1.327)	-
Outros	-	-	(3.496)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	**(9.296.966)**	**-**	**-**
Banco Santander Espanha	(9.296.966)	-	-
Outros passivos financeiros- Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	**(538.455)**	**-**	**(153)**
Banco Santander Espanha	(83.622)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. (1)	(170.530)	-	-
Sterrebeeck B.V. (1)	(284.303)	-	-
Banco Madesant	-	-	(153)
Outras obrigações	**(5.187)**	**-**	**(89.682)**
Banco Santander Espanha	(5.187)	-	-
Santander Brasil Asset	-	-	(70)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Espanha) (2)	-	-	(21.940)
Ingeniería de Software Bancário, S.L. (2)	-	-	(30.700)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (2)	-	-	(4.355)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (5)	-	-	(31.737)
Outros	-	-	(880)

	31/12/2017		
	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Ativo	**8.214.739**	**1.214.312**	**926.994**
Ativos Financeiros para negociação - Derivativos, posição líquida	**(173.065)**	**-**	**(74.873)**
Banco Santander Espanha	(173.065)	-	-
Abbey National Treasury Services Plc (2)	-	-	(71.672)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado (2)	-	-	(3.201)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	**8.363.038**	**-**	**76.009**
Banco Santander Espanha (3) (4)	8.363.038	-	-
Banco Santander Totta, S.A. (2)	-	-	2.733
Abbey National Treasury Services Plc (2)	-	-	71.751
Bank Zachodni (2)	-	-	177
Banco Santander, S.A. – México (2)	-	-	1.348
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**132**	**9.661**	**925.858**
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (5)	-	-	925.835
Abbey National Treasury Services Plc (2)	-	-	23
Banco Santander Espanha	132	-	-
Webmotors S.A.	-	9.661	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (1)	**23.896**	**1.203.032**	**-**
Banco Santander Espanha	23.896	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	1.203.032	-
Outros ativos	**738**	**1.619**	**-**
Banco Santander Espanha	738	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	1.619	-
Passivo	**(12.360.383)**	**(57.221)**	**(2.107.677)**
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	**(387.937)**	**(47.423)**	**(1.862.058)**
Banco Santander Espanha	(387.937)	-	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A	-	-	(300.074)
Santander Brasil Asset	-	-	(16.766)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado (2)	-	-	(1.543.752)
Banco Santander, S.A. – Uruguay (2)	-	-	(1.466)
Banco RCI Brasil S.A.	-	(47.423)	-
Depósitos de clientes	**-**	**(9.798)**	**(222.473)**
ISBAN Brasil S.A. (2)	-	-	(20.893)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (2)	-	-	(71.947)
Produban Serviços de Informática S.A. (2)	-	-	(34.410)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (5)	-	-	(55.935)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(32.334)
Webmotors S.A.	-	(9.798)	-
Outros	-	-	(6.954)
Outros passivos - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	**(3.992.820)**	**-**	**(1.132)**
Banco Santander Espanha	(620.264)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. (1) (2)	(1.264.470)	-	-
Sterrebeeck B.V. (1) (2)	(2.108.086)	-	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A. (2)	-	-	(1.132)
Outras obrigações	**(2.050)**	**-**	**(22.014)**
Banco Santander Espanha	(2.050)	-	-
Santander Brasil Asset	-	-	(69)
ISBAN Brasil S.A. (2)	-	-	237
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Espanha) (2)	-	-	(905)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	6.762
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (5)	-	-	(27.748)
Outros	-	-	(291)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	**(7.977.576)**	**-**	**-**
Banco Santander Espanha	(7.977.576)	-	-

(*) Todos os empréstimos e outros valores com partes relacionadas foram feitos no curso normal dos negócios e em bases sustentáveis, incluindo taxas de juros e garantias e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (nota 1-a), através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.
(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora (Banco Santander Espanha).
(3) Em 30 de junho de 2018, inclui a disponibilidades no valor de R$1.244.638 (31/03/2018 - R$383.894).
(4) Em 30 de junho de 2018, incluem aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 2 de julho de 2018, no valor de R$ 5.784.003 (31/03/2018 - R$2.778.956) e juros de até 1,89% a.a. mantidas, pelo Santander Estabelecimento Financeiro de Crédito, Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.
(5) Influência Significativa do Banco Santander Espanha.

	01/01 a 30/06/2018		
	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Resultado	**(155.805)**	**63.830**	**846.879**
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	**48.655**	**60.841**	**891**
Banco Santander Espanha	48.655	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	60.841	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	143
Cibrasec	-	-	748
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	**-**	**(71)**	**(3.878)**
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(90)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(2.867)
Santander Cultural	-	-	(24)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(663)
Webmotors S.A.	-	(71)	-
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(215)
Outros	-	-	(20)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	**(4.271)**	**(2.954)**	**(71.581)**
Banco Santander Espanha	(4.271)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	(2.954)	-
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (2)	-	-	(11.797)
SAM Brasil Participações	-	-	(25)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(56.994)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A	-	-	(2.229)
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	-	-	(536)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	**6.400**	**6.014**	**1.296.144**
Banco Santander Espanha	6.400	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	5.911	-
Banco Santander International	-	-	10.106
Webmotors S.A.	-	103	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	148.454
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	1.127.848
Outros	-	-	9.736
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	**(212.297)**	**-**	**-**
Banco Santander Espanha (2)	(212.297)	-	-
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	**39.264**	**-**	**(51.626)**
Banco Santander Espanha	39.264	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(57.005)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(15.046)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (2)	-	-	(179)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	20.385
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	-
Outros	-	-	219
Despesas administrativas e amortização	**(33.556)**	**-**	**(313.515)**
Banco Santander Espanha	(33.556)	-	-
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(14.210)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(33.567)
ISBAN Chile S.A.	-	-	(12)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(14.457)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	(137.482)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Espanha)	-	-	(23.633)
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	-	-	(53.960)

Santander Securities Services Brasil DTVM S.A	-	-	(23.476)
Outros	-	-	(12.719)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	**-**	**-**	**(9.555)**
Santander Cultural	-	-	(1.500)
Fundação Santander	-	-	(270)
Fundação Sudameris	-	-	(7.785)

	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	01/01 a 30/06/2017 Outras partes relacionadas (2)
Resultado	**304.774**	**43.004**	**342.746**
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	**45.506**	**39.322**	**344**
Banco Santander Espanha	45.506	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	39.322	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	344
Despesas com juros e similares - depósitos de clientes	**-**	**(2.977)**	**(9.037)**
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(1.028)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A.	-	-	(3.551)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(3.689)
Santander Cultural	-	-	(27)
Webmotors S.A.	-	(2.977)	-
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(681)
Outros	-	-	(61)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	**(7.496)**	**(1.434)**	**(64.884)**
Banco Santander Espanha	(7.496)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	(1.434)	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A	-	-	(12.614)
SAM Brasil Participações	-	-	(59)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(52.211)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	**(1.417)**	**8.093**	**1.014.372**
Banco Santander Espanha	(1.417)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	8.090	-
Banco Santander International	-	-	7.447
Webmotors S.A.	-	3	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	116.579
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	888.685
Outros	-	-	1.661
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	**(110.601)**	**-**	**-**
Banco Santander Espanha (2)	(110.601)	-	-
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais (líquidos)	**378.782**	**-**	**(91.449)**
Banco Santander Espanha	378.782	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(75.788)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(7.766)
Outros	-	-	(7.895)
Despesas administrativas e amortização	**-**	**-**	**(496.096)**
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(174.198)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(107.909)
ISBAN Chile S.A.	-	-	(11)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(12.821)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	(132.000)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Espanha)	-	-	(16.195)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A	-	-	(20.356)
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	-	-	(31.534)
Outros	-	-	(1.072)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	**-**	**-**	**(10.504)**
Santander Cultural	-	-	(2.354)
Fundação Santander	-	-	(800)
Fundação Sudameris	-	-	(7.350)

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha, através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora Banco Santander Espanha.

16. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados, principalmente, ações não cotadas em bolsa que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.
No apreçamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, principalmente, por derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

	30/6/2018			
	Nível 1 (1)	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	**35.908.072**	**19.336.112**	**236.095**	**55.480.279**
Instrumentos de dívida	35.306.504	996.727	-	36.303.231
Instrumentos de patrimônio	601.568	2.145	162.978	766.691
Derivativos	-	17.691.456	73.117	17.764.573
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	645.784	-	645.784
Outros Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	**1.619.848**	**-**	**-**	**1.619.848**
Instrumentos de dívida	1.619.848	-	-	1.619.848
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	**84.951.285**	**1.229.591**	**20.986**	**86.201.862**
Instrumentos de dívida	84.950.607	1.229.591	5.348	86.185.546
Instrumentos de patrimônio	678	-	15.638	16.316

Derivativos utilizados como hedge (ativos)	**-**	**293.039**	**-**	**293.039**
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	**20.132.869**	**16.755.663**	**6.549**	**36.895.081**
Derivativos	-	16.755.663	6.549	16.762.212
Posições vendidas	20.132.869	-	-	20.132.869
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	**-**	**173.408**	**-**	**173.408**

31/12/2017

	Nível 1(1)	Nível 2(1)	Nível 3	Total
Ativos Financeiros para Negociação	**34.380.542**	**18.059.034**	**-**	**52.439.576**
Instrumentos de dívida	33.891.360	988.321	-	34.879.681
Instrumentos de patrimônio	489.182	588	-	489.770
Derivativos	-	17.070.125	-	17.070.125
Outros Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	**1.593.951**	**64.738**	**33.368**	**1.692.057**
Instrumentos de dívida	1.593.951	64.738	-	1.658.689
Instrumentos de patrimônio	-	-	33.368	33.368
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**79.301.016**	**6.382.225**	**140.143**	**85.823.384**
Instrumentos de dívida	78.335.629	6.381.118	-	84.716.747
Instrumentos de patrimônio	965.387	1.107	140.143	1.106.637
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	**-**	**192.763**	**-**	**192.763**
Passivos Financeiros para Negociação	**32.808.392**	**16.514.154**	**-**	**49.322.546**
Derivativos	-	16.514.154	-	16.514.154
Posições vendidas	32.808.392	-	-	32.808.392
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	**-**	**163.332**	**-**	**163.332**

(1) Não houve transferência entre níveis 1 e 2.

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante o período de três meses findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 para o nível 3:

	Valor Justo em 31/12/2017	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências para Nível 3	Adições/ Baixas	Impacto IFRS 9	Valor Justo em 30/06/2018
Outros Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	33.368	-	-	(4.009)	(29.359)	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	-	32.870	203.225	236.095
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	140.143	-	-	4.511	(123.668)	20.986

	Valor Justo em 31/12/2016	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências para Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo em 30/06/2017
Outros Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	37.509	(2.604)	-	88	34.993
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	951.612	28.680	-	(407.120)	573.172

	Valor Justo em 31/12/2017	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências para Nível 3	Adições/ Baixas	Impacto IFRS 9	Valor Justo em 30/06/2018
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	6.549	-	-	6.549

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo -

são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

					30/6/2018
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto - Banco Central do Brasil	39.304.231	39.326.768	-	39.326.768	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado					
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	36.207.251	36.207.251	-	36.207.251	-
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	283.742.023	286.007.110	-	-	286.007.110
Instrumentos de Dívida	43.573.540	43.086.897	7.834.527	35.252.370	-
Total	**402.827.045**	**404.628.026**	**7.834.527**	**110.786.389**	**286.007.110**

					31/12/2017
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto - Banco Central do Brasil	33.831.521	33.914.021	-	33.914.021	-
Investimentos Mantidos até o Vencimento	10.214.454	10.587.117	7.251.246	3.335.871	-
Empréstimos e Recebíveis:					
Empréstimos e Outros valores com Instituições de Crédito	32.300.095	32.300.095	-	32.300.095	-
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	272.420.157	275.647.324	-	-	275.647.324
Instrumentos de Dívida	17.616.515	17.127.511	-	17.127.511	-
Total	**366.382.742**	**369.576.068**	**7.251.246**	**86.677.498**	**275.647.324**

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

					30/6/2018
Passivo	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito, não inclui depósitos a vista	116.922.396	116.922.396	-	-	116.922.396
Depósitos de Clientes	284.193.102	284.170.507	-	-	284.170.507
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	70.129.394	70.065.148	-	5.170.398	64.894.750
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	9.832.489	9.832.489	-	9.832.489	-
Outros Passivos Financeiros	40.308.693	40.308.693	-	-	40.308.693
Total	**521.386.074**	**521.299.233**	**-**	**15.002.887**	**506.296.346**

					31/12/2017
Passivo	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito, não inclui depósitos a vista	79.068.604	79.068.564	-	-	79.068.564
Depósitos de Clientes	258.482.156	258.576.177	-	-	258.576.177
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	70.247.012	70.245.820	-	2.000.552	68.245.268
Dívidas Subordinadas	519.230	528.799	-	-	528.799
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	8.436.901	8.436.901	-	8.436.901	-
Outros Passivos Financeiros	44.260.735	43.003.735	-	-	43.003.735
Total	**461.014.638**	**459.859.996**	**-**	**10.437.453**	**449.422.543**

Aplicações no Mercado Aberto - Banco Central do Brasil - O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima do seu valor justo dado curto prazo dos vencimentos e da recente data de início.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:
- Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os novos empréstimos spread sobre a taxa de juros livre de risco são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito, assim, um fluxo de caixa futuro mais realista seja alcançado.

- Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

- Obrigações por títulos e valores mobiliários, Dívidas subordinadas e Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital – Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.
As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na nota 1.j.

17. Outras divulgações

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

a.1) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais
Resumo da Carteira de Derivativos de Negociação e Utilizados como "Hedge"

	30/6/2018	31/12/2017
Ativo		
Swap - Diferencial a Receber (1)	13.337.707	15.781.207
Prêmios de Opções a Exercer	1.222.195	553.217
Contratos a Termo e Outros	3.497.710	928.464
Total	**18.057.612**	**17.262.888**
Passivo		
Swap - Diferencial a Pagar (1)	13.495.220	14.643.016
Prêmios de Opções Lançadas	623.923	385.183
Contratos a Termo e Outros	2.816.477	1.649.287
Total	**16.935.620**	**16.677.486**

(1) Inclui swaption (swap + opção) e derivativos embutidos.

Resumo por Categoria

Negociação	**30/6/2018**		**31/12/2017**	
	Valor Referencial	**Mercado**	**Valor Referencial**	**Mercado**
Swap	**505.471.903**	**(277.144)**	**401.790.569**	**1.108.760**
Ativo	**252.563.851**	**100.102.583**	**202.081.214**	**57.294.179**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	42.064.028	21.612.549	33.289.522	22.409.496
Taxa de Juros Pré - Reais	59.078.985	-	95.700.715	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	4.381.011	-	5.592.892	-
Moeda Estrangeira	146.978.771	78.490.034	67.493.635	34.884.683
Outros	61.056	-	4.450	-
Passivo	**252.908.052**	**(100.379.727)**	**199.709.355**	**(56.185.419)**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	20.490.697	-	16.664.176	-
Taxa de Juros Pré - Reais	101.065.814	(22.420.539)	114.055.076	(21.687.884)
Indexados em Índices de Preços e Juros	81.738.081	(77.362.129)	40.146.968	(34.107.210)
Moeda Estrangeira	48.925.679	-	28.420.467	-
Outros	687.781	(597.059)	422.668	(390.325)
Opções	**129.034.822**	**598.272**	**190.061.609**	**168.034**
Compromissos de Compra	**62.792.353**	**1.222.195**	**87.503.833**	**553.217**
Opções de Compra Dólar	14.536.976	505.839	9.369.821	169.542

Opções de Venda Dólar	7.608.333	236.220	5.130.392	42.389
Opções de Compra Outras	**2.266.739**	**125.391**	**1.953.481**	**59.220**
Mercado Interfinanceiro	357.133	2.051	1.185.310	389
Outras (1)	1.909.606	123.340	768.171	58.831
Opções de Venda Outras	**38.380.305**	**354.745**	**71.050.139**	**282.066**
Mercado Interfinanceiro	37.123.696	277.042	70.295.282	257.943
Outras (1)	1.256.609	77.703	754.857	24.123
Compromissos de Venda	**66.242.469**	**(623.923)**	**102.557.776**	**(385.183)**
Opções de Compra Dólar	7.804.169	(277.551)	5.595.163	(117.059)
Opções de Venda Dólar	10.057.893	(123.327)	5.919.598	(77.145)
Opções de Compra Outras	**9.821.024**	**(56.715)**	**19.880.180**	**(35.961)**
Mercado Interfinanceiro	8.240.327	(4.725)	19.151.110	(515)
Outras (1)	1.580.697	(51.990)	729.070	(35.446)
Opções de Venda Outras	**38.559.383**	**(166.330)**	**71.162.835**	**(155.018)**
Mercado Interfinanceiro	37.271.948	(82.806)	70.494.622	(126.743)
Outras (1)	1.287.435	(83.524)	668.213	(28.275)
Contratos de Futuros	**274.396.876**	**-**	**161.725.596**	**-**
Posição Comprada	**68.829.144**	**-**	**54.806.022**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	33.998.700	-	9.616.936	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	32.581.631	-	26.456.303	-
Moeda Estrangeira	2.023.341	-	16.733.437	-
Índice (2)	204.201	-	1.780.311	-
Treasury Bonds/Notes	21.271	-	-	-
Outros	-	-	219.035	-
Posição Vendida	**205.567.732**	**-**	**106.919.574**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	99.219.909	-	55.016.928	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	63.029.804	-	51.135.994	-
Moeda Estrangeira	42.075.318	-	745.849	-
Índice (2)	36.204	-	20.803	-
Treasury Bonds/Notes	1.206.497	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	**103.634.194**	**681.233**	**47.823.561**	**(720.823)**
Compromissos de Compra	**-** **64.042.116**	**1.169.546**	**23.506.096**	**647.376**
Moedas	- 63.235.153	1.159.772	21.525.220	618.007
Outros	806.963	9.774	1.980.876	29.369
Compromissos de Venda	**39.592.078**	**(488.313)**	**24.317.465**	**(1.368.199)**
Moedas	- 38.946.701	(477.426)	22.096.104	(1.364.617)
Outros	645.377	(10.887)	2.221.361	(3.582)

(1) Inclui opções de ações, índices.
(2) Inclui índices B3 S.A. (atual denominação social da BM&FBovespa) e S&P.

a.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Valor Referencial				**30/6/2018**
	Clientes	**Partes Relacionadas**	**Instituições Financeiras (1)**	**Total**
Swap	32.801.719	34.401.238	185.360.894	252.563.851
Opções	14.653.077	1.346.470	113.035.275	129.034.822
Contratos de Futuros	-	-	274.396.876	274.396.876
Contratos a Termo e Outros	40.984.905	48.164.558	14.484.731	103.634.194

Valor Referencial				**31/12/2017**
	Clientes	**Partes Relacionadas**	**Instituições Financeiras (1)**	**Total**
Swap	32.912.721	19.599.395	149.569.098	202.081.214
Opções	11.263.513	1.240.309	177.557.787	190.061.609
Contratos de Futuros	-	-	161.725.596	161.725.596
Contratos a Termo e Outros	25.470.287	18.816.991	3.536.283	47.823.561

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.) e outras bolsas de valores e mercadorias.

a.3) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valor Referencial				30/6/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Swap	26.650.363	100.134.502	125.778.986	252.563.851
Opções	27.191.322	96.867.072	4.976.428	129.034.822
Contratos de Futuros	132.802.265	96.605.197	44.989.414	274.396.876
Contratos a Termo e Outros	43.455.208	47.052.413	13.126.573	103.634.194

Valor Referencial				31/12/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Swap	20.705.247	51.021.102	130.354.865	202.081.214
Opções	46.139.545	89.403.700	54.518.364	190.061.609
Contratos de Futuros	65.489.476	55.490.159	40.745.961	161.725.596
Contratos a Termo e Outros	25.015.557	14.250.495	8.557.509	47.823.561

a.4) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Valor Referencial			30/6/2018
	Bolsas (1)	Balcão (2)	Total
Swap	104.286.497	148.277.354	252.563.851
Opções	101.841.122	27.193.700	129.034.822
Contratos de Futuros	274.396.876	-	274.396.876
Contratos a Termo e Outros	6.539.343	97.094.851	103.634.194

Valor Referencial			31/12/2017
	Bolsas (1)	Balcão (2)	Total
Swap	67.112.505	134.968.709	202.081.214
Opções	172.144.700	17.916.909	190.061.609
Contratos de Futuros	161.725.596	-	161.725.596
Contratos a Termo e Outros	395.212	47.428.349	47.823.561

(1) Inclui valores negociados na B3 S.A., e outras bolsas de valores e mercadorias.
(2) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

a.5) "Hedge" Contábil

As relações de hedge são de três tipos: Hedge de Valor Justo, Hedge de Fluxo de Caixa e Hedge de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

Os derivativos utilizados como instrumentos de hedge por indexador são representados como seguem:

"Hedge" de Valor Justo

A estratégia de hedge de valor justo do Banco consiste em hedge de exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de Swaps de taxa de juros, relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o hedge de valor justo como segue:

• Contrata swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira. As operações de hedge foram designados em janeiro 2016 e os vencimentos ocorrerão entre janeiro de 2017 e 2021.

• O Banco possui uma carteira de ativos de crédito emitidos em Dólar à taxa fixa no Balanço da Santander EFC, cujas operações são registradas em Euro. Como forma de gerenciar este descasamento, o Banco designa cada swap de Moeda Estrangeira Euro Flutuante versus Dólar Fixos como hedge de valor justo do empréstimo correspondente. As operações de hedge foram designadas em 2013 e os

vencimentos dos Swaps relacionados ocorrerão entre junho de 2017 e 2020.

• O Banco possui uma carteira de Ativos indexados ao Euro e negociados na agência de Cayman. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da captação, já expresso em dólar, será corrigido pelo % CDI ou Pré-Fixado. Os Ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom. As operações de hedge foram designadas em fevereiro de 2017 e os vencimentos dos Swaps relacionados ocorrerão entre fevereiro de 2017 e 2024.

• O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por Títulos Públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes. Para gerenciar este descasamento contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge Accounting, tendo como item objeto nesta relação títulos públicos pré-fixados (NTN-F e LTN). As operações de hedge foram designados em março de 2017 e tem como vencimento 2027.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o Banco segue o IAS 39, que exige que o teste de efetividade seja efetuado no início (teste prospectivo) da estrutura de hedge, e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a relação de hedge permanece efetiva.

a) Teste prospectivo: Segundo a norma, o teste prospectivo deve ser feito na data de início (inception) e trimestralmente para demonstrar que a expectativa em relação à efetividade da relação de hedge é alta.

a.1) O teste prospectivo inicial (no inception): restringe-se a uma revisão qualitativa dos termos críticos e condições do instrumento e do objeto de hedge, para uma conclusão de que mudanças no valor de mercado de ambos os instrumentos são esperadas para se anularem completamente.

a.2) O teste periódico prospectivo: periodicamente será computada a sensibilidade do valor presente do objeto de hedge e do instrumento de hedge a uma variação paralela de 10 basis points na curva de taxa de juros. Para fins de efetividade a razão das duas sensibilidades deverá estar compreendida no intervalo entre 80% e 125%.

b) Teste retrospectivo: O teste retrospectivo de efetividade será conduzido por meio da comparação da variação do MTM do instrumento de hedge desde a data início com a variação do MTM do objeto de hedge desde o início, excluído o spread de crédito e liquidez da operação:
Em hedges de valor justo, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.

	30/6/2018		31/12/2017	
Estrutura de Hedge	**Parcela Efetiva Acumulada**	**Parcela Inefetiva**	**Parcela Efetiva Acumulada**	**Parcela Inefetiva**
Fair Value Hedge				
Títulos Públicos (LTN, NTN-F)	190.617	-	(388.446)	-
LEA	(75.706)	-	(1.200)	-
Resolução 2770	3.517	-	304	-
Trade Finance Off	(64.713)	-	(57.386)	-
Total	**53.715**	**-**	**(446.728)**	**-**

	30/6/2018		31/12/2017	
	Ajuste a Mercado	**Valor de Mercado**	**Ajuste a Mercado**	**Valor de Mercado**
Instrumentos de ***Hedge***				
Contratos de ***Swap***	**(100.057)**	**(39.176)**	**(95.672)**	**(130.683)**
Ativo	**40.393**	**4.118.798**	**12.954**	**3.005.666**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI - (5) (8)	(865)	1.789.487	(357)	1.818.366
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar (1)	106	12.200	320	8.742
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar (2)(3)(4)	(3.900)	1.697.951	(23.585)	691.872
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro (6)(7)	45.052	619.160	36.576	486.686
Passivo	**(140.450)**	**(4.157.974)**	**(108.626)**	**(3.136.349)**
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar (6)	(31.257)	(410.534)	(20.109)	(261.915)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré Dólar (5)	(10.031)	(249.300)	(16.303)	(225.857)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (1) (2)	(36.165)	(1.236.178)	(21.380)	(474.398)

Taxa de Juros Pré - Reais (3) (8)	5.830	(1.679.922)	22	(1.640.708)
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Colombiano (7)	(11.358)	(210.661)	(13.863)	(219.392)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré Euro (4)	(57.469)	(371.379)	(36.993)	(314.079)
Objeto de ***Hedge***				
Ativo	**65.013**	**3.986.261**	**77.623**	**3.106.562**
Empréstimos e Recebíveis	**50.667**	**1.217.053**	**79.496**	**1.362.060**
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar (6)	(9.243)	271.428	4.319	288.420
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré Dólar (5)	10.188	248.260	16.416	224.943
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (2)	2.943	95.563	16.401	331.805
Taxa de Juros Pré - Reais (3)	1.367	38.985	3.900	21.077
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Colombiano (7)	2.735	202.039	(2.898)	173.990
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Euro (4)	42.677	360.778	41.358	321.825
Instrumentos de Dívida	**14.346**	**2.769.208**	**(1.873)**	**1.744.502**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (1) (2)	26.778	1.130.099	354	119.892
Taxa de Juros Pré - Reais (3)	3.332	42.477	91	6.082
Notas do Tesouro Nacional - NTN F (9)	(15.764)	1.596.632	(2.318)	1.618.529

	30/6/2018
Instrumentos de Hedge	**Valor de Referência**
Contratos de Futuros (8)	**41.286.091**
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	40.695.023
Indexado a índice de preços (DAP)	591.068

	Ajuste a Mercado	**30/6/2018 Valor de Mercado**
Objeto de ***Hedge***		
Ativo	**(205.940)**	**43.924.730**
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda		
Títulos Públicos (8)	**(206.660)**	**43.372.045**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	119.327	32.847.538
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	(325.987)	10.524.507
Títulos Privados	**720**	**552.685**
Debêntures	720	552.685

(1) São instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em certificado de depósitos interfinanceiros - CDI com valor de mercado de R$1.119.782 (31/12/2017 - R$109.538).
(2) São instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito e títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em certificado de depósitos interfinanceiros - CDI, com valor de mercado das operações de crédito de R$95.562 (31/12/2017 - R$352.071) e das notas promissórias de R$10.317 (31/12/2017 - R$10.354).
(3) São instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em taxa de juros pré - Reais com valor de mercado de R$42.477 (31/12/2017 - R$6.082) e operações de crédito no valor de R$38.985 (31/12/2017 - R$21.077).
(4) São instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - pré euro no valor de mercado de R$360.778 (31/12/2017 - R$321.825).
(5) São instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - pré dólar no valor de mercado de R$248.260 (31/12/2017 - R$224.943).
(6) São instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R$271.429 (31/12/2017 - R$288.420).
(7) São instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em Moeda Estrangeira - Peso Colombiano com valor de mercado de R$202.039 (31/12/2017 - R$173.990).
(8) São instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são títulos públicos pré-fixados representados por Notas do Tesouro Nacional NTN-F com valor de mercado de R$1.596.632 (31/12/2017 - R$1.618.529).

"Hedge" de Fluxo de Caixa
As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco Santander consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco Santander aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:
• Contrata swaps ativos Dólar *Fixed* e passivos em Reais flutuante e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos indexados em Reais flutuante e negociados com terceiros por meio da agência em Cayman. As operações de hedge foram designadas em janeiro 2016 e os vencimentos ocorrerão entre janeiro de 2017 e 2021.
• Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto parte da carteira de crédito do Banco em Dólares. As operações de hedge foram designadas em 2007 e os vencimentos ocorrerão entre janeiro de 2017 e 2026.

• Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto nesta relação parte da carteira de Crédito do Banco em Dólares. Os relacionamentos de hedge foram designados em 2007, e os vencimentos dos hedges relacionados ocorrerão entre 2017 e 2025.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o Banco Santander segue o IAS 39 que indica que o teste de efetividade deve ser efetuado na concepção/início da estrutura de hedge (teste prospectivo) e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a expectativa da relação de hedge permanece efetiva (entre 80 e 125%).

Nesta estratégia de hedge, os testes de efetividade (prospectivo / retrospectivo) são conduzidos por meio da comparação de duas proxies, uma para o objeto de hedge e outra para o instrumento.
A *proxy* do objeto de hedge é um swap "conceitual", onde a "ponta" passiva simula a parte da Porção Estável a ser protegida e a "ponta" pré-fixada ativa é idêntica ao conjunto de futuros designado como hedge, estando está coerente com as taxas de mercado praticadas no dia da designação do hedge. A *proxy* do instrumento de hedge é um swap "conceitual", onde a "ponta" ativa é constituída pelo número de contratos de futuro designados como hedge, e a "ponta" pré-fixada passiva é a taxa negociada na aquisição destes contratos. A proxy é estável ao longo da estratégia uma vez que os contratos são mantidos até o vencimento.
Eventuais inefetividades são reconhecidas em resultado.

a) Teste Prospectivo: Segundo a normativa, o teste prospectivo deve ser executado na data de início e trimestralmente para demonstrar que a expectativa em relação à efetividade da relação de hedge é alta, porém os testes são efetuados mensalmente para acompanhamento pró-ativo e mais eficiente das projeções, além de melhor manutenção das rotinas relacionadas aos testes.

a.1) Teste Prospectivo Periódico: Risco de Mercado realiza as projeções de três cenários para os testes, sendo: 1º 10bps na curva; 2º 50bps na curva e 3º 100bps na curva. Utilizando as estimativas validadas, são efetuados os testes prospectivos por meio da valorização das duas pernas variáveis da operação a mercado.

a.2) Teste Prospectivo Inicial: a metodologia do teste prospectivo periódico também deverá ser aplicada na data de início de cada nova estratégia.

b) Teste Retrospectivo: Deve ser efetuado mensalmente com dados históricos para demonstrar de forma cumulativa de que o hedge foi efetivo, conforme metodologia apresentada anteriormente. Eventuais inefetividades são reconhecidas em resultado.

A parcela Inefetiva é reconhecida por meio do teste prospectivo do hedge.

Efetividade deve ficar entre 80% e 125%.

Em hedges de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes – hedges de fluxo de caixa" até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida nas demonstrações consolidadas do resultado, exceto, se as transações previstas resultem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações consolidadas do resultado. E a parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre instrumentos de hedge de fluxo de caixa em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" nas demonstrações consolidadas do resultado.

	30/6/2018		31/12/2017	
Estrutura de Hedge	**Parcela Efetiva Acumulada**	**Parcela Inefetiva**	**Parcela Efetiva Acumulada**	**Parcela Inefetiva**
Cash Flow Hedge				
Eurobonds	(10.898)	-	(25.576)	-
Trade Finance Off	(94.520)	-	(94.896)	(9.266)

CDB	114.561	-	-	-
Títulos Públicos (LFT)	144.626	-	129.995	-
Total	**153.768**	**-**	**9.523**	**(9.266)**

	30/6/2018		31/12/2017	
	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de ***Hedge***				
Contratos de ***Swap***	**(47.784)**	**158.807**	**(25.142)**	**160.114**
Ativo	**(7.098)**	**2.204.821**	**97.846**	**2.361.070**
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar (1)	(116.232)	1.106.645	(42.149)	992.879
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro (3)	116.318	840.342	134.435	1.223.004
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar (2)	(7.184)	257.834	5.560	145.187
Passivo	**(40.686)**	**(2.046.014)**	**(122.988)**	**(2.200.956)**
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI (1) (2)	5.907	(248.866)	(5.735)	(147.925)
Indexados em Moeda Estrangeira Estrangeira Pré - Euro (1)	74.438	(985.135)	13.639	(895.399)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar (3)	(121.031)	(812.013)	(130.892)	(1.157.632)

	30/6/2018	31/12/2017
Instrumentos de ***Hedge***	Valor de Referência	Valor de Referência
Contratos de Futuros	**57.157.366**	**60.299.595**
Operações de Crédito (4)	**51.662.413**	**54.995.334**
Moeda Estrangeira - Dólar	-	3.362.582
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	30.505.897	32.344.276
Taxa de Juros DDI1	21.156.516	19.288.476
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda	**5.494.953**	**5.304.261**
Títulos Públicos (5)	**5.494.953**	**5.304.261**
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	5.494.953	5.304.261
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (6)	**-**	**-**
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	-	-

	30/6/2018	31/12/2017
Objeto de ***Hedge*** - Valor da Curva		
Ativo	**(29.871.678)**	**25.697.291**
Empréstimos e Recebíveis - Contratos de Financiamento e Crédito à Exportação e Importação (3) (5)	(11.149.307)	7.632.915
Empréstimos e Recebíveis (3) (4)	(10.945.200)	10.989.230
Títulos da Dívida Externa Brasileira (1)	(905.640)	809.660
Disponíveis para Venda - Notas Promissórias - NP (2) (4)	(1.638.485)	1.194.266
Títulos Públicos - LFT (5)	(5.233.046)	5.071.220
Passivo	**-**	**-**
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (6)	-	-

(1) Operações com vencimento em abril de 2021 (31/12/2017 - operações com vencimento em 1 de abril de 2021), cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por título da dívida externa brasileira e operações de crédito.
(2) Operações com vencimentos entre setembro de 2018 a junho de 2019 (31/12/2017 - operações com vencimentos entre 5 de janeiro e 14 de abril de 2018), cujos objetos de hedge em 2018 são operações de empréstimos e em 2017 são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias.
(3) Operações com vencimentos entre setembro de 2018 a junho de 2019 (31/12/2017 - operações com vencimentos entre 30 de janeiro de 2018 a 30 de setembro de 2022), cujos objetos de "hedge" são contratos de operações de crédito com entidades de crédito.
(4) Operações com vencimentos entre agosto de 2018 a novembro de 2027 (31/12/2017 - operações com vencimentos entre fevereiro de 2018 a novembro de 2026) e valor atualizado dos instrumentos de R$21.014.536 (31/12/2017 - R$16.811.747) onde as operações são futuros em Dólar e futuros em DI e DDI quando utilizadas em conjunto o cupom cambial faz o "hedge" com as operações de trade finance, cujo objeto de "hedge" são operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à exportação e importação, operações de empréstimos, outros créditos e títulos e valores mobiliários representado por notas promissórias.
(5) Operação com vencimento entre março de 2021 e março de 2023 (31/12/2017 - operações com vencimentos entre março de 2021 e março de 2023), cujo objeto de "hedge" são Letras Financeiras do Tesouro - LFT, registrados em títulos e valores mobiliários.
(6) No Banco e no Consolidado, em 30 de junho de 2017, operação com vencimento em 3 de julho de 2017, cujo objetos de hedge são Certificados de Depósitos a Prazo - CDB.

No primeiro trimestre de 2018, foi contratada uma estrutura de hedge de contratos de futuros que foi descontinuada em junho de 2018. Os objetos de hedge eram certificados de depósitos a prazo – CDB. O efeito da marcação a mercado destes contratos, líquido dos efeitos tributários, e que estão destacados no patrimônio líquido, corresponde a um crédito no valor de R$44.004 que serão amortizados nos próximos 6 meses.

O efeito da marcação a mercado dos contratos de "swap" e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R$19.523 (31/12/2017 - crédito R$116.441) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R$25.725 a débito serão realizados contra despesa nos próximos doze meses.

"Hedge" dos Investimentos no Exterior

O Banco Santander reavaliou a estrutura de seu investimento na subsidiária integral em Madri (EFC), pois observou que devido a alteração na estratégia da operação na prática essa subsidiária possui um modelo de negócios onde o Banco possui significativa influência na condução e na tomada de decisões de suas atividades. De acordo com o conceito abordado no IAS 21, a Administração concluiu que a moeda funcional deste investimento passa a ser o Real e, portanto, esta alteração torna-se vigente de forma prospectiva a partir de janeiro de 2017. Adicionalmente, a estrutura de Hedge Accounting de Investimento no exterior que o Banco Santander possuía sobre este investimento foi descontinuada a partir da data de alteração da moeda funcional. Desta forma, a moeda funcional da Santander EFC e a agência Cayman é o Real e as diferenças cambiais das operações que são realizadas em moeda estrangeira são registradas no resultado. Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e para ambos os investimentos no exterior o Banco não utiliza Hedge Accounting. As variações cambiais das operações em moeda estrangeira e o efeito dos derivativos utilizados na proteção econômica (contratos futuros) são registrados em resultado.

a.6) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 S.A. com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	30/6/2018	31/12/2017
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.007.883	708.960
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.746.912	4.371.286
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.241.350	1.193.315
Total	**8.996.145**	**6.273.561**

a.7) Posição Vendida

Em 30 de junho de 2018, o saldo de posições vendidas totalizou R$20.132.869 (31/12/2017 - R$32.808.392) o qual inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.

b) Instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme exigências dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e banking, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia dos órgãos reguladores. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedges*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e *banking*.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2018.

Carteira Negociação

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(3.281)	(70.906)	(141.812)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(1.821)	(9.936)	(19.873)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(2.148)	(81.971)	(163.943)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(5.831)	(9.152)	(18.305)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(7.891)	(197.281)	(394.561)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(4.176)	(28.844)	(57.688)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(1.192)	(6.428)	(12.856)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(2.397)	(59.918)	(119.837)
Total (1)		**(28.737)**	**(464.436)**	**(928.875)**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de 10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira *Banking*

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	(56.342)	(1.070.500)	(2.087.474)
Taxa Referencial e TJLP	Exposições sujeitas à variação de cupons de TR e TJLP	(10.825)	(205.679)	(401.074)
Inflação	Exposições sujeitas à variação das taxas de cupons de índices de preços	(26.950)	(512.047)	(998.492)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à variação da taxa do cupom de dólar	(17.255)	(327.837)	(639.283)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(2.518)	(47.844)	(93.296)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(352)	(6.691)	(13.047)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(3.679)	(91.985)	(183.970)
Total (1)		**(117.921)**	**(2.262.583)**	**(4.416.636)**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

c) Fundos geridos não registrados no balanço

O Banco Santander possui fundos sob gestão, os quais não possui participação significativa, não atua como "principal" e não é detentor de cotas desses Fundos. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos mediante o poder decisório. Ademais, o Banco atua como gestor dos fundos na análise de regime de remuneração, os quais são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, não indica que o gestor dos fundos atua como "principal".
Os fundos gestionados pelo Banco Santander não registrados no balanço são os seguintes:

	30/6/2018	31/12/2017
Fundos sob gestão	1.867.850	1.747.623
Fundos administrados	201.412.246	188.728.634
Total	**203.280.096**	**190.476.257**

d) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros que totalizavam R$26.487.102 e R$40.459.429, respectivamente.

ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO VALOR ADICIONADO

As demonstrações consolidadas do valor adicionado a seguir não é exigida pelo IAS 34, mas estão sendo apresentadas como informações complementares, conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e foi derivado das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco e preparada de acordo com o IAS 34.

	01/01 a 30/06/2018			01/01 a 30/06/2017	
Receitas com juros e similares	35.428.651			37.106.560	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	6.972.970			6.160.302	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(6.179.179)			(6.157.809)	
Outras Receitas e Despesas	(7.231.332)			(897.054)	
Despesas com juros e similares	(15.288.024)			(20.195.543)	
Insumos de Terceiros	(3.623.438)			(2.977.879)	
Material, Energia e Outros	(254.797)			(248.786)	
Serviços de Terceiros	(2.507.354)			(2.279.922)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(413.518)			(90.627)	
Outros	(447.769)			(358.544)	
Valor Adicionado Bruto	**10.079.648**			**13.038.577**	
Retenções					
Depreciações e Amortizações	(863.129)			(810.250)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	**9.216.519**			**12.228.327**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência					
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	32.962			38.653	
Valor Adicionado Total a Distribuir	**9.249.481**			**12.266.980**	
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal	4.027.444	43,5%		3.791.772	30,9%
Remuneração	2.877.531			2.753.503	
Benefícios	778.999			719.800	
FGTS	214.190			199.869	
Outras	156.724			118.600	
Impostos, Taxas e Contribuições	(962.033)	-10,4%		3.803.478	31,0%
Federais	(1.420.325)			3.493.168	
Estaduais	210			548	
Municipais	458.082			309.762	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	390.880	4,2%		400.429	3,3%
Remuneração de Capitais Próprios	5.793.190	62,6%		4.271.301	34,8%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.200.000			500.000	
Reinvestimentos de Lucros	4.502.052			3.673.703	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	91.138			97.598	
Total	**9.249.481**	**100,0%**	**-**	**12.266.980**	**100,0%**

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS (atual denominação do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)).

1) Conjuntura Econômica

O Banco Santander destaca que os últimos meses apresentaram muita volatilidade no mercado brasileiro, com forte movimento na taxa de câmbio, bolsa de valores, curva de juros, entre outros ativos. Na visão do Banco, essas mudanças refletiram tanto aspectos domésticos quanto internacionais.

No cenário global, o Santander avalia que as discussões comerciais entre Estados Unidos e China ainda não chegaram a uma conclusão e têm sido um dos principais motivos para o aumento da aversão a risco no mundo. Além disso, na visão do Banco, os dados positivos da economia americana levam o mercado a alimentar expectativas de altas adicionais dos juros por lá, impactando países emergentes. A combinação desses fatores, na análise do Santander, explica o movimento de fortalecimento do Dólar em relação à maioria das moedas, inclusive o Real.

No que diz respeito aos fatores internos, o Banco Santander acredita que as incertezas sobre o quadro eleitoral continuam como um dos principais motivos por trás das oscilações nos mercados. Como exemplo, a taxa de câmbio teve desvalorização superior a 15% no segundo trimestre, levando o Bacen a realizar intervenções (principalmente no mês de junho, via oferta superior a US$35 bilhões em swaps cambiais) para mitigar os movimentos da moeda. O Santander segue prevendo que a taxa de câmbio encerrará 2018 a R$/US$3,50, devido à dissipação das incertezas com as eleições, mas com muitas oscilações até lá.

Já sobre a atividade produtiva, o Banco ressalta que as projeções do mercado têm sido revisadas para baixo, principalmente, após a paralisação do transporte de cargas que ocorreu no final de maio. Mas, na visão do Santander, isso não quer dizer que haverá recessão na economia brasileira; a expectativa ainda é de crescimento, mas ele deve acontecer de forma mais lenta do que era esperado no início do ano. Com isso, o Santander reforça que a elevada ociosidade dos fatores de produção na economia doméstica não deverá ser eliminada nos próximos trimestres, o que sustenta o cenário de inflação dentro da meta neste e no próximo ano e, consequentemente, manutenção da taxa Selic em patamares baixos por mais algum tempo. O Santander projeta elevação da taxa básica de juros somente no segundo semestre de 2019. As expectativas do Banco para o final deste e do próximo ano são de 6,50% a.a. e 7,50% a.a., respectivamente.

Essas projeções de inflação e juros baixos do Banco Santander têm como premissa a continuidade da agenda de reformas na economia brasileira, sobretudo no campo fiscal. De fato, o Santander reforça a avaliação de que a disposição e capacidade do próximo governo em buscar a estabilização da dívida pública, bem como de manter uma política econômica sustentável, serão fundamentais para que o país entre em uma trajetória de desenvolvimento econômico e social de longo prazo.

2) Desempenho

2.1) Resultado

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO (R$ Milhões)	1S18	1S17	variação anual %	2T18	1T18	variação trimestral %
Receita Líquida com Juros (2)	**20.140,6**	**16.911,0**	**19,1**	**10.321,2**	**9.819,5**	**63,8**
Receitas de instrumentos de patrimônio	21,7	72,5	-70,0	8,2	13,5	781,9
Resultado de equivalência patrimonial	33,0	38,7	-14,7	29,6	3,4	30,7
Tarifas e Comissões (líquidas)	6.973,0	6.160,3	13,2	3.517,7	3.455,2	75,1
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + Variações cambiais (líquidas)	(5.660,2)	511,7	-1.206,1	(5.729,6)	69,5	-108,9
Outras despesas operacionais (líquidas)	(389,5)	(336,1)	15,9	(217,7)	(171,9)	54,4
Total de Receitas	**21.118,6**	**23.358,1**	**-9,6**	**7.929,4**	**13.189,2**	**194,6**
Despesas administrativas e pessoal	(8.194,6)	(7.632,5)	7,4	(4.129,7)	(4.064,9)	84,8
Depreciação e amortização	(863,1)	(810,3)	6,5	(431,1)	(432,0)	87,9
Provisões (líquidas)	(734,9)	(1.857,8)	-60,4	5,8	(740,8)	-31.868,7
Perdas com ativos financeiros e com outros ativos (líquidas)	(6.592,7)	(6.248,4)	5,5	(3.509,7)	(3.083,0)	78,0
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	(11,5)	0,2	-5.092,6	(4,9)	(6,6)	-104,7
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	28,5	(338,7)	-108,4	24,8	3,7	-1.466,1
Resultado Operacional Antes da Tributação (1)	**4.750,2**	**6.470,6**	**-26,6**	**(115,4)**	**4.865,6**	**-5.707,6**
Impostos sobre a renda	1.043,0	(2.199,3)	-147,4	3.036,9	(1.993,9)	-172,4
Lucro Líquido Consolidado	**5.793,2**	**4.271,3**	**35,6**	**2.921,5**	**2.871,7**	**46,2**

Para melhor compreensão dos resultados em IFRS, abaixo estão apresentados o Resultado Operacional Antes da Tributação e Imposto sobre a Renda, desconsiderando o efeito do hedge (vide item 1):

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (R$ Milhões)	1S18	1S17	variação anual %	2T18	1T18	variação trimestral %
Resultado Operacional Antes da Tributação	4.750,2	6.470,6	-26,6	(115,4)	4.865,6	-5.707,6
IR/CSLL (hedge)	5.420,1	630,1	760,2	5.269,6	150,5	-88,0
PIS/Cofins (hedge)	476,4	68,3	597,5	460,1	16,3	-85,2
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	**10.646,7**	**7.169,0**	**48,5**	**5.614,3**	**5.032,4**	**27,7**

IMPOSTO SOBRE A RENDA (R$ Milhões)	1S18	1S17	variação anual %	2T18	1T18	variação trimestral %
Imposto sobre a Renda	1.043,0	(2.199,3)	-147,4	3.036,9	(1.993,9)	-172,4
IR/CSLL (hedge)	(5.420,1)	(630,1)	760,2	(5.269,6)	(150,5)	-88,0
PIS/Cofins (hedge)	(476,4)	(68,3)	597,5	(460,1)	(16,3)	-85,2
Imposto sobre a Renda ajustado	**(4.853,5)**	**(2.897,7)**	**67,5**	**(2.692,8)**	**(2.160,7)**	**7,6**

1) Hedge Cambial das Agências Grand Cayman, Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman, Luxemburgo e uma subsidiária chamada Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito, EFC, ou "Santander Brasil EFC" (subsidiária na Espanha), que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco Santander utiliza derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

HEDGE CAMBIAL DAS AGÊNCIAS GRAND CAYMAN, LUXEMBURGO E DA SUBSIDIÁRIA SANTANDER BRASIL EFC (R$ Milhões)	1S18	1S17	variação anual %	2T18	1T18	variação trimestral %
Variação Cambial	6.566,1	770,2	752,5	6.382,2	183,9	3.370,5
Instrumentos Financeiros Derivativos	(12.462,9)	(1.468,6)	748,6	(12.112,2)	(350,7)	3.353,7
IR/CSLL	5.420,1	630,1	760,2	5.269,6	150,5	3.401,4
PIS/Cofins	476,4	68,3	597,4	460,1	16,3	2.722,7

2) Receita Líquida com Juros

No primeiro semestre de 2018, o incremento em comparação ao mesmo período do ano anterior ocorreu, principalmente, em função do aumento do volume médio da carteira e o efeito positivo da maior participação do varejo nos resultados.

3) Outros Eventos

3.1) Plano de Benefício Pós Emprego

Em 30 junho de 2018, ocorreu o aumento de contribuição de custeio estabelecida no Plano de Benefício Pós Emprego, que é calculada como um percentual sobre o total da remuneração mensal dos associados. O referido aumento na contribuição resultou em uma diminuição do custo do serviço passado, em função de alteração do plano. As alterações previstas no Benefício Pós Emprego implicam em redução do valor presente das obrigações do plano de benefício definido, a qual está suportada por avaliação dos atuários.

3.2) Avaliação do Valor Recuperável

No primeiro semestre de 2018, inclui, principalmente, o reconhecimento pelo Banco Santander de perdas por redução ao valor recuperável no montante de R$306 milhões, sobre ativos intangíveis na modalidade de aquisição e desenvolvimento de sistemas. A perda foi registrada em função da realização de análises técnicas, as quais demonstraram uma perspectiva de redução significativa nos benefícios econômicos futuros esperados sobre estes ativos.

Análise de Resultado por Segmento

O Banco possui dois segmentos, o comercial (exceto o negócio Corporate Banking gerenciado globalmente com base no *Global Relationship Model* - Modelo Global de Relacionamento) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

Abaixo, o Banco apresenta o quadro por segmento:

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO POR SEGMENTO (R$ Milhões)	6M18	% sob lucro antes dos impostos	6M17	variação anual %	2T18	% sob lucro antes dos impostos	1T18	variação trimestral %
Banco Comercial (1)	2.871,0	60,4	4.598,7	-37,6	(1.104,1)	177,4	3.975,1	127,8
Banco de Atacado Global	1.879,2	39,6	1.872,0	0,4	(622,6)	100,0	890,5	169,9
Resultado Operacional Antes da Tributação	**4.750,2**	**100,0**	**6.470,6**	**-26,6**	**(622,6)**	**277,4**	**4.865,6**	**112,8**

(1) Em 30 de junho de 2018 e 2017, inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em Dólar, sendo que excluindo este efeito, o Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado para este segmento foi de R$8.767,8 milhões e R$5.297,1 milhões, respectivamente

Despesas Gerais - As outras despesas administrativas totalizaram R$3.648,9 milhões e R$3.334,2 milhões no primeiro semestre de 2018 e 2017, respectivamente. As despesas com pessoal totalizaram R$4.545,7 milhões e R$4.298,3 milhões no primeiro semestre de 2018 e 2017, respectivamente. As despesas administrativas apresentaram um aumento de 9,4% e as despesas com pessoal apresentaram um aumento de 5,8% na comparação anual. Essas variações decorrem, principalmente, pelo aumento das despesas variáveis relacionadas a intensidade comercial do Banco Santander.

DESPESAS GERAIS (R$ Milhões)	1S18	1S17	variação anual %	2T18	1T18	variação trimestral %
Outras Despesas Administrativas	(3.648,9)	(3.334,2)	9,4	(1.868,8)	(1.780,1)	78,4
Despesas com Pessoal	(4.545,7)	(4.298,3)	5,8	(2.260,9)	(2.284,8)	90,1
Total de Despesas Gerais	**(8.194,6)**	**(7.632,5)**	**7,4**	**(4.129,7)**	**(4.064,9)**	**84,8**

2.2) Ativos e Passivos

BALANÇO PATRIMONIAL (R$ Milhões)	jun/18	dez/17	variação jun/18 vs. dez/17 %
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	113.050,5	100.866,1	12,1
Ativos Financeiros para negociação	-	52.439,6	-100,0
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	55.480,3	-	100,0
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	1.619,8	1.692,1	-4,3
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	85.823,4	-100,0
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	86.201,9	-	100,0
Investimentos Mantidos até o Vencimento	-	10.214,5	-100,0
Empréstimos e Recebíveis	-	322.336,8	-100,0
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	363.522,8	-	100,0
Derivativos Utilizados como Hedge	293,0	192,8	52,0
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	1.163,1	1.155,5	0,7
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	953,1	866,6	10,0
Ativos Fiscais	33.252,6	28.825,7	15,4
Outros Ativos	4.564,0	4.578,3	-0,3
Ativo Tangível	6.446,5	6.509,9	-1,0
Ativo Intangível	29.889,7	30.202,0	-1,0
Total do Ativo	**696.437,3**	**645.703,0**	**7,9**
Passivos Financeiros para Negociação	-	49.322,5	-100,0
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	36.895,1	-	100,0
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	539.336,8	478.880,7	12,6
Derivativos Utilizados como Hedge	173,4	163,3	6,2
Provisões	13.702,4	13.986,9	-2,0
Passivos Fiscais	6.945,0	8.248,0	-15,8
Outras Obrigações	10.111,1	8.013,9	26,2
Total do Passivo	**607.163,8**	**558.615,4**	**8,7**
Total do Patrimônio Líquido	89.273,6	87.087,6	2,5
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**696.437,3**	**645.703,0**	**7,9**

Adoção Inicial - IFRS 9

As demonstrações financeiras trimestrais, de acordo com o IFRS, foram elaboradas em 31 de março de 2018 pela primeira vez de acordo com os requerimentos do IFRS9, com a adoção prospectiva conforme permitido pela referida regra. Essas Demonstrações incluíram divulgações especiais por conta da adoção do novo normativo, tais como:

- Revisão das nomenclaturas das principais contas do balanço e da demonstração de resultados, em função das novas categorias de instrumentos financeiros;

- Detalhamento das novas práticas adotadas pelo Banco;

- Detalhamento dos principais aspectos das novas estimativas empregadas, com destaque à determinação da provisão para perda esperada e classificação de instrumentos financeiros;

A conciliação dos efeitos no Patrimônio Líquido de 1 de janeiro de 2018 (abertura) após a adoção da nova norma contábil, está demonstrada no item 2.4 Patrimônio Líquido.

Captações

O total de captações (depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de Crédito, Depósitos de Clientes, Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas e Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital), atingiu R$499.028,1 milhões em 30 de junho de 2018 e R$434.620,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de 14,8% no período.

CAPTAÇÕES (R$ Milhões)	jun/18	dez/17	variação jun/18 vs. dez/17 %
Depósitos do Banco Central do Brasil e Instituições de Crédito	117.122,2	79.374,7	47,6
Depósitos de Clientes	301.944,0	276.042,1	9,4
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	70.129,4	70.247,0	-0,2
Dívidas Subordinadas	-	519,2	-100,0
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	9.832,5	8.436,9	16,5
Total de Captações	**499.028,1**	**434.620,0**	**14,8**

2.3) Carteira de Crédito

ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO (R$ Milhões)	jun/18	dez/17	variação jun/18 vs. dez/17 %
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	36.207,3	32.369,1	11,9
Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	-	(69,0)	-100,0
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquido	**36.207,3**	**32.300,1**	**12,1**
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	302.413,7	287.829,2	5,1
Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(18.671,7)	(15.409,1)	21,2
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	**283.742,0**	**272.420,1**	**4,2**
Instrumentos de dívida, bruto	46.226,2	20.400,1	126,6
Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(2.652,7)	(2.783,6)	-4,7
Instrumentos de dívida, líquido	**43.573,5**	**17.616,5**	**147,3**
Total de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	**363.522,8**	**322.336,7**	**12,8**

Perdas com Ativos Financeiros (Líquidos)

As despesas de provisão para perdas por não-recuperação, reduzidas pelas recuperações de empréstimos baixados para prejuízo, somou R$6.179,0 milhões e R$6.159,3 milhões nos períodos findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, respectivamente, apresentando um aumento de 0,3%.

2.4) Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2018, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou um aumento de 2,5%, em comparação com dezembro de 2017.

A evolução do patrimônio líquido no período é decorrente, principalmente, pela variação negativa de outros resultados abrangentes no montante de R$714,4 milhões, que inclui como principal evento as variações nos ativos financeiros disponíveis para venda e do Lucro Líquido do período no montante de R$5.793,2 milhões e reduzido pelos efeitos da primeira adoção do IFRS 9 no montante de R$1.541,8 milhões e pelo destaque de Juros sobre Capital Próprio no montante de R$600 milhões e Dividendos Intercalares no montante de R$600 milhões.

Adoção Inicial - IFRS 9

Conciliação dos efeitos no Patrimônio Líquido de 1 de janeiro de 2018 (abertura) após a adoção da nova norma contábil.

Conciliação do Patrimônio Líquido R$ Milhões	
Patrimônio líquido antes dos ajustes do IFRS 9 (31/12/2017)	**87.088**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-2.149
Provisão para compromissos contingentes	-675
Remensuração de ativos decorrentes das novas categorias	18
Receita de juros	238
Imposto de renda diferido	1.026
Patrimônio líquido após ajustes do IFRS 9 (01/01/2018)	**85.546**

Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 1 de novembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 3 de novembro de 2017, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 38.717.204 Units, representativas de 38.717.204 ações ordinárias e 38.717.204 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de setembro de 2017, a aproximadamente 1,03% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2017, o Banco Santander possuía 373.269.828 ações ordinárias e 401.074.242 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 6 de novembro de 2017, encerrando-se em 5 de novembro de 2018.

	jun/18	dez/17
	Quantidade	Quantidade
	Units	*Units*
Ações em Tesouraria no início do período	**1.773**	**25.786**
Cancelamento (1)	-	(32.276)
Aquisições de Ações	13.478	12.768
Alienações - Remuneração baseado em Ações	(4.336)	(4.505)
Ações em Tesouraria no final do período	**10.915**	**1.773**
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R$ 356.672	R$ 148.246
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R$ 219	R$ 194
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	**R$ 356.891**	**R$ 148.440**
Custo/Valor de Mercado	**Units**	**Units**
Custo mínimo	R$7,55	R$7,55
Custo médio ponderado	R$27,51	R$24,41
Custo máximo	R$36,98	R$32,29
Valor de mercado	R$27,64	R$27,64

No primeiro semestre de 2018, houve destaque de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Intercalares, conforme abaixo:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R$ Milhões)	jun/18	dez/17	jun/17
Juros sobre o Capital Próprio	600,0	3.800,0	500,0
Dividendos Intercalares	600,0	2.500,0	0,0
Total	**1.200,0**	**6.300,0**	**500,0**

2.5) Índice de Basileia

O Bacen determina que as instituições financeiras a manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013, a exigência para o PR em 2017 foi de 10,5%, composto de 9,25% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 7,25% e o Capital Principal Mínimo para 5,75%.

Para o ano base 2018, a exigência de PR aumentou para 11,0%, incluindo 8,625% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 2,375% de Adicional de Capital Principal, sendo 1,875% da parcela adicional de Conservação e 0,5% da parcela adicional sistêmica. O PR Nível I atinge 8,375% e o Capital Principal Mínimo 6,875%.

O índice de Basileia é apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	jun/18	dez/17	jun/17
Índice de Basileia	14,77	15,83	16,50

2.6) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao período findo em 30 de junho de 2018, das principais controladas do Banco Santander:

CONTROLADAS (R$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Carteira de Crédito (1)	Participação (%)
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	18.619,1	5.696,5	257,2	1.915,7	99,99%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	41.533,5	1.716,5	271,0	35.667,1	100,00%
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	3.592,2	3.475,0	40,3	1.925,3	100,00%
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado)	12.692,5	1.044,8	150,3	12.434,8	60,00%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.	22.074,4	2.023,1	230,9	0,0	88,50%
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.806,8	306,3	11,7	1.665,8	50,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.178,9	593,1	63,2	0,0	100,00%

(1) Inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

Os saldos apresentados acima estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3) Outros Eventos

3.1) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda

Em 30 de junho de 2018, a Administração do Banco Santander reavaliou sua estratégia sobre o investimento na sociedade Real TJK Empreendimento Imobiliário S.A. (atualmente denominada Rojo Entretenimento S.A.), sociedade detentora do Teatro Santander, e decidiu pela transferência da rubrica ativos não-correntes mantidos para venda para participações em coligadas e controladas (Nota 15). Em 30 de junho de 2017 o valor deste investimento, registrado na rubrica ativos não-correntes mantidos para venda, era de R$131 milhões.

3.2) Abertura da agência em Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças do Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

3.3) Adesão aos Programas de Parcelamento de Débitos Tributários

Em outubro de 2017, o Banco aderiu aos Programas de Pagamento Incentivados e Parcelamentos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. As adesões aos programas incluíram o pagamento de processos administrativos e judiciais relacionados ao ISS, relacionados aos períodos de 2005 a 2016, no total de R$293 milhões. Como consequência, foram revertidas provisões no valor de R$435 milhões. No resultado foi registrado uma reversão de provisões, líquida dos efeitos tributários, no total de R$96 milhões.
Em agosto de 2017, o Banco Santander aderiu ao programa de parcelamento de débitos tributários e previdenciários (conforme MP 783/2017). A adesão ao programa incluiu processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos base de 1999 a 2005, no total de R$534 milhões, após os benefícios do programa de parcelamento, sendo R$192 milhões com pagamento realizado em agosto de 2017 e R$300 milhões em janeiro de 2018. Com a conversão da medida provisória em lei, e suas alterações, o valor passou a ser de R$492 milhões.

3.4) Serviços de Formador de Mercado

Em 28 de dezembro de 2017, o Banco Santander comunicou a contratação da BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., para prestação dos serviços de formador de mercado dos certificados de depósitos de ações (Units) de emissão do Banco Santander, negociados sob o código SANB11, no âmbito da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A (B3 S.A.) (atual denominação social da BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros), em substituição à Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores

Mobiliários S.A. O novo Formador de Mercado iniciou suas atividades em 2 de janeiro de 2018.

3.5) Oferta pública da Qatar Holding LLC

Em 11 de abril de 2017, o Banco Santander no Brasil comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos fatos relevantes divulgados em 28 de março de 2017 e 6 de abril de 2017, a liquidação da oferta pública de distribuição secundária de 80.000.000 Units de emissão do Banco Santander no Brasil de titularidade da Qatar Holding LLC (Acionista Vendedor), inclusive sob a forma de American Depositary Shares (ADSs), tendo sido alocadas 22.000.000 Units para a oferta brasileira e 58.000.000 ADSs para a oferta internacional. Foi estabelecido o preço por Unit de R$25,00, resultando em um montante total de R$2 bilhões. Adicionalmente, a quantidade de Units da oferta internacional inicialmente ofertada foi acrescida de um lote adicional de 12.000.000 de Units, exclusivamente sob a forma de ADSs também de titularidade do Acionista Vendedor.

3.6) Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Formação de Parceria com o Grupo Hyundai no Brasil

Em 8 de maio de 2018, as empresas participantes da joint venture - Aymoré CFI e Hyundai Brasil - integralizaram R$ 100 milhões, 50% cada, a título de aumento de capital. Adicionalmente, nesta data, a razão social da entidade foi alterada para Banco Hyundai Capital S.A. De acordo com a estruturação do negócio, o Banco Santander detém o controle da entidade e a consolidação ocorre na linha a linha.

b) Aquisição das sociedades de tecnologia Isban Brasil S.A. e Produban Serviços de Informática S.A.

O Banco Santander adquiriu, em 19 de fevereiro de 2018, as ações representativas da totalidade do capital social da Isban Brasil S.A., anteriormente detidas pela Ingeniería de Software Bancário, S.L., pelo valor de R$61.078. Em AGE realizada no dia 19 de fevereiro de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Isban Brasil no valor de R$33.000, mediante a emissão de 11.783.900 (onze milhões, setecentos e oitenta e três mil e novecentos) novas ações nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações da Isban Brasil emitidas em decorrência do aumento do capital social foi subscrita e integralizada pelo acionista Banco Santander Brasil.

Em 28 de fevereiro de 2018, o Banco Santander comprou as ações correspondentes a 100% do capital social total e votante da Produban Serviços de Informática S.A., mediante pagamento do montante de R$42.731 em favor da Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. As partes envolvidas na transação possuem o Banco Santander, S.A. (Santander Espanha) como controlador indireto comum. Essas transações foram realizadas em condições de mercado.

c) Formação de Parceria com a HDI Seguros S.A. para Criação de Seguradora de Automóveis Totalmente Digital

Em 20 de dezembro de 2017, o Banco Santander celebrou documentos vinculantes com a HDI Seguros S.A. (HDI Seguros), para a formação de uma parceria para a emissão, oferta e comercialização de seguros de automóveis, de forma 100% digital, por meio da criação de nova companhia seguradora - a Santander Auto, a ser detida 50% pela Sancap, sociedade controlada pelo Banco Santander, e 50% pela HDI Seguros. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes. Em 2 de fevereiro, a parceria foi aprovada pelo CADE, em 30 de abril, foi aprovada pelo Banco Central do Brasil e, em 15 de maio, foi obtida aprovação prévia da SUSEP.

d) Acordo para Aquisição Indireta de Participação Societária nas Sociedades Ipanema Empreendimentos e Participações e Gestora de Investimentos Ipanema

Em 5 de julho de 2017, a Atual Securitizadora, subsidiária integral do Banco Santander, celebrou contrato de compra e venda para adquirir participação societária equivalente a 70% das quotas representativas do capital social das sociedades Ipanema Empreendimentos e Participações Ltda., Gestora de Investimentos Ipanema Ltda e do Fundo Investimento Ipanema NPL V. Em 19 de setembro de 2017, o Bacen autorizou a Aquisição e, após o cumprimento das demais condições precedentes, as partes concluíram a transação em 16 de outubro de 2017.

e) Constituição da Gestora de Inteligência de Crédito – parceria entre Banco Santander e outros bancos do Mercado Brasileiro

No dia 14 de abril de 2017, foram firmados pelos acionistas os documentos definitivos necessários à constituição de um novo birô de crédito, a Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (“Companhia”), cujo controle será compartilhado entre os acionistas que deterão 20% do seu capital social, cada. A Companhia desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis, propiciando um significativo aperfeiçoamento dos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito. O Banco Santander estima que a Companhia esteja integralmente operacional em 2019.

f) Outros Eventos Societários

- Em AGE de 23 de março de 2018, a sociedade Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros teve seu nome alterado para Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. Na mesma AGE, foi deliberado o aumento de capital social da companhia no montante de R$ 150.000 passando o capital social para o valor de R$ R$ 270.000, dividido em 265.419.392 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas em razão do aumento de capital foram subscritas e

integralizada pelo Santander Brasil.

- Em 28 de fevereiro de 2018, a sociedade Produban Serviços de Informática S.A. incorporou a Isban Brasil S.A. (ambas as companhias controladas e com a totalidade de suas ações sob a titularidade do Banco Santander), de modo que a Produban Serviços de Informática S.A. sucedeu a extinta Isban Brasil S.A. em todos os seus direitos e obrigações. Na mesma data, a Produban Serviços de Informática S.A. teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A., uma sociedade controlada e com a totalidade de suas ações detidas pelo Banco Santander.

- Em 22 de dezembro de 2017, a Santander Corretora de Seguros (atual denominação social da Santander Participações S.A.), a Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa S.A. (Ferbasa) e a Brazil Wind S.A. celebraram um contrato para venda de 100% das ações de emissão da BW Guirapá I S.A. (respectivamente, o Contrato e a BW Guirapá I S.A.) detidas pela Santander Corretora de Seguros e Brazil Wind S.A. para a Ferbasa (Operação). O preço base da totalidade de venda desta operação é de R$414 milhões, sendo que poderá haver o pagamento de um valor adicional de até R$35 milhões se forem atingidas metas futuras estipuladas no Contrato. Em 2 de abril de 2018, foi implementado o fechamento da transação. O investimento foi baixado e, consequentemente os ativos e passivos da BW Guirapá I S.A. e controladas deixaram de ser consolidadas no Balanço do Conglomerado.

- Em 30 de novembro de 2017, foram aprovadas a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Serviços pela Santander Corretora de Seguros (atual denominação social da Santander Participações S.A.). Com a extinção da Santander Serviços, a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.

- Em 17 de novembro de 2017, foi formalizada a aquisição, pelo Banco Santander, da participação detida pela Santusa Holding, S.L. (equivalente a 39,35%) no capital social da Santander Serviços. Assim, o Banco Santander passou a ser, diretamente, detentor de 99,99% das ações da Santander Serviços.

- Em 26 de outubro de 2017, após o Bacen emitir ofício se manifestando favoravelmente a operação, foi formalizada a aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações da Webcasas S.A. detidas pela Santander Serviços. Em 1° de novembro de 2017, a Webcasas S.A. passou a denominar-se Santander Holding Imobiliária S.A. e teve seu objeto social alterado para compreender atividades voltadas a negócios imobiliários.

- Em 29 de setembro de 2017, foram aprovadas a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Brasil Advisory pela Santander Corretora de Seguros, de forma que a Santander Corretora de Seguros recebeu, pelos seus valores contábeis, com base no balanço levantado em 31 de agosto de 2017, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Santander Brasil Advisory. Com a extinção da Santander Brasil Advisory, a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.

- Em 31 de agosto de 2017, foram aprovados a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Microcrédito pela Santander Corretora de Seguros, de forma que a Santander Corretora de Seguros recebeu, pelos seus valores contábeis, com base no balanço levantado em 30 de junho de 2017, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Santander Microcrédito. Com a extinção da Santander Microcrédito a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.

- Em 10 de março de 2017, foi aprovado em AGE da Santander Brasil Advisory, com o objetivo de simplificar os procedimentos operacionais da sociedade, o grupamento de ações representativas do seu capital social à razão de 100.000 ações ordinárias para 1 ação ordinária. Em virtude do grupamento, o número de ações representativas do capital social da Santander Brasil Advisory foi alterado de 1.370.914 para 13 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, tendo sido canceladas eventuais frações de ações. Os acionistas que detinham individualmente quantidade de ações inferior àquela adotada como razão para o grupamento receberão pelas suas ações o valor patrimonial a elas correspondente antes do grupamento, calculado com base no patrimônio líquido refletido no balancete da Santander Brasil Advisory levantado em fevereiro de 2017, qual seja, R$11,22 por ação ordinária.

4) Estratégia

O Banco Santander é o único banco internacional, com escala, no País. O Banco está convicto de que o caminho para crescer de forma rentável, recorrente e sustentável é prestar serviços com excelência para aumentar o nível de satisfação e obter mais clientes, mais vinculados. Sua atuação está pautada em uma relação próxima e duradoura com os clientes, fornecedores e acionistas. Com isso, seu propósito é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem, sendo um Banco simples, pessoal e justo, com as seguintes prioridades estratégicas:
Aumentar a preferência e a vinculação dos clientes com produtos e serviços segmentados, simples, digitais e inovadores, por meio de uma plataforma multicanal.

Melhorar a rentabilidade, recorrência e sustentabilidade, crescendo nos negócios, com maior diversificação de receitas, considerando um equilíbrio entre crédito, captações e serviços. Ao mesmo tempo, manter uma gestão preventiva de riscos e um controle rigoroso de despesas.

Ter disciplina de capital e liquidez para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento.

Aumentar a produtividade através de uma intensa agenda de melhorias comerciais que permita oferecer um portfólio completo de serviços.

O Banco Santander segue focado na recorrência da geração de resultados por meio de uma estratégia centrada no cliente e na melhora

da satisfação. Nesse sentido, no 2T18, continuou trazendo soluções inovadoras, para suportar a geração de negócios, o que contribuiu para o aumento da participação de mercado de forma rentável e para o aumento consistente da base de clientes. A estratégia do Banco Santander está baseada no fortalecimento da cultura interna e engajamento dos funcionários. Dentre as iniciativas desse trimestre, destaca-se:

Inovações

"Meus compromissos" – O aplicativo Santander conta com uma nova funcionalidade a partir desse trimestre em que o cliente terá acesso, de forma simples e prática, aos detalhes de cada compromisso financeiro que tem com o Banco Santander. Essa iniciativa suporta o papel na educação financeira e na comunicação transparente com os clientes.

SuperGet e app de gestão de vendas – Em adquirência, foi lançada a SuperGet, direcionada ao público Pessoa Física e Microempreendedor. Foi ofertado o POS sem aluguel, com preços competitivos na venda, somado a proposta de valor como rápida velocidade na entrega e antecipação de vendas a taxas atrativas. Além disso, também foi aprimorado o app Getnet para ser uma ferramenta mais completa e apoiar os estabelecimentos na gestão de vendas.

Select Direct – Foi lançada uma opção de atendimento para os clientes que buscam flexibilidade no horário e realizam a maior parte das transações via canais digitais. Dessa forma, o Banco Santander se posicionou no mercado com uma oferta completa para o público de alta renda e alcançou regiões onde não tinha presença física, aumentando a capilaridade.

PAB itinerante – Nesse trimestre, foi lançado um PAB itinerante que permite levar a estrutura de atendimento do Banco Santander para os clientes logo após conquistar uma folha de pagamento. Com isso, estreitou o relacionamento desde o início, antes mesmo da construção do ponto de atendimento bancário definitivo, proporcionando um atendimento de qualidade e aumento da veiculação.

Vinculação dos Clientes

Essas inovações contribuem para a melhora na experiência e vinculação do cliente. O Banco Santander segue utilizando o indicador NPS (Net Promoter Score), para acompanhar a satisfação e aprimorar o atendimento e processos. Nesse trimestre, o indicador atingiu 51 pontos o que representa um incremento em relação aa 49 pontos do primeiro trimestre de 2018.

Como resultado das ações do Banco Santander, a base de clientes correntistas ativos cresce há 37 meses consecutivos.

Varejo

Os principais destaques no Varejo foram:

Cartões: o faturamento total cresceu dois dígitos pelo décimo trimestre consecutivo atingindo 19,5% YoY no 2T18, com isso, a participação de mercado no faturamento de crédito do Banco Santander atingiu 13,8% (Fonte Abecs, data-base março 2018) (+0,9 p.p. YoY). O Santander Way segue com destacada aceitação pelos clientes do Banco Santander, evidenciada pelo alto nível de engajamento nas campanhas, crescimento no volume de vendas de cartões e elevado incremento na produção do Supercrédito (+50% QoQ).

Consignado: no acumulado do ano a produção expandiu 42,5% (Fonte Bacen, acumulado entre janeiro e maio de 2018) em relação ao mesmo período do ano passado, esse forte ritmo de crescimento permitiu ao Banco Santander atingir 12,2% (Fonte Bacen, data-base maio de 2018) de participação de mercado, isto é, aumento de 2,2 p.p. YoY. Nesse trimestre, o Banco Santander incentivou campanhas de portabilidade e, no âmbito digital, cresceu 2,8 vezes o número de contratos realizados.

Imobiliário: o Banco Santander promoveu no início do trimestre, uma campanha massiva, após a redução das taxas, e foi expandida em 2,6 (Fonte Bacen, data-base maio de 2018) vezes a produção de imobiliário na comparação com o mesmo período do ano passado.

Agro

Nesse trimestre o Banco Santander participou da 25ª edição da Agrishow, uma das maiores feiras de tecnologia agrícola do mundo e a mais importante da América Latina. O Banco continua com a estratégia focada na agilidade e assertividade da oferta para toda a cadeia produtiva. Ao final de junho de 2018, totalizaram 16 lojas vocacionadas ao agronegócio.

Getnet

O Banco Santander avançou o posicionamento no físico e no digital, a habilitação do pagamento contactless (tecnologia NFC) atingiu cerca de 90% da base de POS, melhorando a experiência dos clientes. Além disso, como mencionado anteriormente, foi lançada a SuperGet e aprimorado o app Getnet para oferecer uma visão integrada. A partir da sinergia da oferta de adquirência com o Banco, foi possível prover solução financeira e meios de pagamento customizados para grandes clientes. Todos esses fatores contribuem para que o faturamento do Banco Santander continue expandindo, nesse trimestre, teve crescimento de 33,5% YoY totalizando R$44,1 bilhões. Com isso, a participação de mercado atingiu 13,2% (Fonte Abecs, data-base março 2018) expansão de 2,2p.p. em doze meses.
PMEs

Empresas: a estratégia de aperfeiçoar a experiência do cliente e ter uma oferta diferenciada e setorizada para o segmento permite ao Banco Santander crescer com participação de mercado, que atingiu 11,2% (Fonte Bacen, data-base março de 2018) (+2,2 p.p. YoY).

Fortalecimento dos Negócios Líderes

Webmotors: o Banco Santander avançou na implantação da ferramenta Cockpit que já trouxe resultados positivos, com redução

significativa no tempo médio de atendimento ao cliente e propostas enriquecidas com dados de navegação dos usuários. Nesse trimestre, foi anunciado um acordo com a Estapar por meio do qual o Banco Santander assumirá 51% do capital da LOOP, um dos principais players brasileiros no mercado de recolocação de veículos seminovos e usados. Esse acordo fortalece a posição de liderança e permite ampliar o portfólio de serviços.

Santander Financiamentos: liderança no mercado de financiamento de veículos, a participação de mercado atingiu 23,9% (Fonte Bacen data-base maio de 2018) (+2,0 p.p. em doze meses). O potencial de sinergia com a Webmotors em conjunto com a plataforma + Negócios, cujas simulações seguem em um elevado patamar, contribuem para a sustentabilidade dos negócios. Já a plataforma + Vezes, voltada para o segmento de bens e serviços, posiciona o Banco Santander para capturar oportunidades no setor.

Global Corporate Banking (GCB): o Banco Santander segue reconhecido como líder no mercado de câmbio de acordo com o Bacen (Fonte Bacen, data-base maio de 2018) e em assessoria financeira de financiamentos e leilão de concessão e em estruturação de financiamento, pela Dealogic e Anbima (Assessoria Financeira Américas. Dealogic. 2017 e Assessoria Financeira – líder desde 2008, ANBIMA 2016.)

5) Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o Banco está inserido, tendo o rating de longo prazo em moeda estrangeira limitado ao rating soberano. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas agências Standard & Poor's e Moody's:

	Escala Global				Escala Nacional	
Ratings	**Moeda Local**		**Moeda Estrangeira**		**Nacional**	
	Longo Prazo	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Curto Prazo**
Standard & Poor's[1] (perspectiva)	BB- (estável)	B	BB- (estável)	B	brAAA (estável)	brA-1+
Moody's[2] (perspectiva)	Ba1 (estável)	NP	Ba3 (estável)	NP	Aaa.br	Br-1

(1). Última atualização em 11 de junho de 2018.
(2). Última atualização em 10 de abril de 2018.

6) Governança Corporativa

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 24 de julho de 2018, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), de acordo com o IASB e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS, referentes ao período findo em 30 de junho de 2018.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 26 de junho de 2018, a proposta de destaque e pagamento de Dividendos, no montante bruto de R$600 milhões, para pagamento a partir do dia 27 de julho de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 29 de maio de 2018, a nomeação do Sr. Valdemir Moreira de Lima para a função de Ouvidor da Companhia para mandato de 1 (um) ano, com efeitos a partir de 09 de maio de 2018.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 10 de maio de 2018, a eleição dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia para mandato de 1 ano o qual se estenderá até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2019, a saber: Sra. Deborah Stern Vieitas, na qualidade de Coordenadora; Sr. Luiz Carlos Nannini, na qualidade de membro técnico qualificado; Sra. Maria Elena Cardoso Figueira e Sr. Júlio Sergio de Souza Cardozo, na qualidade de membros.

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 24 de abril de 2018, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), de acordo com o IASB e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS, referentes ao período findo em 31 de março de 2018.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 18 de abril de 2018, a exoneração do Sr. Cassius Schymura do cargo de Diretor sem designação específica da Companhia.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 10 de abril de 2018: (i) a nomeação da Sra. Deborah Stern Vieitas para a função de Coordenadora do Comitê de Auditoria da Companhia, em substituição ao Sr. José Luciano Duarte Penido, para mandato até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2018; (ii) a destituição da Sra. Deborah Stern Vieitas da função de Coordenadora do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia; e (iii) a nomeação do Sr. Bernardo Parnes para a função de Coordenador do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia, para mandato até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2019.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 27 de março de 2018, a proposta de destaque e pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio, no montante bruto de R$600 milhões, para pagamento a partir do dia 26 de abril de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

O Conselho de Administração conheceu, em reunião realizada em 16 de março de 2018, a renúncia apresentada pelo Diretor sem designação específica da Companhia Sr. Felipe Pires Guerra de Carvalho.

O Conselho de Administração conheceu, em reunião realizada em 5 de março de 2018, a renúncia apresentada pelo Diretor sem designação específica da Companhia Sr. Marcelo Zerbinatti.

O Conselho de Administração ratificou, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2018, a exoneração, em 9 de fevereiro de 2018, da Sra. Maria Eugênia Andrade Lopez Santos, Diretora Executiva da Companhia.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2018: (i) conheceu a renúncia apresentada pelo Diretor Vice-Presidente Executivo da Companhia Sr. Alexandre Silva D´Ambrosio; e (ii) aprovou a eleição do Sr. Alessandro Tomao, na qualidade de Diretor Vice-Presidente Executivo da Companhia, para mandato complementar, que vigorará até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2019.

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 15 de fevereiro de 2018, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 1 de fevereiro de 2018: (i) a eleição dos Srs. Carlos Aguiar Neto, Claudenice Lopes Duarte, Germanuela de Almeida de Abreu, Gustavo Alejo Viviani, José Teixeira de Vasconcelos Neto e Rodrigo Cury, na qualidade de Diretores sem Designação Específica, para mandato complementar, que vigorará até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2019; e (ii) a eleição do Sr. René Luiz Grande, como membro do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia, para mandato complementar até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2019.

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 29 de janeiro de 2018, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pela Bacen, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 3 de janeiro de 2018, a exoneração do Sr. Conrado Engel, Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior da Companhia.

7) Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017 a Resolução CMN 4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) e entrou em vigor em 180 dias da data de sua publicação. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e Declaração de Apetite por Riscos (RAS – Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos e indicação de diretor para gerenciamento de riscos e diretor de capital. O Banco Santander está desenvolvendo ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à nova resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma até a data de publicação deste relatório.

7.1) Governança Corporativa da Função de Riscos

O modelo de governança está estruturado tanto em uma visão de decisão, com foco na análise e aprovação de propostas e limites de crédito, como em uma visão de controle, com foco no controle integral de riscos.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

• Independência da função de riscos em relação a área de negócios;

• Envolvimento da Administração nas tomadas de decisão; e

• Decisões colegiadas e consenso sobre operações de crédito.

O Comitê Executivo de Riscos (CER) é o fórum de decisão local com a participação de membros do Comitê Executivo, entre eles o Diretor Presidente do Banco e o Diretor Vice-Presidente de Riscos (VPE de Riscos). As principais atribuições deste comitê são:

• Acompanhar a evolução das carteiras de crédito e mercado;

• Decidir sobre propostas de crédito;

• Definir e acompanhar o cumprimento do apetite ao risco;

• Definir e acompanhar os planos de ação para solucionar as recomendações formuladas pelos reguladores locais e globais e pela Auditoria Interna;

• Aprovar e autorizar as ferramentas de gestão, iniciativas de melhora, o seguimento de projetos e quaisquer outras atividades relevantes relacionadas a gestão de riscos; e

• Aprovar as políticas de riscos assim como mudanças em políticas de riscos com impacto em receitas, margem ou despesas de provisão.

O Comitê de Controle de Riscos (CCR) é responsável pelo controle e acompanhamento de todos os riscos com representantes da gestão do Banco, entre eles o Diretor Vice Presidente Executivo de Riscos e o Diretor Vice-Presidente Executivo de Estratégia e Finanças. As principais atribuições deste comitê são:

• Realizar um seguimento integral e periódico de todos os riscos, comprovando se seu perfil encontra-se dentro do estabelecido no apetite de risco, Planejamento Estratégico Comercial e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração;

• Realizar um controle periódico independente das atividades de gestão de riscos;

• Supervisionar as medidas adotadas, em matéria de riscos, para cumprir com as recomendações e indicações formuladas pelo regulador e auditoria local; e

• Proporcionar ao Conselho de Administração e ao Comitê Executivo a informação e assistência que precisem em matéria de riscos.

Os temas relevantes de gestão de riscos, ou aqueles que por ventura excedam a alçada destes Comitês, serão encaminhados e decididos pelo Conselho de Administração.

7.2) Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores.

7.3) Risco de Crédito

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo.

7.4) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no

mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites, previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, entre outras. Isso permite a gestão dos riscos, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander, nos diferentes mercados em que o Banco opera.

Para isso, o Banco desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos com os seguintes princípios:

• Independência funcional;

• Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;

• Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);

• Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e que não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o CER, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos (ALCO), que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;

• Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e

• Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o Value at Risk (Var) (simulação histórica de 520 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da VPE de Riscos, área independente que aplica as políticas de risco.

7.5) Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco socioambiental no Santander é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental. Essa análise considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros possíveis pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades e perdas. Até 2017, a análise de risco socioambiental era aplicada ao Banco de Atacado e desde 1º de janeiro de 2018 passou a ser realizada também para clientes do Varejo, do segmento Empresas 3 (um dos segmentos de Pessoa Jurídica no Varejo do Banco). O procedimento é realizado por uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia de Saúde e Segurança, Geologia e Engenharia Química. A equipe de análise financeira considera o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado e a disseminação da prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Banco de Atacado.

A Política de Risco Socioambiental do Banco Santander está incluída no âmbito da Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco, atendendo à Resolução 4.327 do CMN.

7.6) Riscos Operacionais, Controles Internos, Lei Sarbanes-Oxley e Auditoria Interna

Os riscos operacionais aumentam se houver inadequação ou falha em processos, sistemas, falhas humanas e/ou de exposição a eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco, mas exclui aqueles que ocorram como consequência de riscos estratégicos. Perdas decorrentes de riscos operacionais podem causar prejuízo financeiro, afetar a continuidade dos negócios e impactar negativamente a imagem do Banco.

Para alcançar os objetivos de gestão e controle dos Riscos Operacionais, foi implementado o Modelo de Gestão de Riscos Operacionais baseado em três linhas de defesa, que visa a melhora e desenvolvimento contínuos da gestão e controle dos riscos operacionais.

• Primeira Linha de Defesa: contempla todas as áreas de negócios e de suporte do Banco Santander com a responsabilidade de identificar, gerir, mitigar e reportar os riscos operacionais;

• Segunda Linha de Defesa: a área de Controle do Risco Operacional e Tecnológico, é responsável pelo monitoramento da gestão dos riscos operacionais e tecnológicos na organização. Também é responsável por implementar e disseminar a cultura de riscos, definindo metodologias, políticas, ferramentas, treinamentos, requerimentos e procedimentos aplicáveis para a efetiva gestão do risco operacional e, por assegurar que há um adequado plano de gestão da continuidade dos negócios, implementado no Banco; e

• Terceira Linha de Defesa: a área de Auditoria Interna é responsável pela revisão e validação independente da gestão de riscos da primeira e segunda linhas de defesa ajudando a promover a melhoria contínua no modelo.
Os objetivos do modelo de gestão e controle do Risco Operacional são:

• Disseminar a cultura orientada à gestão e controle dos riscos operacionais e convergir para a prevenção e redução de eventos e perdas por risco operacional, mitigando os impactos financeiro, legal e reputacional;

• Fornecer o apoio para o processo de tomada de decisões no Banco Santander;

• Assegurar a continuidade dos negócios de maneira sustentável e fortalecer o ambiente de controles internos; e

• Manter o controle da exposição de Riscos Operacionais alinhado com a estratégia de negócio.

Governança envolvida na implementação do modelo de gestão de riscos:

• CCR: tem o objetivo de realizar o seguimento holístico e periódico dos riscos que o Banco está exposto e de exercer um controle independente sobre as atividades de gestão de riscos;

• Comitê Operacional de Riscos Operacionais: tem o objetivo de assegurar e estimular o adequado monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais, apoiando na implementação da cultura, metodologias, padrões, políticas, treinamentos e procedimentos aplicáveis e requeridos para a efetiva e eficiente gestão e controle dos riscos operacionais.

O modelo adotado auxilia os gestores no cumprimento de seus objetivos estratégicos ao contribuir para o processo decisório e na redução das perdas operacionais e está fundamentado nas melhores práticas do mercado para identificação, avaliação, monitoramento, gestão e controles dos riscos operacionais. Assegurando a conformidade com os requerimentos regulatórios aplicáveis e a busca contínua do fortalecimento do ambiente de controles internos.

Risco Reputacional

O risco reputacional é definido como o risco de um impacto econômico negativo, atual ou potencial, gerado a partir de uma percepção desfavorável do Banco por parte dos funcionários, clientes, acionistas/investidores e sociedade em geral.

A gestão do risco reputacional é responsabilidade da área de Compliance, que mantém uma perspectiva geral tanto da percepção dos grupos de interesse como dos possíveis eventos de risco derivados das primeiras linhas de defesa que são controladas e reportadas pela segunda linha. Este modelo de interação global procura garantir a supervisão consolidada do risco reputacional, ao mesmo tempo que se apoia nas funções atuais de forma eficiente.

Unidade de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo

Área responsável por promover o desenvolvimento da prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo nas diferentes unidades de negócios. Também responsável pelas diretrizes da política de aceitação de clientes do Banco. Estabelece normativos, procedimentos e aculturamento relativos ao tema. Supervisiona e monitora os riscos inerentes nos produtos e transações realizadas.

Risco de Segurança Cibernética

Foram implementadas medidas abrangentes para reduzir o risco de ameaças à segurança cibernética que afetam as plataformas tecnológicas e os negócios. O Banco Santander considerou as melhores práticas estabelecidas no padrão ISO-27002, como base para o modelo. Tais medidas incluem, mas não se limitam a acesso e gerenciamento de privilégios, separação de ambientes de teste e produção, análise de segurança de rede, gerenciamento de incidentes, configuração básica de hardware e software, correlação de log de atividades, prevenção e remediação de malware e análise de segurança das operações de terceiros. Foram implementados diversos processos, incluindo verificações regulares de conformidade e monitoramento contínuo das atividades de rede pelo Centro de Operações de Segurança. Também são realizadas revisões periódicas de ameaças e controles relacionados à segurança cibernética, incluindo testes periódicos executados por terceiros. Há investimentos constantes em tecnologia e soluções de segurança, bem como treinamentos de usuários e esforços de conscientização. Além disso, existem trocas de informações e experiências sobre segurança cibernética com comunidades de segurança locais e internacionais, tais como empresas de telecomunicações e outras instituições financeiras, atuando como membro da Financial Services - Information Sharing and Analysis Center.

As atividades citadas acima são realizadas pelas áreas de Segurança da Informação e Segurança Cibernética. Esta estrutura apartada permite uma melhor segregação das funções das áreas e permite que cada uma das equipes consiga se concentrar em suas devidas atividades especificas e estratégicas.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Banco Santander sob seu escopo de aplicação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

O Comitê de Auditoria analisou favoravelmente e aprovou o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2018.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos realizados pela Auditoria Interna ao longo do primeiro semestre de 2018, conforme seu plano anual.

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário.

Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável

considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão.

Além disso, os programas de trabalho são revisados periodicamente. Esses documentos descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas.

No primeiro semestre de 2018, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas conforme plano de trabalho para 2018, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento.

8) Pessoas

Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Banco Santander, uma força se destaca: as Pessoas. Ter uma equipe motivada e engajada é um fator decisivo para tornar o Banco Santander o melhor banco para os clientes e a melhor empresa para os funcionários trabalharem.

Os funcionários são o elo mais forte do Banco com os clientes e por isso, dia após dia, o Banco Santander aprimora suas práticas de gestão, pois sabe que somente com funcionários engajados, bem capacitados e com pleno desenvolvimento profissional, o Banco irá conseguir ter mais e melhores clientes, satisfeitos e vinculados, orgulhosos de fazer negócios com o Banco Santander e com a marca Santander.

A atuação diária do Banco junto a clientes, funcionários, acionistas e sociedade é guiada pelo propósito de contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem e por seu jeito de agir.

O Banco tem uma equipe talentosa composta por 48.008 mil funcionários só no Brasil. O Banco busca funcionários que se identifiquem com a Cultura Corporativa de ser um Banco Simples (com serviços descomplicados e fáceis de operar), Pessoal (com soluções e canais que atendam suas necessidades e preferências) e Justo (promovendo negócios e relações que sejam bons para clientes, acionistas e funcionários). Além de se identificar com a Cultura, os funcionários do Banco Santander agem em seu dia a dia alinhados a ela.

9) Desenvolvimento Sustentável

A estratégia de Sustentabilidade do Santander é baseada em três pilares que estão alinhados com os negócios e com as prioridades de desenvolvimento do Brasil: (i) Inclusão Social e Financeira, (ii) Educação e (iii) Gestão e Negócios Socioambientais. A partir de uma cultura de risco consistente, da gestão responsável das atividades e da melhoria na experiência dos consumidores, o Banco atua como um agente de transformação, contribuindo para a prosperidade dos negócios, clientes e da sociedade.

Entre os destaques do segundo trimestre de 2018 em relação à Inclusão Social e Financeira estão o Prospera Santander Microcrédito, que é a maior operação de microcrédito produtivo e orientado entre os bancos privados do Brasil, com base na participação de mercado e valor de carteira, com um desembolso de R$286,4 milhões (55% a mais do que o desembolsado em 2017 no mesmo período), mais de 233 mil operações ativas e 95,3% de adimplência. No âmbito do Investimento Social Privado, o programa Parceiros em Ação, que apoia o desenvolvimento de microempreendimentos em regiões de baixa renda onde a Prospera Santander Microcrédito está presente, capacitou mais de 150 empreendedores em duas cidades.

O Programa Amigo de Valor, que direciona recursos de funcionários, clientes e do próprio Banco para Fundos de Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, tem como meta para 2018 acompanhar o desenvolvimento dos projetos (a serem definidos) para atender crianças e adolescentes em situação de riscos sociais, além de mobilizar recursos para investir nesses projetos para o novo ciclo do programa. No Pilar Educação, com 315 Instituições de Ensino Superior conveniadas, o programa Santander Universidades Brasil concedeu 1.215 bolsas de estudos no segundo trimestre de 2018, destas, 22 são internacionais, 217 são nacionais e 976 são bolsas de emprego.

Em Gestão e Negócios Socioambientais o Banco financiou 1.797 sistemas fotovoltaicos (conversão direta da energia solar em eletricidade), tendo como meta para 2018 financiar um total de 2.000 sistemas, por meio de novas parcerias, divulgações e ofertas pelo Santander Financiamentos. Adicionalmente, o Banco obteve a certificação ISO 14001 do Sistema de Gestão Ambiental do Data Center de Campinas, se tornando o primeiro centro de processamento de dados a receber essa certificação no Brasil. Outros dois prédios administrativos do Banco que já eram certificados são a Sede Santander e o Santander Radar.

Dentro da atuação em mudanças climáticas, o Santander está participando pelo segundo ano consecutivo do programa CDP *Supply Chain* com o objetivo de engajar, aproximadamente, 250 fornecedores para que seus negócios se tornem mais eficientes e preparados para a economia de baixo carbono.

10) Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no período findo de 30 de junho de 2018, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria externa durante o período findo em 30 de junho de 2018, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 24/07/2018).

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, incisos VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2018, as Demonstrações Financeiras pelo critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram objeto de relatório de revisão sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de junho de 2018:

Diretor Presidente
Sergio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidentes Executivos Sênior
José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidor
Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos
Alessandro Tomao
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente
Jean Pierre Dupui
Juan Sebastian Moreno Blanco
Manoel Marcos Madureira
Mario Roberto Opice Leão
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores Executivos
Jose Alberto Zamorano Hernandez
José Roberto Machado Filho

Diretores sem Designação Específica
Alexandre Grossmann Zancani
Amancio Acúrcio Gouveia
André de Carvalho Novaes
Cassio Schmitt
Carlos Aguiar Neto
Claudenice Lopes Duarte
Ede Ilson Viani
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Gustavo Alejo Viviani
Igor Mario Puga
José Teixeira de Vasconcelos Neto
Leopoldo Martinez Cruz
Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marcelo Malanga
Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Nilton Sergio Silveira Carvalho
Rafael Bello Noya
Ramón Sanchez Díez
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto de Oliveira Campos Neto
Robson de Souza Rezende
Rodrigo Cury
Ronaldo Wagner Rondinelli
Sérgio Gonçalves
Thomas Gregor Ilg
Ulisses Gomes Guimarães

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, incisos VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2018, as Demonstrações Financeiras pelo critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram objeto de relatório de revisão sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de junho de 2018:

Diretor Presidente
Sergio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidentes Executivos Sênior
José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidor
Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos
Alessandro Tomao
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente
Jean Pierre Dupui
Juan Sebastian Moreno Blanco
Manoel Marcos Madureira
Mario Roberto Opice Leão
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores Executivos
Jose Alberto Zamorano Hernandez
José Roberto Machado Filho

Diretores sem Designação Específica
Alexandre Grossmann Zancani
Amancio Acúrcio Gouveia
André de Carvalho Novaes
Cassio Schmitt
Carlos Aguiar Neto
Claudenice Lopes Duarte
Ede Ilson Viani
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Gustavo Alejo Viviani
Igor Mario Puga
José Teixeira de Vasconcelos Neto
Leopoldo Martinez Cruz
Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marcelo Malanga
Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Nilton Sergio Silveira Carvalho
Rafael Bello Noya
Ramón Sanchez Díez
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto de Oliveira Campos Neto
Robson de Souza Rezende
Rodrigo Cury
Ronaldo Wagner Rondinelli
Sérgio Gonçalves
Thomas Gregor Ilg
Ulisses Gomes Guimarães

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

AV. Juscelino Kubitschek, 2235 – 10 andar

Tel.: (55 11) 3553-3300

Email: ri@santander.com.br